



DIAGNÓSTICO SOCIAL CONCELHO DO PESO DA RÉGUA (2020 - 2024)





FICHA TÉCNICA

Câmara Municipal do Peso da Régua

Rede Social do Peso da Régua

Praça do Município

5050-003 Peso da Régua

Tel. 254 320 230

redesocial@cmpr.pt

Coordenação: Núcleo Executivo do CLAS do Peso da Régua

Aprovado em Conselho Local de Ação Social em 09 de junho de 2021



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (CLAS) DE PESO DA RÉGUA

Associação Comercial, Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - ACIR

Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos

Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sedielos

Associação Cultural e Social dos Amigos e Moradores do Bairro das Alagoas

Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento

Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes

Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias

Associação Humanitária dos Bombeiros do Peso da Régua

Associação “O Baguinho”

Câmara Municipal do Peso da Régua

Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas

Casa do Povo de Vilarinho dos Freires

Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas

Centro de Saúde do Peso da Régua – ACES Douro Norte

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real – ISS, I.P

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos

Centro Social Paroquial S. Pedro Loureiro

Centro de Respostas Integradas de Vila Real – CRI - ARSNorte

Clube Caça e Pesca do Alto Douro

CNE – Agrupamento 282 – Godim

CNE – Agrupamento 840 – Moura Morta

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens



Cruz Vermelha Portuguesa, Núcleo de Peso da Régua

Destacamento Territorial da GNR de Peso da Régua

Diaverum – Centro Renal

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo

Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua

European Anti-Poverty Network – Núcleo Distrital de Vila Real - EAPN

Instituto Português da Juventude e do Desporto

Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho

Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua

União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós

União das Freguesias do Peso da Régua e Godim

União das Freguesias de Poiares e Canelas

União das Freguesias de Galafura e Covelinhas

Freguesia de Sedielos

Freguesia de Loureiro

Freguesia de Fontelas

Freguesia de Vilarinhos dos Freires

Universidade Aberta – Centro Local de Aprendizagem de Peso da Régua



COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS DE PESO DA RÉGUA

Câmara Municipal do Peso da Régua

Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria

Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes

Centro de Saúde do Peso da Régua

Centro Distrital da Segurança de Vila Real

Centro Comunitário da Casa de Povo de Fontelas

Escolas | João de Araújo Correia



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Diagnóstico Social constitui um instrumento de referência da maior importância no âmbito da intervenção social.

Resulta dos contributos dos vários parceiros e espelha os méritos e as fraquezas da realidade social do Concelho de Peso da Régua.

O Diagnóstico Social facilita a definição de estratégias, visando a promoção do desenvolvimento local e a coesão social, numa lógica de planeamento participado e integrado por todos, procurando obter respostas inovadoras e a rentabilização dos recursos locais, assente numa base de compromisso e de corresponsabilização de todos os parceiros.

O atual quadro pandémico que estamos a atravessar e os constrangimentos que dele resultam realçam a importância do diagnóstico social. Uma palavra de agradecimento ao trabalho ímpar das Instituições Particulares de Solidariedade Social do nosso concelho durante este último ano.

Numa época em que os serviços da administração local estão a ser solicitados a assumir outras competências, até aqui assumidas pela administração central, é importante que os serviços tenham ferramentas que reforcem a sua capacidade de atuação para os desafios que o trabalho de proximidade vai ter nos próximos anos.

A intervenção que privilegie um desenvolvimento social mais harmonioso, solidário e inclusivo reunirá maiores probabilidades de ser mais bem-sucedido se tiver como base o trabalho em rede em que a proximidade e a participação dos diferentes atores sociais são fatores essenciais ao sucesso das políticas a implementar.

Para esse objetivo, o Diagnóstico Social configura-se como um documento estratégico.

O Presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua

José Manuel Gonçalves



AGRADECIMENTOS

O documento que por ora se apresenta, o Diagnóstico Social 2020-2024, já na sua terceira atualização, desde a implementação da Rede Social local em 2008 e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), são instrumentos de planeamento de referência para a definição da estratégia do desenvolvimento social local, constituindo-se como documentos base ao longo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Rede Social, concretamente pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) e respetivo Núcleo Executivo (NE).

De referir, que o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social foram iniciados no primeiro trimestre de 2020, antes da pandemia COVID-19, tendo sofrido uma adaptação no último trimestre de 2020, através da auscultação dos dirigentes/quadros técnicos das instituições particulares de solidariedade social cientes que estamos da mutabilidade da realidade social e, sobretudo do aumento das desigualdades socioeconómicas, para que os seus objetivos e ações previstas vão de encontro às necessidades sentidas no atual contexto de crise e às suas consequências a curto/médio prazo. Pretende-se assim, que esta atualização se traduza numa mais-valia para todos os agentes que intervêm no Concelho, com especial relevância para os grupos mais vulneráveis atingidos por esta crise, as famílias alargadas com crianças, os idosos, os beneficiários dos apoios sociais, os desempregados, as famílias jovens e a pessoa com deficiência.

Deste modo, e no seguimento do pacote de medidas aprovadas pela Câmara Municipal do Peso da Régua de apoio às famílias e empresas cujos rendimentos foram reduzidos de forma significativa após o estado de emergência decretado em março de 2020 foram colocadas em curso as seguintes medidas: criação de uma Linha de apoio psicossocial; criação de uma linha de apoio espaço social; criação de um banco de voluntariado para entrega de bens essenciais em casa (alimentos, refeições quentes, medicamentos); realização de Testes de rastreio à COVID-19 aos funcionários das IPSS; fornecimento de refeições prontas a pessoas em situação de vulnerabilidade; distribuição de cabazes de alimentos a famílias que se depararam com um agravamento da sua situação socioeconómica e a criação de um subsídio extraordinário para apoio às doze IPSS do Concelho;

De salientar que todas estas ações têm por base o trabalho de parceria realizado pelas instituições que atuam na linha da frente na área social em prol da comunidade. Como tal o meu agradecimento a todos aqueles que colaboraram na concretização deste instrumento. Agradeço igualmente a todos os elementos do Núcleo Executivo do CLAS de Peso da Régua, que contribuíram ativamente para a concretização deste documento.

Uma palavra final para o Dr. Ricardo Duarte e a sua equipa da ação social do Município pelo trabalho exemplar desenvolvido ao longo dos últimos tempos, uma nota final de agradecimento para a coordenadora deste trabalho à Dr.^a Maria João Lima.

O Presidente do CLAS do Peso da Régua

Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I	17
DIAGNÓSTICO SOCIAL	17
1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA.....	18
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	18
1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA.....	21
1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA	24
1.2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (CENSOS 2011).....	25
1.2.3. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA ...	31
2. EDUCAÇÃO	33
2.1. PANORAMA CONCELHIO	33
2.2. ENSINO PRÉ-ESCOLAR.....	35
2.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	36
2.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO.....	36
2.5. ENSINO SECUNDÁRIO.....	37
2.6. ENSINO PROFISSIONAL	39
2.6.1. CENTRO QUALIFICA (CQ).....	41
2.7. ENSINO SUPERIOR	41
3. SAÚDE.....	42
3.1. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE	44
3.1.1. UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR.....	45
3.1.2. UNIDADE CUIDADOS NA COMUNIDADE DOURO.....	46
3.1.3. Comportamentos Aditivos e Dependências	48
3.2. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS.....	49
4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	50
4.1. DESEMPREGO NO CONCELHO	51
4.2. GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP).....	53
5. HABITAÇÃO.....	53
5.1. HABITAÇÃO SOCIAL	54

5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL	54
5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	57
5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS	58
6. AÇÃO SOCIAL.....	64
6.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO	64
6.2. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.....	67
6.3. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	71
6.4. CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI	72
6.4.1. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR FREGUESIA.....	72
6.4.2. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	73
6.4.3. COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES	73
6.4.4. CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO	73
6.5. INSERÇÃO SOCIAL	74
6.5.1. CARATERIZAÇÃO DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS POR IDADE E SEXO A FREQUENTAR AÇÕES DE INSERÇÃO	74
6.5.2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR ÁREAS DE INSERÇÃO	75
6. REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS	76
6.6.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	78
6.6.2 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL	80
7. ASSOCIATIVISMO	84
PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO.....	87
EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA.....	87
1. PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA.....	88
1.1. EIXO 1 - GRUPOS VULNERÁVEIS	91
1.1.1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO.....	93
1.1.2. FAMÍLIAS CARENCIADAS.....	94
1.1.2.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	97
1.1.3. POPULAÇÃO IDOSA	101
1.1.4. MINORIAS ÉTNICAS E COMUNIDADE IMIGRANTE.....	105
1.1.5. POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA	107
1.1.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD	108
1.1.5.2. CARATERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – A2000	110



1.2. EIXO 2 - EMPREGO E ATIVIDADE ECONÓMICA.....	118
1.3. EIXO 3 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	121
1.4. EIXO 4 – SAÚDE E SEGURANÇA.....	124
Parte III.....	126
Plano de Desenvolvimento Social (PDS)	126
CONCLUSÃO	139
BIBLIOGRAFIA.....	140

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região Demarcada do Douro	18
Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua, enquadrada da NUTII Norte.....	19
Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua.....	20
Figura 4- Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua.....	21
Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua.....	22
Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua	23
Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua	23
Figura 8 - Exposições do concelho do Peso da Régua	24
Figura 10 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua	25
Figura 11 - População residente por freguesia, em 2011	25
Figura 12 - Densidade Populacional por Freguesia do Concelho do Peso da Régua, em 2011.....	26
Figura 13 - Variação da população residente por freguesia, em 2011	27
Figura 14 - Índice de envelhecimento por freguesia, em 2011	27
Figura 15 - Índice de sustentabilidade potencial por freguesia, em 2011	28
Figura 16 - Taxa de analfabetismo por freguesia, em 2011	29
Figura 17 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo por freguesia, em 2011	29
Figura 18 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de com pelo menos o ensino secundário completo por freguesia, em 2011	30
Figura 19 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo por freguesia, em 2011	30
Figura 20 - População empregada no setor primário, por freguesia, em 2011.....	31
Figura 21 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2011	32
Figura 22 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2011	32
Figura 23 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede pública no ano letivo 2020/2021	35
Figura 24 - Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI no ano letivo 2020/2021.....	35

Figura 25 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede privada no ano letivo 2020/2021(Fonte: ISS, I.P., 2015; IPSS's)	35
Figura 26 - Caraterização do 1º ciclo do ensino básico, quanto ao nº de alunos	36
Figura 27 - Nº de alunos matriculados no 2º e 3ºciclo da Escola EB. 2,3 do Peso da Régua, por ano de escolaridade	36
Figura 28 - Nº de alunos matriculados no 3ºciclo da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	36
Figura 29 - Número de turmas nos diversos cursos científico-humanísticos	37
Figura 30 - Nº de alunos matriculados no ensino secundário na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	37
Figura 31 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino secundário (Fonte: Escolas João de Araújo Correia Peso da Régua)	38
Figura 32 – N.º de turmas nos diversos cursos profissionais	38
Figura 33 - Nº de alunos matriculados no ensino profissional na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	39
Figura 34 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino profissional (Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo)	40
Figura 35 -Dotação de profissionais de saúde e número de consultas e utentes inscritos (fonte – Diagnóstico de Situação de Saúde Peso da Régua – 2020 ACeS Douro I Marão e Douro Norte)	43
Figura 36 - Indicadores de Saúde no concelho do Peso a Régua (Fonte: CENSOS 2011)	44
Figura 38 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena	55
Figura 39 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma de Estradas	55
Figura 40 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real	56
Figura 41 - Localização Núcleo 4 – Bairro Branco	56
Figura 42 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha	57
Figura 43 - Localização Núcleo 6 – Bairro das Alagoas	57
Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura Cabral)	58
Figura 44 - Localização Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento à Habitação (Sacadura Cabral)	58
Figura 50 - Caraterização Processual em 2020 (Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2020)	69
Figura 51 – Distribuição dos processos Arquivados/Cessados por Motivo no ano de 2020 (Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2020)	70

Figura 52 – Distribuição dos beneficiários por freguesia (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2020)	72
Figura 53 – Caraterização de todos os beneficiários por Idade e Sexo a frequentar Ações de Inserção (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI)	74
Figura 55 - Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias (Fonte: IPSS).....	79
Figura 56 – Distribuição dos equipamentos sociais por freguesias nos anos 2008/2015/2020 (Fonte: Diagnósticos Sociais Concelhios).....	80
Figura 57 - N.º de IPSS's por freguesia	83
Figura 58 - Distribuição das associações por tipologia.....	86
Figura 61 - Número de beneficiários da medida RSI por freguesia (Fonte: Relatório de execução anual do Núcleo Local de Inserção do Peso da Régua).....	95
Figura 62 - Apoio da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Régua (Fonte: Delegação da Cruz Vermelha da Régua/2020)	95
Figura 64 – Idoso por freguesias Sinalizados pela GNR (última atualização nov 2019/ Fonte: GNR de Vila Real)103	
Figura 66 - Clientes da A.R.D.A.D segundo o sexo	108
Figura 67 - Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D 2019	108
Figura 68 – Habilitações Escolares dos Clientes da A.R.D.A.D 2019	109
Figura 69 – Numero de clientes do Concelho de Peso da Régua.....	109
Figura 70 e 71 – Distribuição do Formandos por Género e Tipo de Deficiência	112
Figura 72 e 73 – Distribuição do Formandos por Grau de Habilitação e Faixa Etária	113
Figura 74 e 75 – Distribuição por Género e Grau Académico.....	113
Figura 76 – Distribuição por Faixa Etária	113
Figura 77 e 78 – Distribuição por Género e Faixa Etária	114
Figura 79 – Distribuição por Grau Académico	114
Figura 80 e 81 – Distribuição das Crianças por Tipologias e Género	115
Figura 82 e 83 – Distribuição por Género e Faixa Etária	115
Figura 84 e 85 – Distribuição por Tipo de Deficiência/Incapacidade e Grau Académico	116
Figura 86 e 87 – Distribuição por Género e Tipo de Deficiência/Incapacidade	116



Figura 88 e 89 – Distribuição por Faixa Etária e Grau Académico 117

Figura 90 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS118

- Eixo 2 – Emprego e Atividade Económica..... 118

Figura 91 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS121

Figura 92 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS - Eixo 4 – Saúde e Segurança 124

INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho que consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, o Diagnóstico Social (DS) é um *“instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais”*. Como tal, finda a última atualização do Diagnóstico Social concelhio que corresponde ao período ocorrido entre 2015 e 2018 e face à realidade socioeconómica dos territórios em permanente transmutação, sendo a crise pandémica COVID-19, que assolou o quotidiano da população mundial, um exemplo taxativo disso, o DS 2020-2024 surge da necessidade de dar resposta a esses constantes desafios. Assim, sabendo-se que o DS é o documento base de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) pretende-se que este sustente um planeamento eficaz e efetivo da intervenção social no próximo quadriénio no Concelho do Peso da Régua.

A atualização do DS e do PDS, resulta de um processo participativo, através da metodologia *World Café*, onde estiveram envolvidas as entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), partindo da premissa que apenas com a auscultação de todos aqueles que intervêm na malha social concelhia, - as entidades locais, as instituições particulares de solidariedade social, as juntas de freguesia, os dirigentes e os técnicos -, é possível delinear uma estratégia de ação eficaz na promoção do desenvolvimento social e no combate à exclusão social, permitindo-nos aceder às especificidades do território, e não somente a dados gerais, que acabavam por não traduzir as problemáticas específicas do Concelho.

Assim, realizou-se um *workshop* com a duração de 6 horas, onde em dois momentos distintos, e num processo dinâmico e participativo, se recolheram contributos para o Diagnóstico Social, através da técnica análise *swot*. O Plano de Desenvolvimento Social, depois de identificados os problemas e problemáticas resultantes da análise *swot* assentou na metodologia *Focus Group*.

De referir ainda que o Diagnóstico Social, tem como fonte os dados do INE, estimativas de 2019 relativas a Portugal, NUTIII Norte, NUT III Douro e Concelho do Peso da Régua e dados por freguesia relativos aos Censos de 2011 (última atualização disponível) e dados cedidos pelas entidades que compõem o CLAS, em conformidade com as suas áreas de operacionalização, que refletem uma descrição mais fidedigna da realidade do concelho do Peso da Régua.

Por sua vez, o Plano de Desenvolvimento Social, enquanto instrumento que serve de orientação às respostas/intervenções sociais a implementar, tendo por objetivo principal a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população residente do Concelho de Peso da Régua, não deve ser percebido como um documento estanque, mas alvo de contínuas atualizações.

O Plano de Desenvolvimento Social que vigorou de 2015 a 2018, serviu de base a vários projetos que se foram desenvolvendo e implementando no Município, o Programa Escolhas Pontual, o Programa Escolhas E7G, o CLDS 3ª e 4ª Geração e o Gabinete de Apoio à Vítima (Protocolo Município e APAV).

No último trimestre de 2020 foram ainda auscultadas as direções e quadros técnicos das IPSS concelhias como forma de aferir da sustentabilidade financeira das mesmas e das necessidades sentidas com as alterações

provocadas pela pandemia COVID_19, destacando-se por um lado, a diminuição de clientes nas respostas sociais: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, pré-escolar e creche, em consequência da perda de rendimentos das famílias e por outro, um aumento das despesas relacionadas com a aquisição de material de proteção individual.

Constatou-se que um novo equipamento social foi implementado no território, orientado para a qualificação profissional de pessoas com deficiência ou Incapacidade, oferecendo ainda respostas como o Centro de Recursos para a Inclusão Profissional (CRIP) e o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (CAARPD). Verificou-se assim um acréscimo na área da deficiência, continuando, porém, a descoberto a existência das respostas sociais, Centro de Atendimento Ocupacional (CAO), Residência Autónoma e Lar Residencial, que as IPSS orientadas para a intervenção com este público-alvo procurarão colmatar com candidaturas a fundos comunitários ou nacionais, como o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) que tem como objetivo a ampliação da Rede de Equipamentos Sociais.

Da mesma forma verifica-se a necessidade de um incremento de valências na Área da Terceira Idade, sobretudo de Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), cujas listas de espera são superiores à oferta, estando por isso a resposta social a descoberto. De referir ainda que esta resposta se torna tanto ou mais pertinente, na medida em que em virtude do encerramento da resposta Centro de Dia, durante o estado de emergência muitas famílias optaram pela integração dos seus idosos em ERPI ou Famílias de Acolhimento.

Por outro lado, no que concerne à área de intervenção da Infância e Juventude assinalou-se um decréscimo das respostas sociais creche e pré-escolar, com o encerramento destas duas valências numa das IPSS situadas numa freguesia rural, espelhando a diminuição da taxa de natalidade no Concelho.

No que aos equipamentos sociais, se refere, mediante os avisos de abertura no âmbito do Programa Norte 2020, todas as IPSS submeteram candidaturas para a requalificação e adaptação integral ou parcial dos imóveis, bem como para aquisição de viaturas automóveis, à exceção daquelas que não se enquadraram nos critérios de candidatura. Assim, a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, a Associação O Baguinho, o Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos, a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e a Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas, obtiveram já parecer favorável por parte do Instituto de Segurança Social, estando as restantes candidaturas a aguardar decisão por parte da entidade de gestão.

Recentemente foram ainda criados o Gabinete de Apoio ao Empreendedor e uma incubadora de empresas com os principais objetivos de atrair investimento para o concelho, apoiar os empresários e estimular o empreendedorismo.

Por último, importa referir que o atual contexto marcado pela pandemia COVID-19 desafia ainda a Rede Social a incluir no seu Plano de Desenvolvimento Social formas de atuação que previnam o resvalar para uma crise social e económica de maior dimensão.



PARTE I

DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho do Peso da Régua localiza-se na região Norte de Portugal, na margem direita do Rio Douro, sendo a porta de entrada para a mais antiga Região Demarcada do mundo. Em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, ministro do Rei D. José I, lançou as bases da constituição da Região Demarcada do Douro (RDD), consagrada em parte como Património Mundial da UNESCO em 2001 (Figura 1). Esta distinção torna o concelho de Peso da Régua, como parte integrante da Região Demarcada e do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, dando assim visibilidade mundial ao município com destaque para a singular identidade local, fortemente relacionada com o uso da terra, particularmente com a secular cultura da vinha e do vinho.

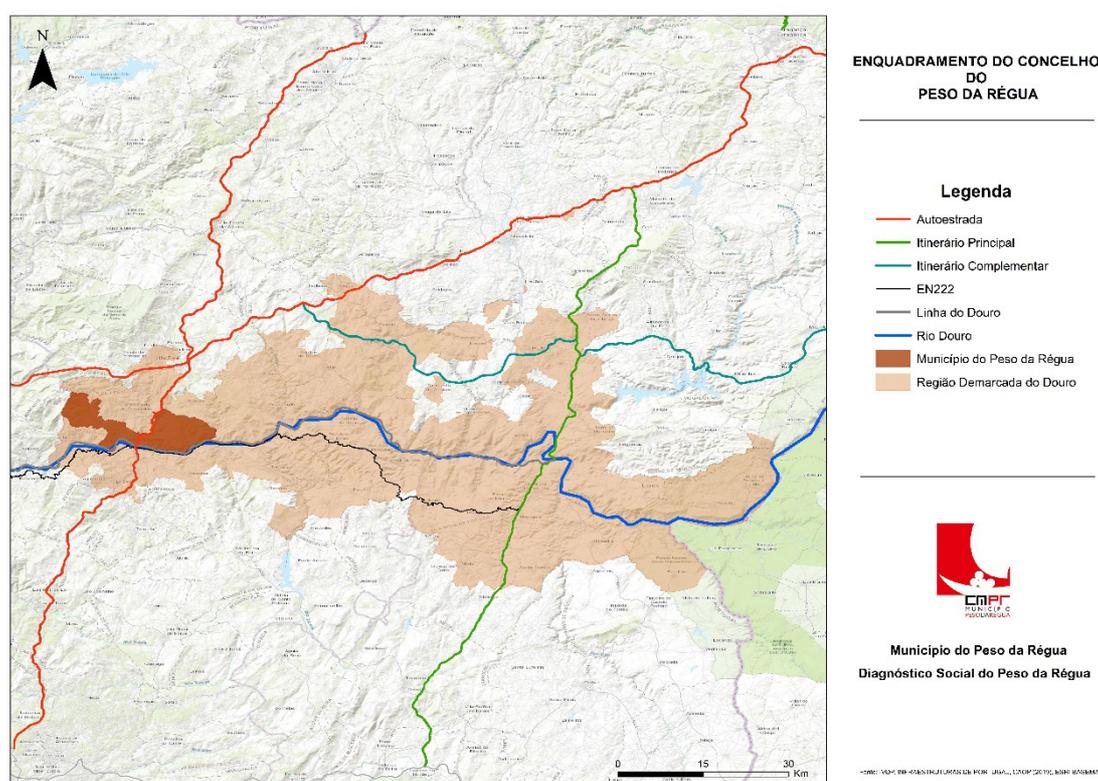


Figura 1 – Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região Demarcada do Douro

O Município de Peso da Régua está integrado na NUTII Norte e NUT III Douro e tem como limites a Norte os concelhos de Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Este Sabrosa, a Sul os concelhos de Armamar e Lamego, já na margem esquerda do rio Douro, e a Oeste os concelhos de Mesão Frio e de Baião (Figura 2). Constituem atualmente o município de Peso da Régua 8 freguesias, totalizando uma área 94.8Km², sendo elas: U.F¹ de Poiães e Canelas, U.F de Galafura e Covelinhas, Fontelas, U.F de Peso da Régua e Godim, Loureiro, U.F de Moura Morta e Vinhós, Sedielos e U.F de Vilarinho dos Freires (Figura 2).

¹ União de Freguesias

É importante referir que em sequência da aplicação da Lei 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Peso da Régua passou a ser constituído pelas 8 freguesias já referidas. Não obstante os dados censitários de 2011 são ainda analisados pela antiga organização administrativa, sendo essa a opção metodologicamente mais correta.

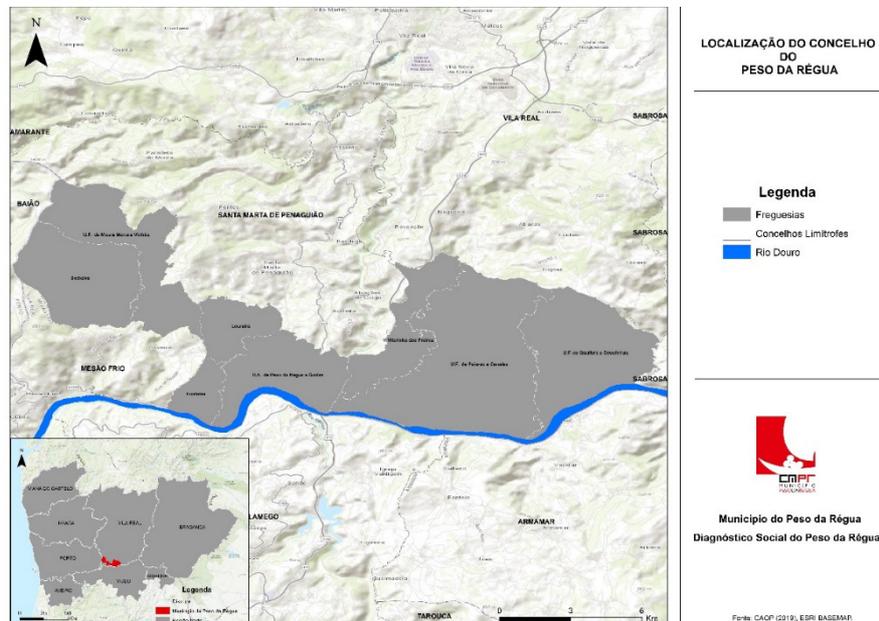


Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua, enquadrada da NUTII Norte.

Neste Concelho residiam em 2019 segundo as estimativas do INE cerca 15773 habitantes, contrapondo com os 17036 dos CENSOS de 2011, verificando-se assim uma ligeira perda de população residente estimada em 1 263 habitantes ao longo de 8 anos.

A cidade de Peso da Régua desenvolveu-se aproveitando a morfologia da região, que neste espaço apresenta-se menos acidentada, gozando da proximidade ao Rio Douro, principal via de acesso durante séculos, e via essencial no desenvolvimento da cidade e da região, *“apesar dos perigos sempre presentes nas “correntezas”, eram o meio mais seguro de acesso à cidade do Porto, de onde provinham o sal, o peixe, os tecidos, (ou os adubos já no século XIX), e para onde eram transportados o vinho, os citrinos, a amêndoa, o azeite e alguns cereais...”* (Pina, 1997, pp. 76). Esta função estruturante do rio juntou-se à fundação na cidade do Peso da Régua da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1756. A Companhia como era referida possuiu inúmeros poderes de regulação e até condicionou a ocupação e uso do solo da região das mais variadas formas. Estes elementos na sua globalidade foram estruturantes no povoamento, no desenvolvimento económico da região e decisivos para que a Cidade do Peso da Régua se constituísse o local de concentração das produções vinícolas oriundas do "Baixo Corgo" e fosse, por excelência, o entreposto comercial da Região Duriense. No entanto, a Região Demarcada do Douro oferecia grandes dificuldades à implementação de vias de comunicação, como afirma PINA (1997), e sofria, por isso, de graves problemas de acessibilidade.

Até ao final do século XIX, *“o Alto Douro continuava extremamente periférico, apesar do impacte económico do Vinho do Porto na balança comercial portuguesa.”* (PINA, 2003, pp. 4). Esta situação só começou a ser alterada com a construção do caminho de ferro, que chegou à Régua em julho de 1879. O transporte fluvial tornava-se demasiado moroso e dispendioso e o caminho de ferro veio substituí-lo na sua função de via de comunicação,

“era notória a supremacia do transporte de vinhos conquistada pelo caminho de ferro enquanto decaía o transporte fluvial, (...)” (PINA, 2003, pp. 15).

Mais recentemente, sobretudo nas últimas duas décadas, o rio Douro viu a sua função de via de comunicação ser revitalizada com o impulso que lhe deu o turismo, com vários operadores a fazerem cruzeiros ao longo do seu curso navegável, atraindo todos os anos milhares de turistas e de dividendos para a região.

No que diz respeito à rede viária, internamente o concelho de Peso da Régua é servido por uma rede de estradas que assegura a ligação entre os diferentes lugares do concelho e as várias sedes de freguesia. A implementação da rede viária veio também influenciar a distribuição da população e acompanhar o seu crescimento, “as manchas de povoamento, (...) posicionam-se preferencialmente em rechãs situadas entre os 350 e os 500 metros de altitude, expandindo-se sobretudo após a década de sessenta, ao longo das principais vias de comunicação” (PINA, 1997, pp.73). Como é característico das áreas mais rurais e dos concelhos do interior, o concelho de Peso da Régua conta também com uma grande extensão de caminhos rurais que podem ser observados na Figura 3.

No eixo Norte-Sul, o concelho de Peso da Régua vê assegurada uma ligação rápida a Lamego e Vila Real através da autoestrada A24, sendo esta a principal via de comunicação que atravessa o município. No entanto, a ligação no eixo Este-Oeste e à cidade do Porto afigura-se ainda bastante insuficiente, contando apenas a Estrada Regional 108. A ligação a Este é possível através da panorâmica Estrada 222 já do lado de Lamego (Figura 3).

As ligações ferroviárias atuais apenas permitem a ligação ao Porto e ao Pocinho (Vila Nova de Foz Côa) através da linha do Douro. Estando oficialmente a linha do Corgo desativada. (Figura 3)

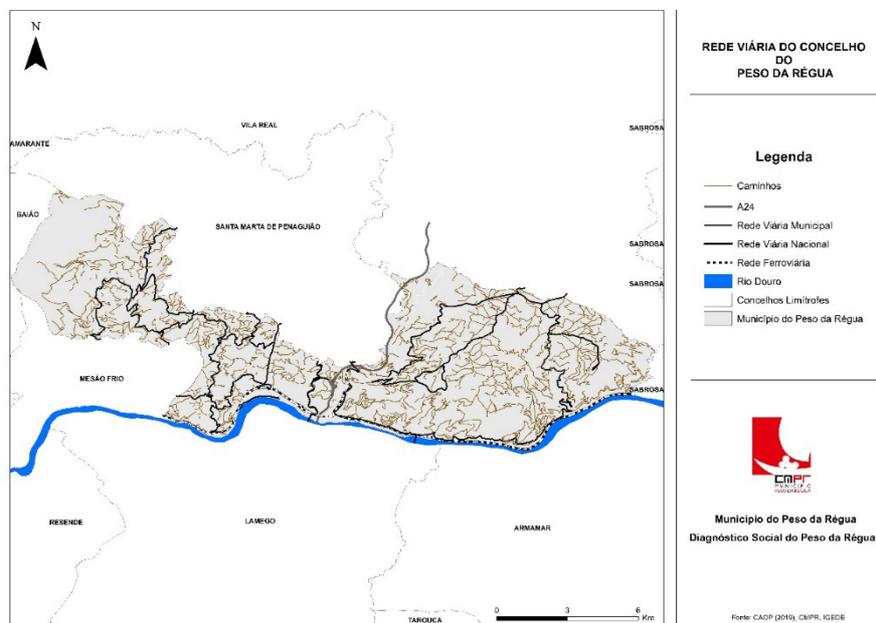


Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua

1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

A geomorfologia desta região é fortemente dominada pelo dorso imponente da Serra do Marão, pelo vale profundo do Douro e pelos vales de alguns afluentes deste rio, (TEIXEIRA, C.; *et al*, 1967).

No extremo NW do concelho de Peso da Régua ergue-se a Serra do Marão, de natureza essencialmente xisto-quartzítica, onde se registam as maiores altitudes do concelho, 1390 metros (Figura 4). “*Estas rochas formam as imponentes cristas do Alto do Marão e da Fraga da Ermida*” (CMPR, 1993). O concelho está implantando, quase na totalidade, sobre rochas metassedimentares do complexo Xisto-Grauváquico, e que conferem a este território uma morfologia de vertentes arredondadas.

Na localidade de Covelinhas encontra-se o único afloramento granítico do concelho, definido como um afloramento de pequenas dimensões, que parece estar controlado pelo filão-falha de S. Leonardo.

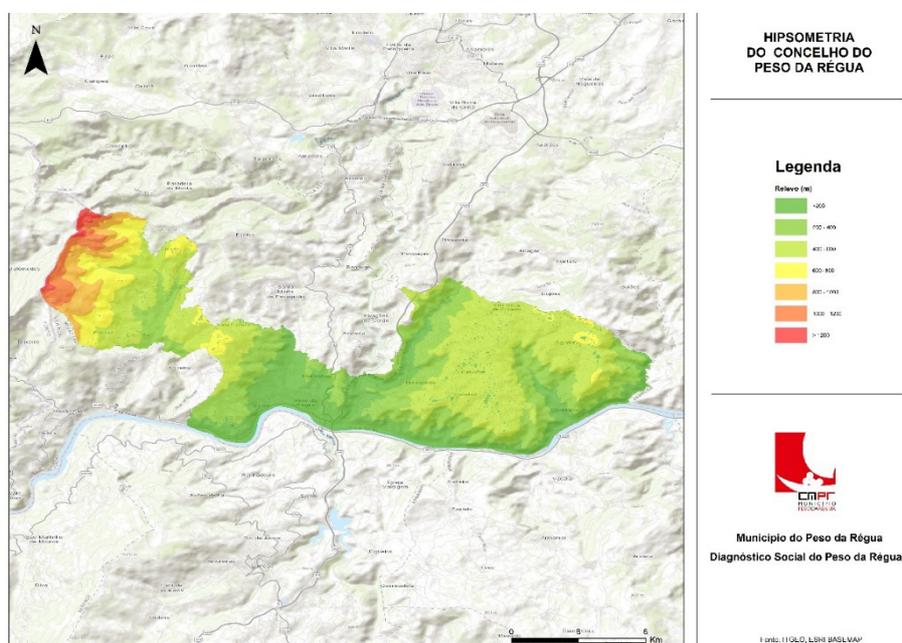


Figura 4- Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua

Destaca-se ainda o marco geodésico de S. Leonardo de Galafura com uma altitude de 637 metros. Esta área corresponde a um filão de quartzo que atinge dimensões consideráveis e uma espessura de 30 metros. Por se encontrar num nível de aplanamento, definido por LAUTENSACH (1998), como um terraço do rio Douro, assim como os níveis aplanados aos 300 metros, S. Leonardo destaca-se na paisagem e é um ponto de referência do concelho por constituir um miradouro sobre o Rio Douro, eternizado pela obra de Miguel Torga.

O rio Douro corre na região meridional do concelho num vale apertado e de vertentes, em geral, abrutadas. Apenas na cidade de Peso da Régua, o vale é mais largo existindo mesmo um pequeno terraço fluvial de pouca altitude, a cerca de 75 metros.

Procurando o seu nível de base, os afluentes do Rio Douro abrem vales profundos, (Figura 5), mesmo quando são linhas de água de caudal diminuto ou secos grande parte do ano, “*o seu perfil longitudinal em escadaria traduz a penetração regressiva dos sucessivos níveis de erosão, que os terraços (...) permitem reconhecer no vale do Douro.*” (LAUTENSACH, 1998, pp.147).

A rede hidrográfica do concelho é ainda influenciada pela falha Verín-Penacova, que constitui um vale de fratura aproveitado pelo rio Corgo, e condiciona a orientação Tardi-Hercínica NNE-SSW das principais linhas de água como se verifica na Figura 5.

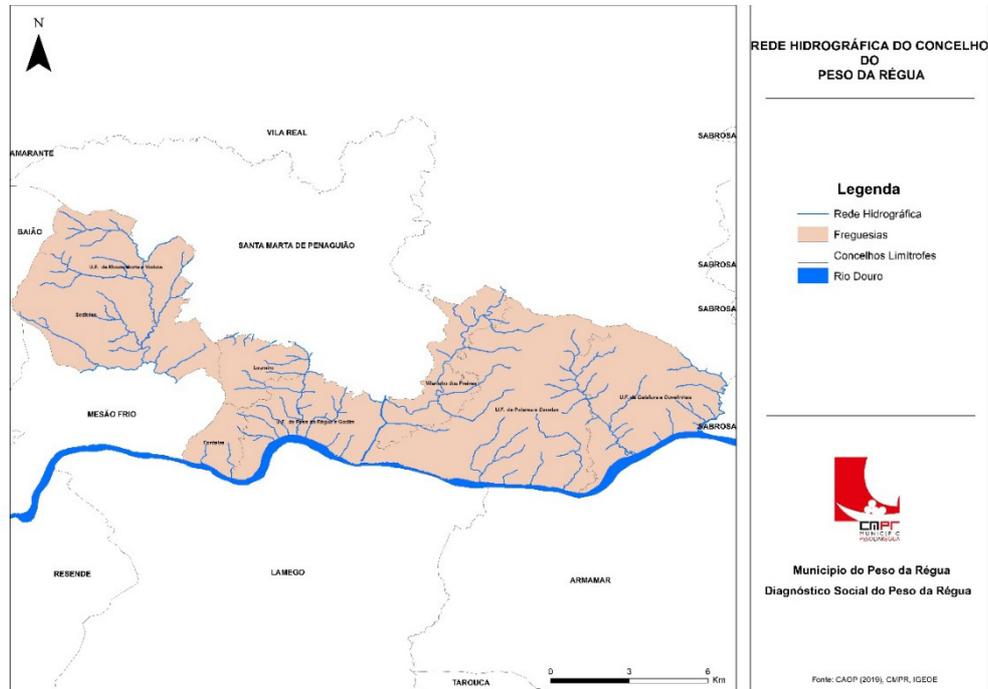


Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua

Pelas suas características geológicas e hidrográficas Peso da Régua é um concelho com declives bastante acentuados. Destacam-se as vertentes da Serra do Marão, onde se registam os maiores declives, acima dos 45°, o vale do Rio Corgo, o vale da Ribeira de Covelinhas e as vertentes do Rio Douro. HERMANN LAUTENSACH (1998) explica que é sobretudo junto do Douro, onde a densidade dos vales é elevada e forte a intensidade da erosão recente, que encontramos as vertentes mais inclinadas (Figura 6). As áreas mais planas localizam-se do terraço fluvial do Peso da Régua, ao longo da Ribeira da Meia Légua, e no planalto de Galafura, Poiares e Canelas, cortado pela instalação da Ribeira de Covelinhas.

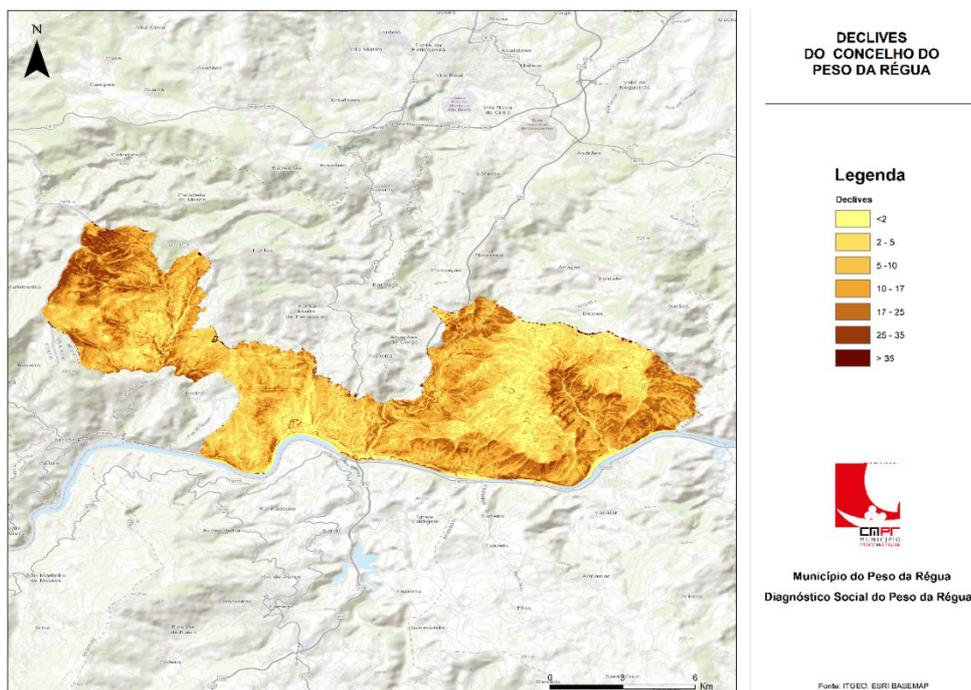


Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua

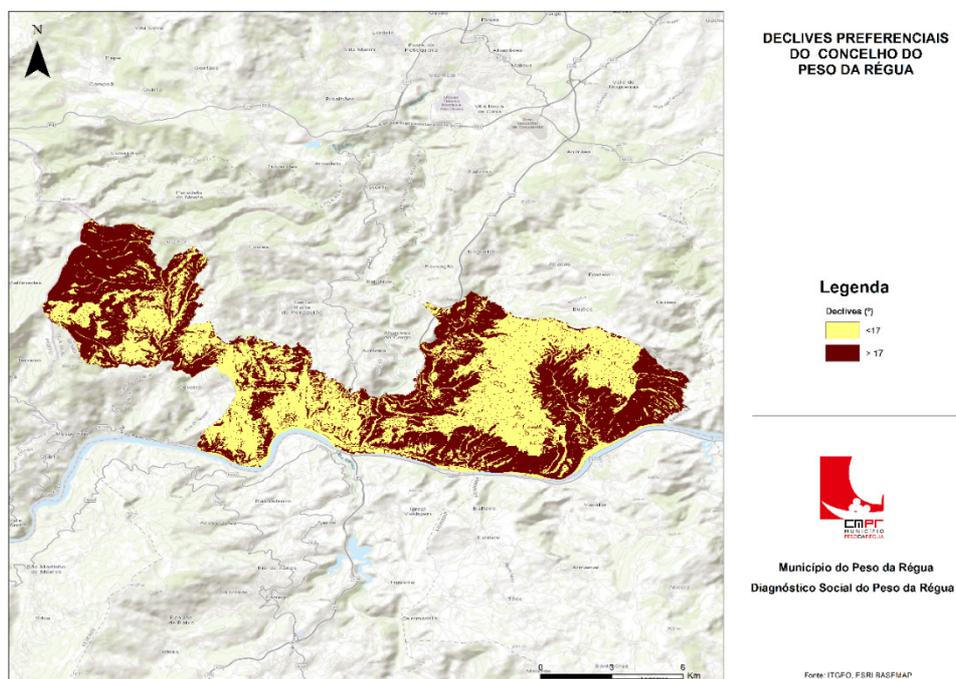


Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua

Se definirmos os declives em apenas duas classes, tendo como valor de referência os 17° , valor a partir do qual o território é integrado em Reserva Ecológica Nacional, vemos de forma mais nítida as características acidentadas do concelho e os seus níveis de aplanamento, onde encontramos grande parte da área urbana (Figura 7). Devido à sua posição geográfica, as exposições do concelho de Peso da Régua são maioritariamente ao quadrante Sul, apenas nos vales de algumas linhas de água se encontram exposições a Norte. Na Serra do Marão, pela sua orientação Tardi-Hercínica, as exposições dominantes são a Este, bem como no vale da Ribeira

da Meia Légua e na Ribeira de Covelinhas. Esta predominância explica a grande predisposição para o cultivo da vinha nesta região.

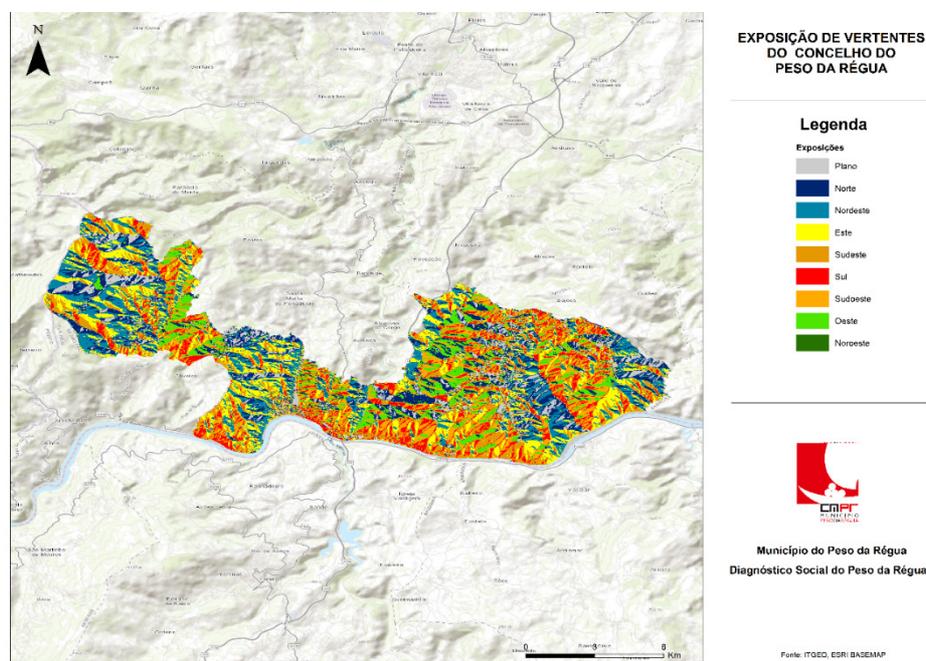


Figura 8 - Exposições do concelho do Peso da Régua

1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O clima de Portugal está relacionado com o jogo de massas de ar e centros de ação, que a circulação geral da atmosfera comanda nestas latitudes. Situado nas vizinhanças dum limite meteorológico importante, Portugal fica no verão sob a influência do anticiclone subtropical dos Açores que origina tempo quente e seco, enquanto nas outras estações do ano, com a descida do anticiclone para Sul, fica enquadrado na faixa dos ventos variáveis de Oeste, os quais arrastam com frequência, para o território, depressões que correspondem a ondulações da superfície frontal polar e originam tempo chuvoso e instável.

Além das condições gerais existem condicionalismos locais que influenciam o clima e o tornam tão díspar no território nacional. Eles são em parte resultantes da própria repartição das massas montanhosas, concentradas na metade setentrional do país e interpostas entre a faixa litoral e os planaltos interiores.

Na região do Douro, a própria disposição do vale limita a deslocação das massas de ar para o interior, fazendo com que o ar húmido do Atlântico não penetre para além da barreira montanhosa constituída pela serra de Montemuro, Marão e Alvão, resultando em temperaturas mais elevadas, precipitação e humidade mais reduzidas, que caracterizam a Terra Quente.

Da análise do diagrama termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua para o período 1930-1961 (Figura 9), verificamos que o valor máximo de temperatura se regista nos meses de julho e agosto, 23.2°C. É também no mês de julho que se registam os menores valores de precipitação com 12.2 mm.

Como é característico do clima mediterrânico, Peso da Régua conta com quatro meses secos, de junho a setembro, ou seja, meses em que o valor médio de temperatura é superior ao valor médio de precipitação.

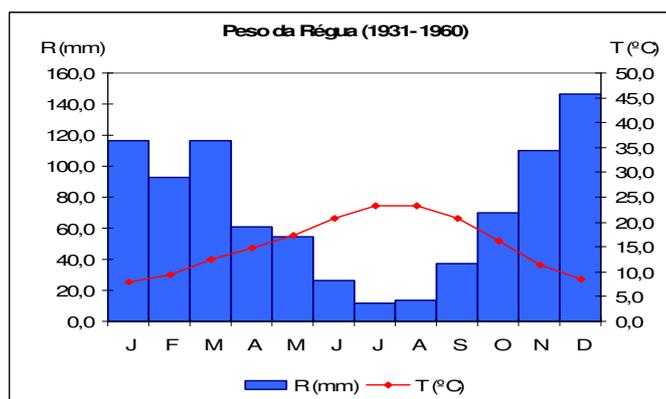


Figura 10 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua

O pico do valor médio das precipitações verifica-se no mês de março, enquanto os meses mais chuvosos são os de dezembro e janeiro. Isto porque na primavera a influência dos anticlones formados no interior da Península Ibérica cessa e todo o território é invadido por depressões e chuvas abundantes. Os menores valores da precipitação mensal correspondem, naturalmente aos meses de julho e agosto, época em que a intensidade do Anticiclone dos Açores é maior. Segundo RIBEIRO (1999), o clima mediterrânico no território português sofre alterações resultantes das características locais, sem contudo lhe retirar as características fundamentais.

1.2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (CENSOS 2011)

A região Norte não apresentou na última década grandes variações populacionais, mantendo sensivelmente a população residente de 2001. Já a NUT III Douro apresentou um decréscimo populacional de 7,19% e o concelho de Peso da Régua de 9,03%, contando agora com 17131 habitantes. De notar, contudo, que as estimativas populacionais divulgadas ao longo do período intercensitário anteviam um decréscimo populacional superior a 14%, que não se verificou (Figura 11).

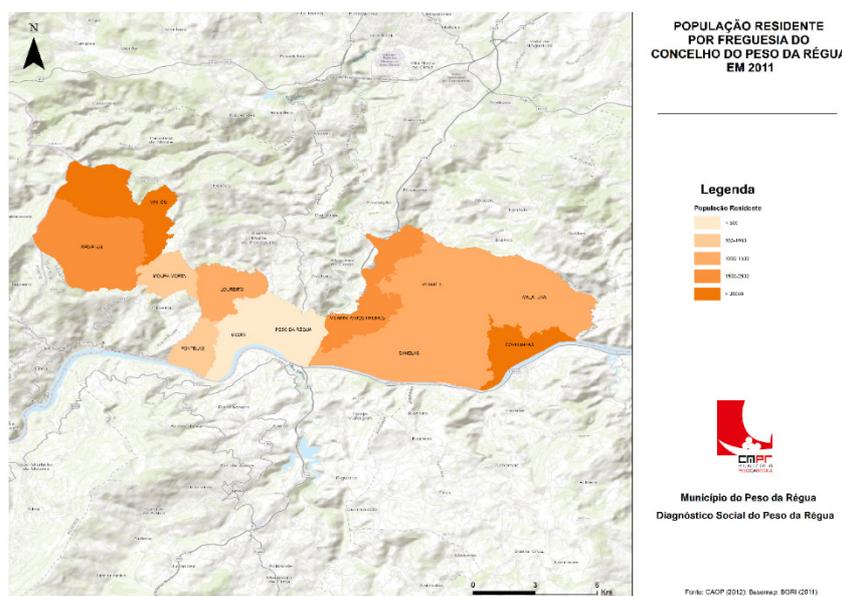


Figura 11 - População residente por freguesia, em 2011

Quando observamos a Figura 12 onde se apresenta a Densidade Populacional (2011), verificamos que nas extintas freguesias de Peso da Régua e Godim possuímos a densidade populacional mais elevada do concelho verificando-se valores de 1001 hab/km² seguindo-se as freguesias de Fontelas e Loureiro com cerca de 900 hab/km². Em terceiro lugar as Freguesias de Moura Morta e Vilarinho dos Freires com uma densidade populacional de 201 hab/km². O menor valor de densidade populacional verifica-se na freguesia de Canelas com menos de 50 habitantes por km², seguindo-se Covelinhas e Vinhós, Galafura, Sedielos e Poiares.

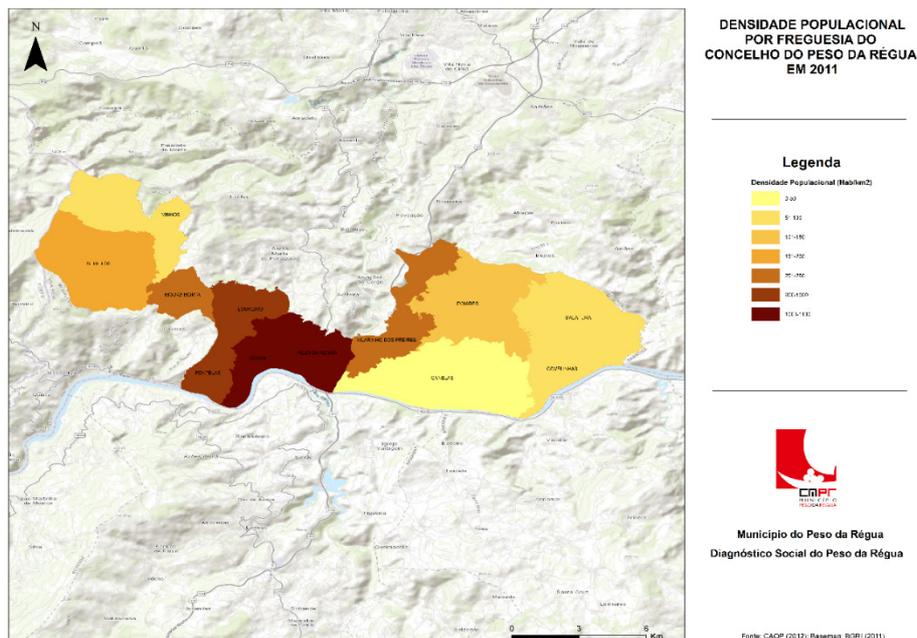


Figura 12 - Densidade Populacional por Freguesia do Concelho do Peso da Régua, em 2011.

A tendência de concentração de população nas freguesias da cidade de Peso da Régua mantém-se e sai até reforçada, uma vez que de 53% em 2001 passa para 58%, em 2011.

Ao longo dos últimos 10 anos, todas as freguesias do concelho perderam população, à exceção da freguesia de Peso da Régua que regista um saldo positivo de 4,17%. Algumas das freguesias registam perdas populacionais muito acentuadas, como é o caso de Galafura (-20,48%), Loureiro (-20,52%), Canelas (-29,51%) e Sedielos (-30,30%).cujos quantitativos populacionais são superiores a 1500 habitantes.

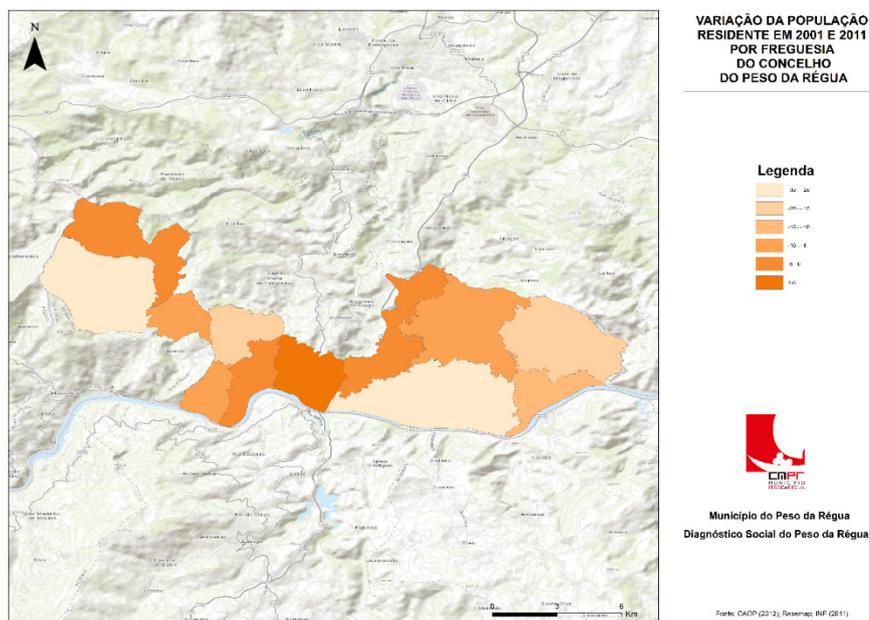


Figura 13 - Variação da população residente por freguesia, em 2011

A perda populacional que se verificou nestes 10 anos, associada à diminuição da taxa de natalidade, contribuiu para o aumento do índice de envelhecimento que na região Norte se fixou em 113,3 idosos por cada 100 jovens em 2011. O envelhecimento da população é hoje um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas. O agravamento do envelhecimento da população tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território e deixou de ser um fenómeno localizado apenas no interior do país. O Município do Peso da Régua apresenta uma relação de 145,4 idosos por cada 100 jovens (Figura 13), que apesar de ser um indicador mais positivo que o da NUT III Douro (176,2), esconde valores muito elevados como os verificados nas freguesias de Poiares (208,6), Sedielos (215,8), Vinhós (232,1) e Covelinhas (270,8).

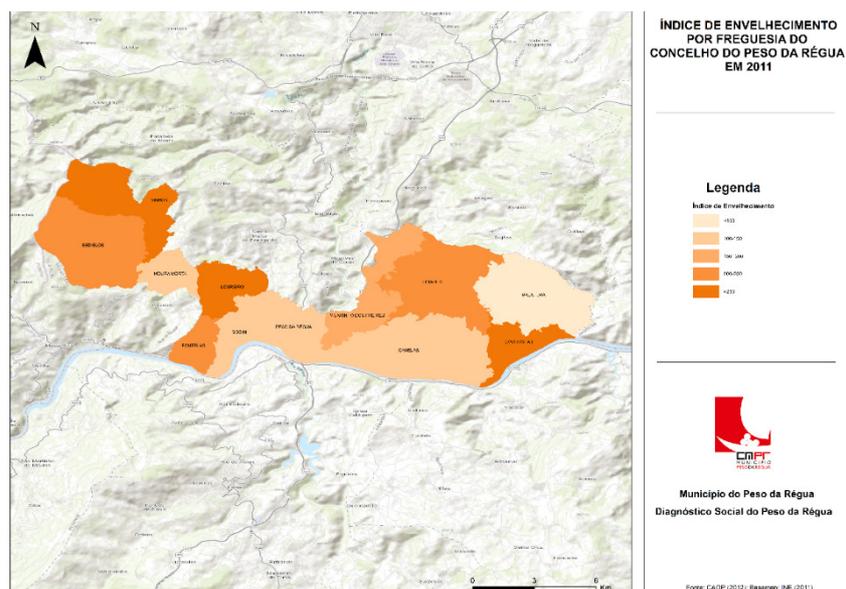


Figura 14 - Índice de envelhecimento por freguesia, em 2011

Se na região Norte, 2011 é a primeira vez em que a percentagem de idosos ultrapassa a percentagem de jovens, no caso de Peso da Régua também é a primeira vez que em todas as freguesias do concelho se verificam percentagens mais elevadas de idosos do que de jovens. Se em 2001, as freguesias de Godim (16,8%), Canelas (17,1%), Vilarinho dos Freires (17,5%), Galafura (19,5%) e Moura Morta (20,7%) registavam percentagens mais elevadas de jovens do que de idosos, o mesmo não se verifica em 2011.

As freguesias de Sedielos (26,7%), Poiares (27,1%) e Covelinhas (29,3%) são as que apresentam percentagens mais elevadas de população residente com mais de 65 anos, o que permite compreender o elevado índice de envelhecimento. No caso de Vinhós, para além de uma percentagem alta de população residente com mais de 65 anos – 24,6%, há ainda uma percentagem de apenas 10,6% de jovens até aos 14 anos. Em contraponto, as freguesias de Canelas (15,7%), Moura Morta (16,2%) e Galafura (17,3%) são as freguesias com percentagens mais elevadas de população jovem.

No que diz respeito ao índice de sustentabilidade potencial, que fornece uma medida do número de indivíduos em idade ativa por cada indivíduo idoso, verifica-se que a maioria das freguesias apresenta valores mais baixos que o valor nacional de 3,4. Apenas as freguesias de Godim e Peso da Régua apresentam uma relação de maior sustentabilidade potencial, respetivamente com 4,1 e 3,9 (Figura 15).

Por seu lado, Covelinhas (2,1), Poiares (2,2) e Sedielos (2,2) são as freguesias com valores mais baixos de sustentabilidade potencial.

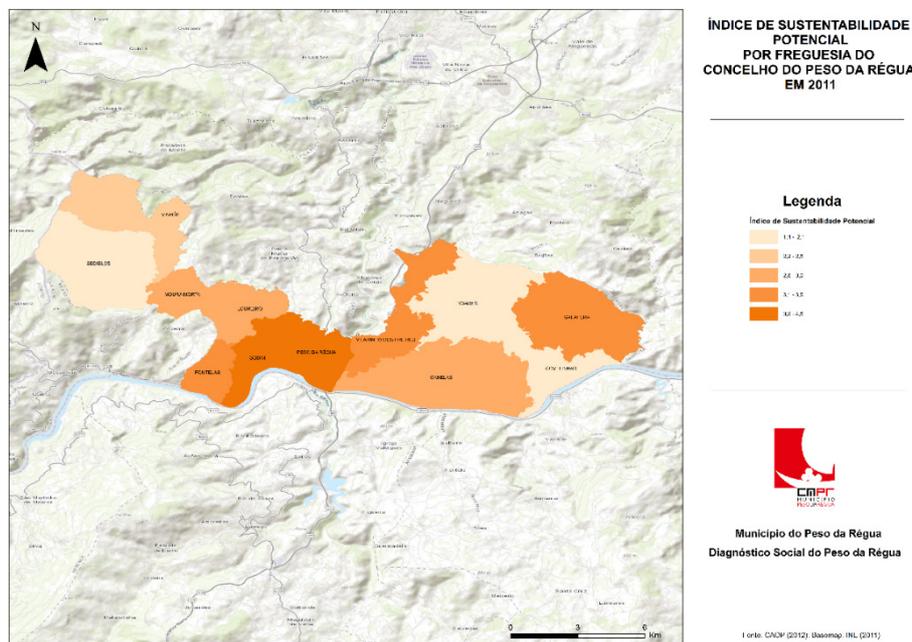


Figura 15 - Índice de sustentabilidade potencial por freguesia, em 2011

Quanto à taxa de analfabetismo, em 2011, Peso da Régua apresenta um valor de 7,67%, superior à taxa nacional de 5,23%. De facto, apenas as freguesias da cidade se aproximam dos valores nacionais. No entanto, estes valores refletem uma substancial melhoria face a 2001, em que o concelho registava uma taxa de 11,87% e seis das suas freguesias tinham valores superiores a 15% (Figura 15).

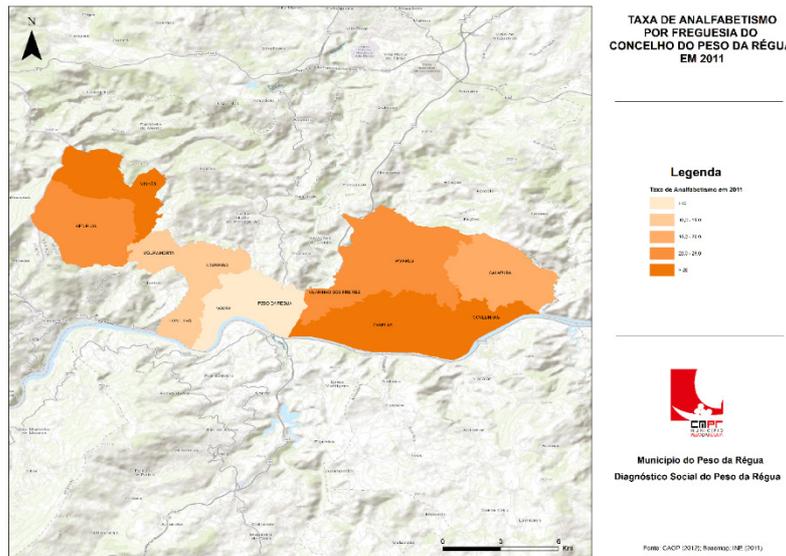


Figura 16 - Taxa de analfabetismo por freguesia, em 2011

No entanto, em 2011 ainda subsistem algumas freguesias com taxas superiores a 15%, como é o caso de Vinhós (17,26%), Canelas (17,33%) e Covelinhas (21,05%), em parte justificado pela elevada percentagem de população idosa nestas freguesias. Ainda em relação à educação e qualificação da população existem outros indicadores que importa analisar, desde logo a proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (Figura 16). Se em Portugal existem 10% da população nesta condição, no concelho de Peso da Régua existem freguesias com o triplo desse valor como é o caso de Covelinhas (31,82%) e Vinhós (32,96%). Apenas a freguesia de Peso da Régua apresenta uma percentagem em linha com o valor nacional.

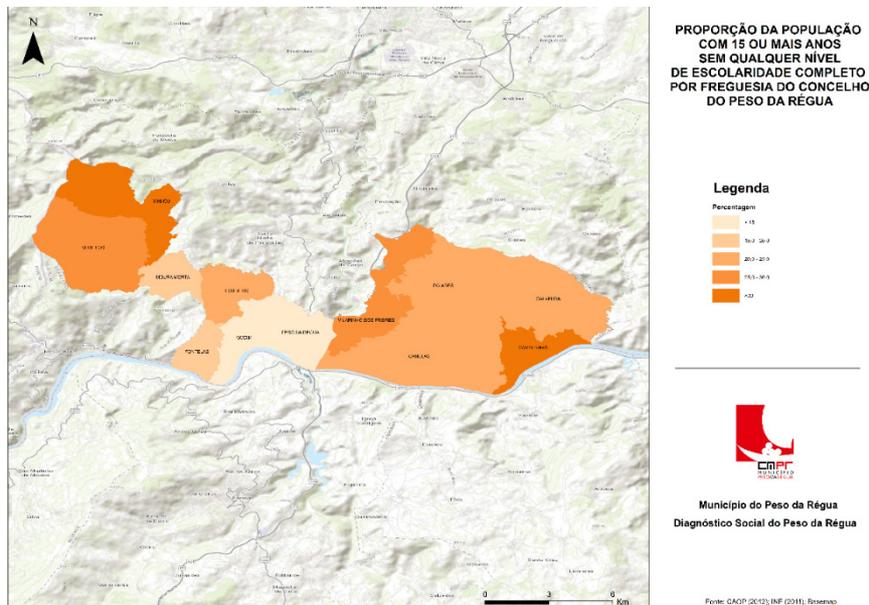


Figura 17 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo por freguesia, em 2011

Depois, em relação à proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo (Figura 18), a freguesia com a percentagem mais elevada é Poiares com 62,79%, logo seguida de Peso da Régua (58,61%) e Fontelas (54,39%). De referir que no caso de Poiares esta

percentagem elevada deve-se ao facto da existência do Colégio Salesiano nesta freguesia, entretanto extinto em 2019 pois funcionava ao abrigo contrato associação. No extremo oposto, encontramos as freguesias de Sedielos (41,07%), Canelas (38,24%) e Covelinhas (35,71%). Por fim, a proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo (Figura 19), revela duas freguesias sem nenhuma ocorrência – Galafura e Vinhós. As percentagens mais elevadas deste indicador concentram-se na cidade, com Peso da Régua a registar 26,92% e Godim 24,21%. Contudo, apesar de serem as percentagens mais elevadas do concelho, ficam aquém dos 28,62% registados a nível nacional.

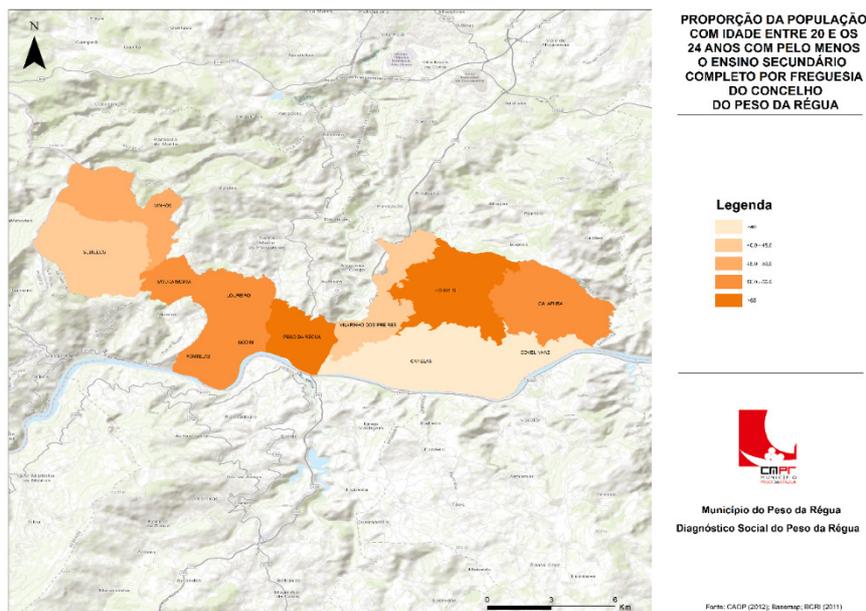


Figura 18 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de com pelo menos o ensino secundário completo por freguesia, em 2011

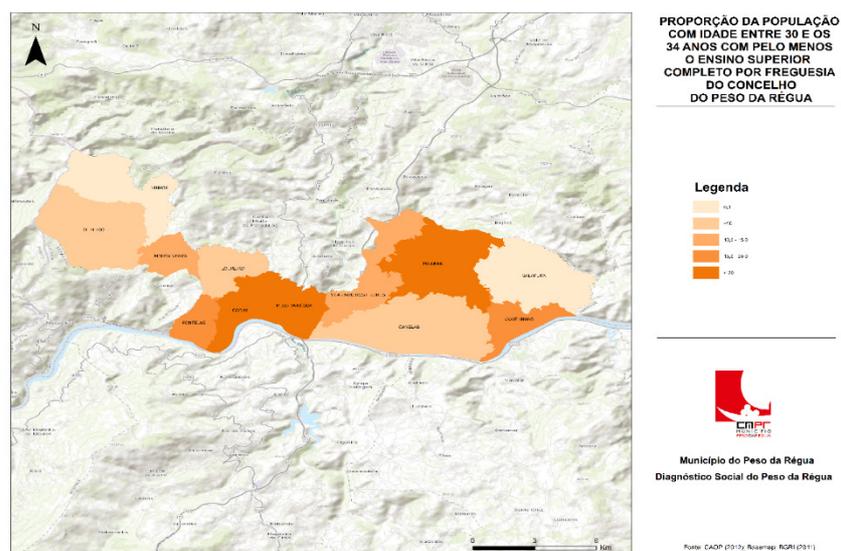


Figura 19 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo por freguesia, em 2011

1.2.3. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA

No que diz respeito à caracterização socioeconómica, o setor primário continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho. Enquanto a percentagem de população empregada neste setor a nível nacional é de 3,1%, em Peso da Régua (concelho) esse valor é de 16,2%, com Vinhós a registar a percentagem mais elevada e Peso da Régua (freguesia) a percentagem mais baixa, respetivamente 58,5% e 4,5% (Figura 20).

De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano de Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor. Contudo, é de notar que houve um decréscimo de população empregada neste setor em todas as freguesias do concelho em relação aos valores registados em 2001, à semelhança do que aconteceu a nível nacional e na região Norte.

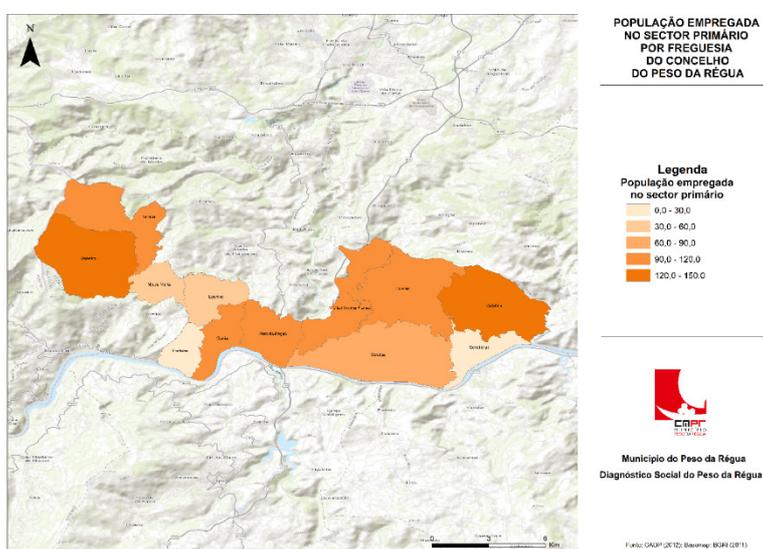


Figura 20 - População empregada no setor primário, por freguesia, em 2011

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um decréscimo de população empregada, de cerca de 10% a nível nacional e de 7% no concelho do Peso da Régua.

No entanto, em relação a 2001, as freguesias de Covelinhas, Moura Morta e Vinhós registaram um aumento de população empregada neste setor, particularmente significativo na freguesia de Covelinhas, que aumentou de 9,7% para 17,7%, e Vinhós de 12,1% para 21,3% (Figura 21).

As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar.

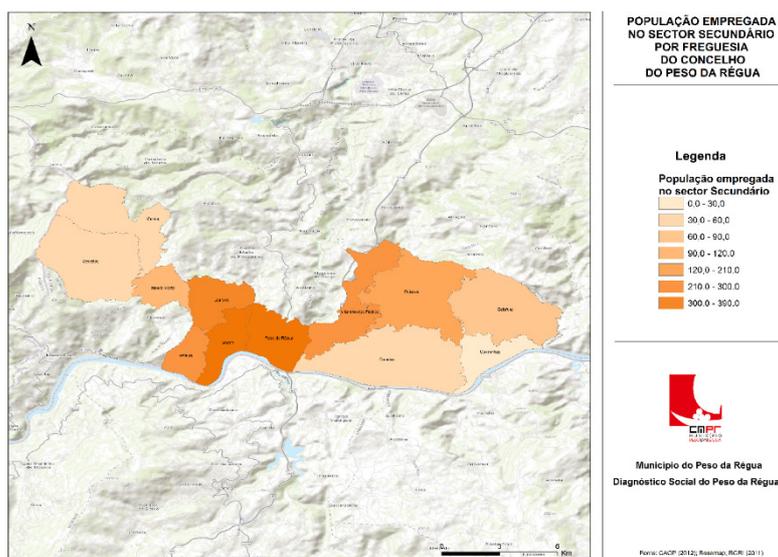


Figura 21 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2011

A terciarização da sociedade portuguesa está também bem presente no concelho do Peso da Régua.

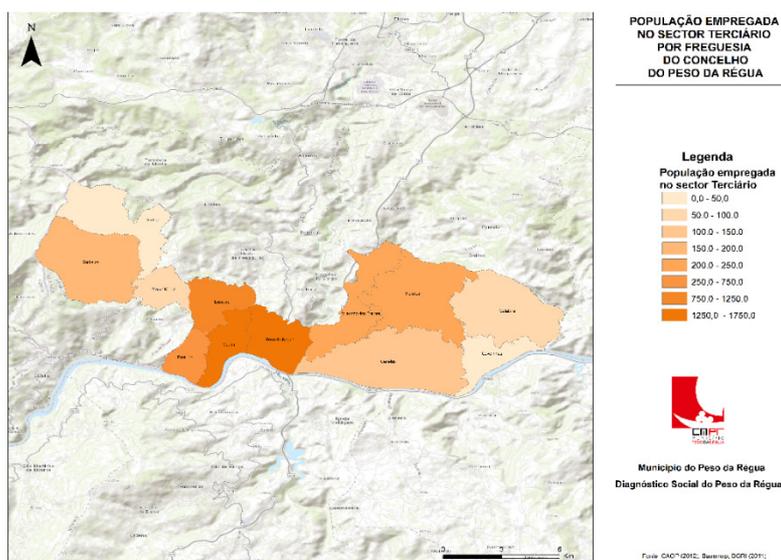


Figura 22 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2011

Este é o setor de atividade que mais emprega população residente, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública. As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem às freguesias do lugar urbano de Peso da Régua, Godim regista 74,2% e Peso da Régua 80,1%. Fontelas, pela sua proximidade à cidade, também regista uma percentagem elevada de população afeta ao setor terciário, superior a 60%.

É ainda de notar que em todas as freguesias do concelho se registou um aumento de população afeta a este setor, particularmente significativo em Covelinhas, Loureiro e Galafura, onde o aumento foi superior a 10%. A afetação da população empregada aos diferentes setores de atividade está estritamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovens.

2. EDUCAÇÃO

2.1. PANORAMA CONCELHIO

Uma análise ao panorama concelhio, no que diz respeito ao nível de instrução da população do Peso da Régua, permite constatar que a taxa de analfabetismo é de 7,67% de acordo com os Censos 2011. Comparativamente aos Censos 2001, verifica-se uma descida acentuada do número de população sem nível de escolaridade, que à data era de 11,87%. Segundo os Censos de 2011 uma grande parte da população, cerca de 32,4%, possui apenas o 1º ciclo do ensino básico.

Quanto ao 2º ciclo, segundo os dados dos Censos do mesmo ano, a nível concelhio, é possível apurar que 12,8% da população possuem este nível de instrução, 17,2% possui o 3º ciclo e apenas 13,2% da população possui a escolaridade mínima obrigatória, que em 2009, a Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto estabeleceu o regime de escolaridade obrigatória até ao 12º ano ou no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos. Estes dados podem indicar que os recursos humanos desta região são pouco qualificados.

Aumentando os níveis de ensino, a percentagem da população diminui significativamente: 11,68% terminaram o ensino secundário, apenas 0,6% possuem o ensino médio e 9,0% terminaram o ensino superior. Em 2001 a percentagem de população com o ensino superior era de 5,1%, comparativamente a 2011, conclui-se de forma geral que houve um aumento no nível de instrução da população, embora ainda estejamos longe de atingir os valores desejados.

Assim, torna-se fundamental investir na qualificação da população, nomeadamente na formação dos jovens quer seja através do investimento em ações de formação profissional, cursos Profissionais ou no ensino regular, de forma que os jovens concluam o ensino secundário, investindo assim na qualidade da mão de obra que possam vir a oferecer. É de referir, que desde 2005, foram tomadas medidas específicas para aumentar o reconhecimento de competências da população, nomeadamente através do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares e Profissionais (RVCC). Transportando estes dados para a realidade nacional pode-se afirmar que os valores do concelho refletem a realidade do país. De acordo com o relatório da OCDE “Education at a Glance 2013”, Portugal está entre os cinco países da OCDE com maior proporção de adultos, entre os 25 e os 64 anos) sem o ensino secundário completo: 65% em contraste com a média de 25% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Deste modo conclui-se que “O desafio ainda é aumentar as baixas taxas de escolaridade”, pois só deste modo o concelho do Peso da Régua pode estimular as potencialidades e recursos endógenos e competir com outras cidades do país e da união europeia.

De acordo com a reorganização escolar implementada pelo Ministério da Educação, os estabelecimentos de ensino público do concelho estão integrados num mega agrupamento denominado Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia. Foram também construídos dois centros escolares, Centro Escolar da Alameda e Centro Escolar das Alagoas, onde está concentrado o 1º Ciclo do ensino básico. Ao nível do pré-escolar, existem três salas em cada um dos centros escolares e ainda uma sala em cada uma das seguintes freguesias: Loureiro e Galafura. Godim é a freguesia do concelho que reúne estabelecimentos de todos os níveis de ensino desde o jardim de infância até ao ensino profissional.

Como já referido, a lei nº85/2009 de 27 de agosto veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de educação, ou independentemente de qualquer ciclo ou nível de ensino no momento em que o aluno perfaça 18 anos.

No 1.º ciclo, o ensino visa o desenvolvimento de competências básicas definidas para este nível de ensino. Com a implementação da escola a tempo inteiro, as escolas funcionam, no mínimo, oito horas por dia, permitindo oferecer atividades de enriquecimento curricular em que se inclui o ensino de Inglês nos quatro anos de escolaridade e o apoio ao estudo para todos os alunos (de caráter obrigatório), bem como a atividade física e desportiva. Este nível de ensino funciona em regime de monodocência, havendo a possibilidade de recurso a professores especializados em determinadas áreas, como os professores do Ensino especial.

No 2.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas e áreas de estudo de caráter pluridisciplinar.

No 3.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas. Tem por objetivos principais a aquisição de conhecimentos e competências indispensáveis ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento de estudos.

Os 2.º e 3.º Ciclos funcionam em regime de pluridocência, com professores especializados nas diferentes disciplinas. O ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é obrigatório no 2.º e 3.º ciclos (5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade). No ensino básico, os alunos são sujeitos à avaliação sumativa interna e externa através das provas de aferição no 2.º, 5.º e 8.º ano de escolaridade. No 3.º ciclo, os alunos são submetidos a uma avaliação sumativa externa, através de exames nacionais, nas disciplinas de Português e Matemática, no 9.º ano. Aos alunos que completam com sucesso o 3.º ciclo é atribuído o diploma do ensino básico.

O ensino secundário visa proporcionar uma formação e aprendizagens diversificadas, possuindo diversas vias:

- Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- Cursos artísticos especializados, vocacionados para o prosseguimento de estudos ou orientados para a inserção no mundo do trabalho;
- Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos;
- Ensino secundário na modalidade de ensino recorrente;

O nosso concelho não oferece todas as vias do ensino secundário, assim, possui apenas as modalidades de cursos científico-humanísticos e cursos profissionais.

2.2. ENSINO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, antecedendo a entrada oficial na escolaridade obrigatória. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins de infância públicos ou privados. Os jardins de infância públicos são gratuitos.

Os jardins de infância (JI) que integram a rede pública existentes no concelho, no ano letivo de 2020/2021, totalizam 130 crianças distribuídas pelas salas a funcionar nos dois centros escolares e nas freguesias de Loureiro e Galafura.

Nº de crianças a frequentar o jardim de infância	
Centro Escolar das Alagoas	35
Loureiro	18
Galafura	16
Centro Escolar da Alameda	48
Total	110

Figura 23 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede pública no ano letivo 2020/2021

Do total de crianças a frequentarem o jardim de infância, 36 % encontram-se no Centro Escolar das Alagoas e 43% no Centro Escolar. As restantes crianças, 21%, frequentam os jardins de infância de Loureiro e Galafura.

Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI				
	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
Centro Escolar das Alagoas	13	8	14	35
Loureiro	7	6	5	18
Galafura	5	5	4	16
Centro Escolar da Alameda	7	23	13	48

Figura 24 - Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI no ano letivo 2020/2021

Existem ainda estabelecimentos do pré-escolar ligados à rede privada que apresentam, para além do serviço de jardim de infância, as valências de creche e ATL.

Estabelecimento de ensino	Creche	Pré-Escolar	ATL
Centro Social e Paroquial Pe. Manuel Vieira de Matos	28	40	0
Patronato Pe. Alberto Teixeira	48	69	25
“O Baguinho”	33	38	0
Santa Casa da Misericórdia	58	65	30

Figura 25 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede privada no ano letivo 2020/2021 (Fonte: ISS, I.P., 2015; IPSS's)

2.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Devido à reorganização da rede escolar, o 1º ciclo do ensino básico do concelho está concentrado nos dois centros escolares a funcionar na cidade.

Estabelecimento de Ensino	Nº Alunos por ano				Nº Turmas				Nº Total de Alunos
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	
Centro Escolar das Alagoas	55	66	41	90	3	3	2	4	264
Centro Escolar da Alameda	47	61	59	61	3	3	3	3	240
Total	102	127	100	151	6	6	5	7	504

Figura 26 - Caracterização do 1º ciclo do ensino básico, quanto ao nº de alunos
(Fonte: Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua, Ano letivo 2020/2021)

Relativamente ao número de alunos inscritos neste nível de ensino verificamos uma diminuição gradual desde o início do milénio. Contudo, nos últimos anos os números têm-se mantido mais ao menos estáveis, exceto no ano letivo 2011/2012, ano em que se registou uma grande quebra no número de alunos a frequentar o 1º ano de escolaridade.

2.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No Concelho de Peso da Régua o 2º Ciclo do Ensino Básico é assegurado pela EB 2,3 de Peso da Régua, o ensino do 3º CEB é lecionado na EB 2, 3 de Peso da Régua e Escola Secundária Dr. João Araújo Correia. Na escola EB 2,3 do Peso de Régua verifica-se que nos últimos 5 anos há um número mais ou menos estável de alunos.

Alunos matriculados no ano letivo 2020/2021						
Ano de Escolaridade	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
Número de Alunos	155	127	37	45	31	395
Número de Turmas	7	7	2	2	2	20
Idade Média	10	11	12	13	14	-----
% Alunos do sexo feminino	44,00	52,00	57,00	31,00	71,00	-----

Figura 27 - Nº de alunos matriculados no 2º e 3ºciclo da Escola EB. 2,3 do Peso da Régua, por ano de escolaridade

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2020/2021				
Ano de Escolaridade	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
Número de Alunos	105	101	111	317
Número de Turmas	6	6	6	18
Idade Média	12	13	14	-----
% alunos do sexo feminino	46	48	56	-----

Figura 28 - Nº de alunos matriculados no 3ºciclo da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

Indo de encontro às diretrizes do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, foram criados os CEF - Cursos de Educação e Formação, PCA - Percursos Curriculares Alternativos e o PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação, garantindo respostas educativas a jovens em situação de abandono escolar e em transição para a vida ativa, nomeadamente dos que entraram precocemente no mercado de trabalho com níveis insuficientes de formação escolar e de qualificação profissional. Assim, estes cursos destinam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos. Permitem o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas.

No presente ano letivo não existe no Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia nenhuma turma destas modalidades de ensino (CEF e PCA).

2.5. ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário é assegurado ao nível público pela Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia. Esta escola tem a funcionar o 3º ciclo, o ensino secundário e o ensino profissional, perfazendo um total de 1213 alunos.

A oferta formativa da escola oferece todos os cursos científico-humanísticos e cursos profissionais.

Turmas dos Cursos Científico-Humanísticos Ano letivo 2020/2021			
Ano de Escolaridade	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Ciências e Tecnologias	2,5	3	3
Artes Visuais	0,5	0,5	0,5
Línguas e Humanidades	2	1,5	2
Ciências Socio- económicas	1	1	0,5
Nº Total de Turmas	6	6	6

Figura 29 - Número de turmas nos diversos cursos científico-humanísticos

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2020/2021				
Ano de Escolaridade	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
Número de Alunos	113	128	122	363
Número de Turmas	6	6	6	18
Idade Média	15	16	17	-----
% alunos do sexo feminino	43,70	57,00	42,00	-----

Figura 30 - Nº de alunos matriculados no ensino secundário na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

Anos letivos	Agrupamento	Nº turmas	Nº de alunos	Nº total de turmas	Nº total de alunos
10º Ano	Ciências e Tecnologias	2,5	57	6	113
	Línguas e Humanidades	2	40		
	Artes Visuais	0,5	6		
	Ciências Socioeconómicas	1	10		
11º Ano	Ciências e Tecnologias	3	59	6	128
	Línguas e Humanidades	1,5	39		
	Artes Visuais	0,5	7		
	Ciências Socioeconómicas	1	23		
12º Ano	Ciências e Tecnologias	3	76	6	122
	Línguas e Humanidades	2	36		
	Artes Visuais	0,5	3		
	Ciências Socioeconómicas	0,5	7		

Figura 31 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino secundário (Fonte: Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua)

A Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia oferece ainda cursos profissionais, nas seguintes áreas: Turismo, Multimédia, Eletrónica, Informática e Geriatria, no ano letivo de 2020/2021.

Alunos Matriculados nos Cursos Profissionais Ano letivo 2020/2021			
	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Técnico de Multimédia	1	0,5	1
Tec. Eletrónica, Automação e Computadores	0,5	0,5	0,5
Técnico de Geriatria	0,5	0,5	0
Técnico de Animação em Turismo	0	0,5	0,5
Técnico de Informática e Gestão de Redes	0	0	0,5
Técnico de Distribuição	0	0	0,5
Nº Total de Turmas	2	2	3

Figura 32 – N.º de turmas nos diversos cursos profissionais

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2020/2021				
Ano do Curso Profissional	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Número de Alunos	50	43	45	138
Número de Turmas	2	2	3	7
Idade Média	15	16	17	----
% alunos do sexo feminino	15,00	15,00	13,00	-----

Figura 33 - Nº de alunos matriculados no ensino profissional na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

O Agrupamento é equiparado a escola EREBAS (Escola de referência para o ensino bilingue de alunos surdos), sendo apoiados por uma equipa multidisciplinar, constituída por docentes especializados, terapeutas da fala, intérpretes de língua gestual portuguesa, formadores de língua gestual portuguesa e psicólogos. Esta unidade é frequentada por 15 alunos com a seguinte distribuição em função do ano de escolaridade: Pré-escolar-1, 1º ano-1, 2-ºano – 1; 3.º ano – 1; 5º ano-4, 6.º ano – 1; 9º ano-1, 10º ano profissional -3, 11º ano-1, 12º ano -1.

2.6. ENSINO PROFISSIONAL

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo está implantada na região do Douro vinhateiro. Situada na Quinta do Rodo, a EPDRR detém uma área de aproximadamente 10 hectares. Possui uma exploração vitícola, que, em plena produção, atinge as 50 toneladas de uvas. A Escola tem autorização de fabrico de Vinho do Porto, que ronda as 30/36 pipas e, por conseguinte, tem investido na mecanização de 1,8 hectares de vinha em patamares.

Tendo em conta as excelentes condições do solo e de produção, a Escola é, hoje, detentora de uma marca registada, a “Quinta do Rodo”. As boas condições físicas espelham o carácter empreendedor e inovador daqueles que gerem o património da Escola, expressando qualidade e zelo pela sua manutenção.

Assim, a Escola dispõe, ainda, de um parque de máquinas, de uma estufa provida de todas as condições necessárias à produção de hortícolas, de um pavilhão ginnodesportivo equipado com painéis solares e de um anfiteatro exterior. No sentido de se adaptar às exigências e especificidades dos cursos que ministra, a Escola é detentora de duas salas de Termalismo, uma sala de Energias Renováveis, um Laboratório de Enologia e de Provas, uma Padaria/Pastelaria, uma Cozinha Pedagógica e um Restaurante Pedagógico. Para dar resposta às necessidades de alojamento dos seus alunos, a Escola detém duas residências para estudantes com capacidade para acolher cerca de 90 alunos.

No presente ano letivo 2020/2021 encontram-se a frequentar a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo 156 alunos, dos quais 58 estão matriculados no 10.º ano, 44 no 11.º ano e 54 alunos no 12.º ano.

Ano letivo	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
2018/2019	80	72	63	215
2019/2020	55	64	62	181
2020/2021	58	44	54	156

Figura 34 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino profissional (Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo)

Esta instituição pública de educação e de formação teve a sua origem há mais de 50 anos com a Secção Técnica da Escola Técnica da Régua, ministrando cursos de índole agrícola que conferiam o 9.º ano de escolaridade aos seus formandos. Depois de ter integrado a rede de ensino público como Escola Secundária, a Instituição autonomizou-se, perdendo a designação de Secção Agrícola da Escola Técnica da Régua. Em consequência da reforma do ensino secundário levada a cabo no início da década de 90, extinguiu-se o Ensino Agrícola nas escolas secundárias e deu-se início à criação, a nível nacional, do Ensino Profissional. Nesta sequência, em 1992, a então Escola Secundária do Rodo foi a entidade promotora da Escola Profissional Agrícola do Rodo, hoje designada por Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo. As suas raízes estão associadas aos setores agrícola e vitícola, pelo que a oferta formativa inicial integrava os cursos de Gestão Agrícola e Vitivinicultura.

Com a natural evolução da sociedade, a oferta formativa da Escola foi-se diferenciando, de forma a potenciar a empregabilidade dos seus alunos e de evitar um desfasamento das necessidades de formação. Assim, numa perspetiva transdisciplinar, a Escola disponibiliza hoje um leque mais variado de cursos no seu plano de formação. Paralelamente, e como expressão da necessária adaptação à realidade da região, a EPDRR procura dar resposta às suas necessidades de formação e de qualificação numa perspetiva alargada. Neste âmbito, a Instituição é a Entidade Promotora do Centro Qualifica, antes denominado Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP). A EPDRR tem encetado uma dinâmica de cooperação com o exterior, através da criação de parcerias/protocolos com o tecido empresarial, visando a criação de novas oportunidades de formação, bem como a ampliação das suas potencialidades de empregabilidade.

Num mundo cada vez mais global e competitivo, a Escola continuará, portanto, a ser impulsionadora da sustentabilidade da economia local e regional, acompanhando as transformações sociais que potenciam novos desafios no desenvolvimento do carácter empreendedor dos agentes envolvidos.

OFERTA FORMATIVA:

CURSOS PROFISSIONAIS

- Curso Técnico de Vitivinícola
- Curso Técnico de Termalismo
- Curso Técnico de Restauração – Variante Cozinha/Pastelaria
- Curso Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar
- Curso Técnico de Apoio Psicossocial
- Curso Técnico de Desporto
- Curso Técnico de Instalações Elétricas

2.6.1. CENTRO QUALIFICA (CQ)

O Programa Qualifica é um programa vocacionado para a qualificação de adultos que tem por objetivo melhorar os níveis de educação e formação dos adultos, contribuindo para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos. O Programa Qualifica assenta numa estratégia de qualificação que integra respostas educativas e formativas e instrumentos diversos que promovem a efetiva qualificação de adultos.

A necessidade do Programa Qualifica, surge, porque a população portuguesa continua a apresentar um expressivo défice de qualificação que condiciona o desenvolvimento do país. De acordo com os dados do Eurostat (2016), mais de metade da população, entre os 25 e os 64 anos, tem um nível de qualificação igual ou inferior ao ensino básico (9.º ano de escolaridade). O Programa Qualifica visa reaproximar Portugal das metas de convergência em matéria de aprendizagem ao longo da vida com a média dos países da União Europeia, dando um novo impulso à mobilização da população adulta na procura de qualificações.

O CQ da Escola profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, desenvolve processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas pelos adultos ao longo da vida por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação, em áreas de formação diversas.

O CQ tem por objetivo assegurar a prestação de um serviço de qualidade, no domínio da orientação de jovens e adultos, com enfoque na informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação, que promova uma escolha realista e que atenda, entre outros fatores, aos perfis individuais, à diversidade de percursos quanto ao prosseguimento de estudos ou às necessidades do mercado de emprego.

2.7. ENSINO SUPERIOR

Universidade Aberta

Os **Centros Locais de Aprendizagem** são núcleos vocacionados para a promoção de atividades orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Resultam da criação de parcerias entre a Universidade Aberta e a sociedade civil, procurando desenvolver uma intervenção, em termos culturais e educativos, enquadrada nas dinâmicas locais e de acordo com as especificidades da respetiva área de influência.

Pretendendo favorecer o acesso de amplos setores populacionais à Sociedade da Informação e do Conhecimento, a sua ação privilegia a aquisição de competências no uso das Tecnologias Digitais, bem como o desenvolvimento de outras competências – académicas, profissionais, culturais e cívicas – em diferentes áreas. Neste sentido, dinamizam ações educativas de âmbito formal, não-formal e informal, com vista à oferta de oportunidades de aprendizagem às populações que, por circunstâncias geográficas, são particularmente suscetíveis de exclusão.

Cabe ainda aos Centros Locais de Aprendizagem facultar o suporte logístico e instrumental aos estudantes residentes na respetiva área de intervenção, assim como a responsabilidade de coordenação e organização do processo de avaliação presencial.

Os CLA divulgam a Oferta Pedagógica formal da Universidade Aberta (licenciaturas, mestrados pós-Graduações e doutoramentos).

O Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta de Peso da Régua, a funcionar desde 2008 com sede na Avenida Dr. Antão de Carvalho, resulta de uma parceria entre a Universidade Aberta e a Câmara Municipal de Peso da Régua.

3. SAÚDE

A doença e a saúde durante muito tempo resultaram de uma evidência exclusivamente orgânica e de interpretação médica. De facto, a saúde e a doença, só muito recentemente, conseguem libertar-se de uma compreensão estritamente biológica e individual para serem pensadas nas suas dimensões políticas, sociais e familiares. Sabe-se hoje, que o nível de saúde de uma população é influenciado pelos serviços de saúde, por fatores hereditários, por fatores ambientais e maioritariamente pelos estilos de vida, ou seja, pelas condições sociais de existência e pelos valores adotados em relação aos comportamentos individuais, familiares e sociais.

O direito à proteção da saúde torna-se um imperativo, sendo garantido, em Portugal, por um Serviço Nacional de Saúde universal cujas infraestruturas de saúde são organizadas e distribuídas de acordo com as necessidades, que sejam física e economicamente acessíveis a toda a população.

Os cuidados de saúde primários constituem o pilar central do sistema de saúde. Na verdade, os centros de saúde constituem o primeiro acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde, assumindo importantes funções de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

A reconfiguração dos Cuidados de Saúde Primários criou os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) do serviço nacional de Saúde e estabeleceu o seu regime de organização e funcionamento. De acordo com o regime agora estabelecido os ACES "... são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais que agrupam um ou mais centros de Saúde, cuja missão é garantir a prestação de cuidados de Saúde Primários à população de determinada área geográfica.

Cada Centro de Saúde pode ter varias unidades; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados(UCSP); Unidades de Saúde Familiares (USF) e Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC). A nível do ACES, existem outras unidades que embora centralizadas, prestam serviço em articulação com os Centros de Saúde: Unidade de Saúde Publica (USP) Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) e Unidade de Apoio á Gestão (UAG). Este modelo organizacional e de flexibilidade técnica dos serviços operativos foi reforçado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013 de 7 de outubro. Cada unidade funcional e composta por uma equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica..." Decreto-Lei n.º 22/2008 de 22 de fevereiro.

Desde 2019, este modelo de prestação de cuidados em cuidados de saúde primários, teve que se adequar de acordo com a atual pandemia de âmbito mundial.

A emergência de saúde pública e a situação excecional que resultou da epidemia por Sars-cov-2 e a infeção epidemiológica pelo covid-19, teve um enorme impacto no sistema de saúde a nível global.

Como resultado imediato, verificou-se a diminuição da acessibilidade a alguns cuidados de âmbito assistencial programado e não programado como consequência das alterações aplicadas à organização e prestação de cuidados de saúde em função da evolução da pandemia. A suspensão de atividades e os planos de retoma, têm sido uma constante preocupação com reflexo direto na orgânica de prestação de cuidados de saúde.

Considerando algum agravamento na qualidade da saúde da população pelo contexto atual e tendo por base o último Plano Local de Saúde (PLS) do ACES, faremos adiante uma análise sobre as condições de saúde atuais.

O Centro de Saúde de Peso da Régua integra o Agrupamento de Centros de Saúde Marão e Douro Norte (ACES Douro I Marão e Douro Norte²) e é composto por 3 Unidades Funcionais, 2 USF (Unidade de Saúde Familiar da Régua e a Unidade de Saúde Familiar Douro) e 1 UCC (Unidade de Cuidados na Comunidade Douro). O horário de funcionamento é das 08:00h às 20:00h, nos dias úteis, sábados, domingos e feriados. A Consulta Aberta (adiante referida) funciona no mesmo horário. O horário de funcionamento da UCC Douro é das 08:00h às 20:00h dias uteis e 08:00h às 16:00h aos fins semana e feriados.

A UCCD presta serviço à população inscrita no Concelho do Peso da Régua e do Concelho de Mesão Frio.

Na tabela podemos observar a dotação de profissionais por categorias profissionais, bem como o número de consultas e utentes inscritos.

	2019		Profissionais			
	Utentes inscritos	N.º Consultas	Médicos	Enfermeiros	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
USF Régua	10 520	37 225	6	7	6	-
USF Douro	7801	23 871	5	5	4	-
UCC Douro	23 043 (Mesão Frio – 4722)	177	-	7	-	2
SAC		6603				
RNCCI – Longa Duração – capacidade de 26 camas						

Figura 35 -Dotação de profissionais de saúde e número de consultas e utentes inscritos (fonte – Diagnóstico de Situação de Saúde Peso da Régua – 2020 | ACeS Douro I Marão e Douro Norte)

² O ACES Douro Norte , criado pela Portaria n.º273/2009 de 19 de março, abrange a área geográfica correspondente aos sete concelhos seguintes: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real (Relatório de Atividades 2013 – ACES Douro Norte).

Do ACES Marão e Douro Norte, outras unidades (URAP; USP e UAG) articulam atividades com o Centro de Saúde, disponibilizado a tempo total ou parcial outros técnicos de saúde: Fisioterapeuta; Cardiopneumologista; Nutricionista; Assistente Social e Psicólogo.

Existem ainda outros recursos na área da saúde no concelho do Peso da Régua, entre eles: o Centro Renal, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, farmácias, laboratórios de análises, clínicas privadas, entre outros.

3.1. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE

Quando se pretende avaliar a saúde de uma população recorre-se aos indicadores de saúde permitem medir a situação de saúde de uma população, indicadores de natalidade, mortalidade e morbilidade dão uma visão genérica do nível de saúde. O quadro que se segue traduz de forma sintetizada, alguns indicadores de impacto no concelho do Peso da Régua.

Índices	2011
Índice de Envelhecimento	157.4
Índice de Dependência Jovem	18.6
Índice de Dependência Idoso	29.2
Índice de Dependência total	47.8
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	6.1
Taxa de Mortalidade Infantil	0,0
Taxa de Mortalidade Geral	10.5
Índice de Fecundidade	1.06

Figura 36 - Indicadores de Saúde no concelho do Peso a Régua (Fonte: CENSOS 2011)

O Diagnóstico de Situação de Saúde do Concelho Peso da Régua (DSSCPR) 2020, refere dados relativos a 2017. No que concerne á mortalidade, no ano 2017 dos 181 óbitos verificados, os Tumores Malignos e Doenças do Aparelho Circulatório representam cerca de 55% da totalidade de óbitos.

Das mortes verificadas por Tumores Malignos, 11,6% correspondem a Tumores Malignos do Aparelho Digestivo, dos quais 66% destes foram nos homens. Relativamente aos óbitos causados pelas Doenças do Aparelho Circulatório, 11,1% dos óbitos ocorreram por Doenças Cerebrovasculares e 38,5% foram por doenças do aparelho circulatório. Em termos comparativos o DSSCPR, refere que...” Este padrão de mortalidade na Régua não é assim muito diferente do esperado sendo semelhante ao padrão apresentado no PLS do ACES.

Relativamente à morbilidade em cuidados de saúde primários (dados referentes a 2019 na população inscrita no Concelho Peso da Régua – 18321), a doença ou os problemas de saúde advêm de alguns fatores de risco que estão relacionados com os estilos de vida individuais e coletivos, principalmente das escolhas que fazemos ou da vida cada vez mais sedentária que temos. Assim, as doenças ou problemas de saúde que mais impacto tiveram na qualidade de saúde dos reguenses, aqui traduzidas percentualmente foram: a hipertensão (25.7%), as alterações do metabolismo dos lípidos (25.2%), o excesso de peso (20.0%), o abuso do tabaco (14.2%), a obesidade (12.9%), as perturbações depressivas (12,6%), a diabetes (9.0%), a osteoartrose do joelho (8,5%) e o abuso crónico do álcool que concorre com uma percentagem bastante significativa de 4.8%. Estes fatores de risco contribuem para a diminuição de dias de vida saudáveis, quer por doença ou incapacidade, quer por morte prematura.

Dos dados apresentados pelo DSSCPR é de salientar, a morbilidade por Perturbações Depressivas. A depressão é uma doença que integra a saúde mental e que afeta ao longo da vida cerca de 20% da população portuguesa e é considerada a principal causa de incapacidade e a segunda causa de perda de anos de vida saudáveis.

De referir que o impacto provocado pela pandemia COVID-19 agravou as condições nos grupos mais vulneráveis, nomeadamente nas famílias e nas pessoas idosas, com repercussões ao nível socioeconómico. O aumento do desemprego, a diminuição dos rendimentos, o aumento da violência doméstica, o aumento da privação material e social das famílias e conseqüente insegurança e instabilidade emocional bem como, o agravamento da solidão e a conseqüente deterioração da situação de saúde/condição física e/ou problemas de saúde mental das pessoas idosas vieram colocar a descoberto a necessidade de um maior investimento na área da saúde mental, constituindo uma resposta para a qual urge um reforço da intervenção multidisciplinar no Concelho. Sensíveis à necessidade de intervenção nestas áreas, a saúde em articulação com várias instituições parceiras na comunidade, tem desenvolvido programas e algumas intervenções dirigidas a grupos mais vulneráveis. Outras problemáticas de saúde identificadas, com algum peso na morbilidade da população do concelho, são também comuns às referenciadas para o resto do país.

Todas estas problemáticas da saúde que traduzem as principais causas de morbilidade e mortalidade do Concelho Peso da Régua e que na sua maioria vão de encontro aquilo que é a realidade regional e nacional, tem nos programas de saúde prioritários, as principais orientações para que os serviços de saúde possam organizar-se numa perspetiva de promoção de saúde e de prevenção e controlo das doenças crónicas.

3.1.1. UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR

Os Cuidados de Saúde Primários são a pedra basilar de um Sistema de Saúde forte e bem organizado. Em Portugal os Cuidados de Saúde Primários têm passado por um período de transição com uma reforma do seu modelo organizacional. As Unidades de Saúde Familiar (USF) são apenas uma parte dessa reforma, mas certamente a que tem mais impacto, quer mediático quer junto dos utentes. Estas permitem uma reestruturação da assistência primária aos cidadãos garantindo mais acessibilidade, eficiência e qualidade, através do trabalho em equipa dos profissionais de saúde, incentivados ao bom desempenho por um regime retributivo especial que visa a produtividade. Assim, os Cuidados de Saúde Primários detêm no sistema de saúde português um papel fulcral, agindo, idealmente, como primeiro ponto de entrada do utente no sistema, bem como na prevenção e na promoção de boas práticas de saúde. Desta forma, uma estrutura de Cuidados de Saúde Primários bem gerida e

bem organizada que cubra toda a população permite que o sistema de saúde cumpra todo o seu potencial. As Unidades de Saúde Familiar (USF) são um modelo inovador de assistência primária de saúde, dotadas de autonomia organizativa e funcional e têm como objetivo suprir as necessidades de saúde primárias de uma população fixa de utentes. Organizadas numa lógica de equipas multiprofissionais, visam a personalização dos cuidados prestados atendendo aos contextos socioeconómicos do utente, dos agregados familiares e da população.

As Unidades de Saúde Familiares do Peso da Régua dispõem de consultas para atendimentos programados e para situações agudas, não programadas, designada por “Consulta Aberta”, funciona nas instalações do Centro de Saúde. O horário de funcionamento é das 08:00h às 20:00h, nos dias úteis e sábados, domingos e feriados, das 08:00h às 20:00h. As consultas são asseguradas por um médico, preferencialmente pelo médico de família no seu horário de Consulta Aberta, se tal não for possível, o utente é encaminhado para a consulta aberta do médico/enfermeiro disponível no dia e hora em que a consulta é solicitada. As situações que podem constituir motivo para Consulta Aberta são: Problemas agudos ou de instalação recente; dor; traumatismos ligeiros; febre, problemas respiratórios, digestivos, circulatórios, urinários, de pele, oculares; outros, que por decisão de um dos elementos da equipa assim seja considerada e/ou necessite de intervenção imediata.

As Unidades de Saúde Familiares do Peso da Régua desenvolvem consultas nas seguintes áreas:

Gestão da Doença

- Diabetes Mellitus
- Doenças Aparelho Respiratório
- Hipertensão Arterial

Gestão da Saúde

- Saúde da Mulher
- Saúde do Adulto
- Saúde do Idoso
- Saúde Infantil e Juvenil

3.1.2. UNIDADE CUIDADOS NA COMUNIDADE DOURO

Às UCC compete, segundo o disposto no Artigo 11º do Decreto-Lei 28/2008 de 22 de fevereiro, “...prestar cuidados de saúde e apoio social, de âmbito domiciliário e comunitário, às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física e funcional, atuando na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção, segundo o despacho nº 10143/2009 de 16 de abril...”

Os Cuidados de Saúde prestados pela UCC Douro são definidos considerando o diagnóstico de saúde da comunidade e as estratégias de intervenção definidas no Plano Nacional de Saúde (PNS).

A UCC Douro abrange os concelhos de Peso da Régua e Mesão Frio. É constituída por uma equipa multiprofissional, enfermeiros, psicóloga, assistente social, nutricionista, secretarias clínicas e assistentes operacionais.

Fazendo parte integrante da UCCD, a Equipa de Cuidados Continuados Integrados Douro (ECCI) tem como objetivo a prestação de cuidados domiciliários, nas diversas vertentes multidisciplinares do cuidar: médica, de enfermagem, de apoio social, de psicologia clínica e de nutrição. Assim sendo, as pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescença beneficiam dos cuidados desta equipa.

A UCCD contratualiza internamente com o ACES, através de uma carta compromisso uma carteira básica de serviços que abrange as grandes áreas de intervenção em saúde:

- Preparação para o parto e parentalidade
- Saúde Escolar/ PNSE
- Cuidados Continuados
- Rede Social
- Núcleo Social de Inserção
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
- Rede Local de Intervenção a Vítimas de Violência Doméstica
- Projetos de intervenção comunitária relacionados com os determinantes de saúde.

Na execução de todas as áreas contratualizadas, a UCCD trabalha um conjunto de projetos de promoção da saúde e prevenção e controlo das doenças crónicas, com base nos determinantes de saúde, definidos como os fatores que influenciam, afetam ou determinam a saúde da população (biológicos; sociais e económicos; ambientais; estilos de vida; acesso aos serviços e o sistema de saúde).

Segundo o descrito no DSSPR ...” Estima-se que 70% dos determinantes de saúde estejam fora do sector de saúde. Os determinantes socioeconómicos e ambientais influenciam em cerca de 50% a nossa saúde individual, familiar e comunitária. Todos estes fatores devem, pois, ser tidos em consideração nos planos e programas que visam a obtenção de ganhos em saúde.” e ainda, ... Os estilos de vida saudáveis ocupam um lugar de relevo pela aparente facilidade que apresentam na obtenção de ganhos em saúde. Eles influenciam em cerca de 30% a saúde e dependem sobretudo de escolhas e comportamentos individuais.”

Os múltiplos projetos que a UCCD desenvolve na sua maioria em parceria com as várias instituições da comunidade, das quais a Câmara Municipal do Peso da Régua é um parceiro de importância considerável, têm o propósito de obter ganhos em saúde.

Na Declaração “para uma Vida Melhor” de 2010, descrevem-se seis prioridades para a prevenção e controlo das doenças crónicas: o acesso aos serviços, literacia, alimentação, exercício físico, redução do tabagismo e a diminuição no consumo de álcool. Todos estes determinantes estão associados às principais causas de mortalidade e morbilidade das quais o Concelho do Peso da Régua corrobora.

Globalmente, a intervenção da UCCD, fundamenta-se e trabalha essencialmente com base em todos os programas de saúde de âmbito nacional, dando especial destaque ao Programa Nacional de Intervenção

Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida, cujo objetivo é o de “reduzir a prevalência de fatores de risco de doenças crónicas não transmissíveis e aumentar a prevalência de fatores de proteção, através de uma abordagem integrada e intersectorial”.

3.1.3. Comportamentos Aditivos e Dependências

No que respeita às problemáticas próprias da saúde, refere-se especificamente aos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), nomeadamente, consumo de substâncias Lícitas e ilícitas e de seguida a deficiência.

Como refere o Guião para Diagnóstico do Território (Plano Operacional para Respostas Integradas – Fase 4), (PORI) os problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas, especialmente às ilícitas, não são facilmente aferidos através das fontes tradicionais da saúde, devido ao seu enquadramento jurídico e social e à pluralidade de fatores relacionados com o fenómeno.

Em termos de ambulatório, o Centro de Saúde do Peso da Régua possui em funcionamento as consultas de tabagismo, uma vez por semana, sendo que para a problemática dos consumos de substâncias psicoativas conta com a rede de referência e encaminhamento destes indivíduos. Neste âmbito, e para o concelho do Peso da Régua as respostas resultam da intervenção do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Vila Real e Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro (CHTMAD) em estreita articulação com os Cuidados de Saúde Primários locais.

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. O único serviço público com capacidade de resposta em CAD são as Unidades de intervenção Locais (UIL). Quanto aos CAD estes são fenómenos que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo (SICAD).

Para o concelho de Peso da Régua existe a Equipa Técnica Especializada (ETE) de Vila Real e de Iamego que dá resposta aos indivíduos que necessitem de intervenção nesta área. As ETE do CRI de Vila Real são unidades de intervenção local que numa logística alargada, tentam intervir por forma a dar resposta a todos os casos possíveis de saúde, comunitários, escolar e em todas as solicitações pelas entidades que necessitem da intervenção/formação do CRI, nomeadamente: prevenção indicada (jovens até 24 anos) com consumos; acompanhamento de consultas de psicologia em parceria com o IPDJ em Vila Real.

O Centro de Respostas Integradas (CRI) de Vila Real é a UIL referenciada a um território de 23 concelhos, onde se inclui o Peso da Régua. Dispõe de Equipas Técnicas Especializadas para as diversas áreas de intervenção: prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos.

No âmbito da prevenção, O CRI dá resposta na intervenção em meio comunitário (ações de sensibilização; ações de formação; programas de treino de competências pessoais e sociais) através de parceria ou como resposta a solicitações por parte de instituições da comunidade; meio escolar (ações de sensibilização; ações formação; implementação de programas de treino de competências pessoais e sociais - “Pistas e Trilhos” e “Eu e os Outros” - utilizados ao nível da prevenção universal e seletiva), DDN.

O CRI de Vila Real apresenta valores de consumo ao Longo da Vida para o Álcool – 89,8%; Tabaco- 66,8%; Haxixe - 30,4% e Outras Ilícitas- 6,9%. No que se refere ao concelho do Peso da Régua verificou-se para Álcool 88,1%; Tabaco 77,6%; Haxixe 33,0% e Outras Ilícitas 8,0%.

No âmbito do Tratamento e Reinserção, a Equipa Técnica Especializada de Vila Real contempla o concelho do Peso da Régua na sua área de abrangência, que opera em regime ambulatorio e cujo âmbito de aplicação é a “Abordagem terapêutica (Tratamento e Reinserção) em CAD e doenças associadas”.

3.2. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Carlos Cardoso dos Santos é propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, fazendo parte integrante do seu património. É um estabelecimento do setor social integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que presta cuidados de saúde e de apoio psicossocial a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente.

Esta UCCI é uma Unidade de Longa Duração e Manutenção, dotada de 26 camas de internamento. É uma unidade de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, que presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio.

A Unidade de Internamento de Longa Duração e Manutenção tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida. Esta tipologia de cuidados pode ainda proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano.

A recuperação, reabilitação e reinserção sociofamiliar dos seus utentes, é a razão da existência da UCCI Carlos Cardoso dos Santos. Para tal, é realizado todo um trabalho em equipa multidisciplinar, que permite que cada utente seja analisado como ser biopsicossocial.

A Equipa Multidisciplinar da UCCI é constituída pelas seguintes áreas profissionais:

- Medicina
- Medicina Física e de Reabilitação
- Enfermagem
- Ação Médica
- Fisioterapia
- Terapia Ocupacional
- Terapia da Fala
- Nutrição
- Psicologia Clínica
- Serviço Social
- Animação Sociocultural
- Serviços Administrativos

4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A pobreza e a exclusão social são problemas que estão a ganhar cada vez mais terreno em toda a Europa, principalmente em Portugal e noutros países do Sul. Contudo, estes fenómenos sempre existiram, pois, como já foi referido, a exclusão social despoletou a criação de um Estado Social. É imperativo refletir sobre estes fenómenos e ter uma noção do que eles significam. No passado achava-se que eram sinónimos, devido ao facto de se afirmar que um indivíduo pobre era automaticamente excluído da sociedade. Contudo, isto não é verdade e são vários os autores que se debruçam sobre estes dois temas.

Hoje em dia, o conceito de pobreza é analisado enquanto “situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno (...), já o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (Pereirinha, 1992, p. 170). Assim, enquanto o conceito de pobreza tem uma vertente basicamente económica, entendida como ausência de recursos ou de rendimentos, o conceito de exclusão social refere-se a um processo complexo e multidimensional, com muitos efeitos negativos nos indivíduos e nos grupos.

A exclusão face ao direito ao emprego, ou numa perspetiva mais ampla, ao trabalho, tem sido uma das questões centrais no debate sobre a exclusão social. Tal exclusão ultrapassa hoje a vertente mais fácil de identificar, e também a mais visível, que é a do desemprego mas contempla as dimensões da ausência de qualidade no emprego, que passam pelo baixo nível de remunerações, pela precariedade ou inexistência de vínculos contratuais, pela clandestinidade de determinadas atividades profissionais, pelas enormes desigualdades que caracterizam o sistema de remunerações e que afetam, em particular, as mulheres e os estratos escolar e profissionalmente menos qualificados.

A exclusão face ao direito ao emprego é, em si mesmo, uma dimensão da exclusão social e é, também, um fator potenciador de outras dimensões dessa mesma exclusão. Repare-se que o emprego, ou o desempenho de uma atividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos. Ter um emprego / uma profissão é, pese embora todas as transformações sociais, ter acesso a um determinado estatuto que, geralmente, se assume como uma referência social muito importante.

Desta forma, a perda de emprego afeta, de forma negativa, o bem-estar e a qualidade de vida das famílias e dos indivíduos numa sociedade, “pelo impacto social, económico e político” (Rajado, 2012, p. 1). Para além disto, a perda de emprego tem como consequência imediata a perda de rendimentos (Giddens, 2010, p. 412).

A verdade é que, atualmente, as pessoas têm cada vez mais dificuldade em manter o seu emprego, pagar as suas despesas e, ao mesmo tempo, poupar dinheiro para alguma eventualidade. Alguns estudos científicos mostram-nos que isto está inerente à débil conjuntura económica que o nosso país atravessa, e para a qual ainda não há fim à vista, ou seja, o desemprego é uma consequência “da pressão política e económica atual, aberta e frágil” (Rajado, 2012, p. 1). Assim sendo, “o desemprego e o desemprego de longa duração são tidos, na literatura temática, como um dos principais, senão o principal fator de pobreza e de exclusão social” (Alves, 2008, Capucha, 2005, p. 124)

Podemos assim dizer que, apesar de sempre ter estado presente, o desemprego é uma problemática atual, enraizada na sociedade contemporânea, “é a parte mais visível das transformações globais que se operam no mundo do trabalho cada vez mais globalizado” (Rajado, 2012 p. 5).

4.1. DESEMPREGO NO CONCELHO

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, existiam 1039 desempregados no concelho do Peso da Régua, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2019, sendo que 170 eram inscritos à procura do 1º Emprego e 869 à procura de novo emprego, dos quais 480 do género masculino e 559 do género feminino. O grupo etário onde predomina a situação de desemprego corresponde à faixa entre os 35-54 anos correspondendo a 420 inscritos, seguindo-se o grupo etário com 55 anos e mais, traduzindo-se em 323 desempregados. O grupo etário com idade inferior a 25 anos é o que corresponde a menos inscritos, perfazendo 112 pessoas.

No que se refere aos níveis de escolaridade, 111 inscritos têm qualificações inferiores ao 1º ciclo do Ensino Básico, 262 têm escolaridade equivalente ao 1º Ciclo do Ensino Básico, 175 inscritos têm o 2º Ciclo, 187 o 3º Ciclo, 211 possuem o nível Secundário e 93 o Ensino Superior.

No que diz respeito aos dados estatísticos do INE, em 2019, a taxa de desemprego situou-se em 6,9%, verificando-se um decréscimo acentuado em relação aos valores de 2011 (censos), em que a taxa de desemprego se situava em 13.7 valores percentuais. A população desempregada, 339,5 mil pessoas, diminuiu 7,2% (26,4 mil) em relação ao ano anterior, enquanto a população empregada, 4 913,1 mil pessoas, aumentou 1,0% (46,4 mil).

A distribuição da população ativa pelos vários setores de atividade poderá estar associada a uma estrutura quase nada industrializada. No Concelho do Peso da Régua, o setor com maior relevância é o setor terciário, tendência que se tem mantido na última década, em que mais de metade da população se encontra empregada nos serviços, nomeadamente, comércio, hotelaria, restauração e organismos públicos. A predominância da população no setor terciário é transversal nas regiões do interior em parte, devido à escassez de recursos e de investimento no setor industrial. O setor terciário apesar de estar mais dinamizado continua a processar-se nos moldes mais tradicionais, consequentemente pouco diversificado.

Esta análise pode ainda traduzir que a agricultura apesar de continuar a ser na região um dos eixos estruturantes da vida social, já não parece ser a base do emprego da população. Sendo assim, é pois urgente criar novas perspetivas de sucesso para novas atividades económicas em regime de complementaridade com a agricultura. Estas novas atividades como o turismo, podem ser um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento da região. Por outro lado, é igualmente sublinhada a necessidade de aproveitar as diversidades locais e regionais e as vantagens específicas de produtos tradicionais de elevada qualidade, como a cultura de vinha.

O setor secundário é o segundo principal setor de atividades no Concelho, em que a construção civil se destaca como determinante no emprego. No entanto, a baixa densidade populacional e dispersão do povoamento que constituem um obstáculo à obtenção de limiares mínimos de viabilidade de certas empresas que queiram maior dimensão de mercado e de emprego, bem como a incipiente base industrial existente, são fatores a considerar

de forma a desenvolver um trabalho integrado que minimize a multidimensionalidade dos problemas que afetam os três setores de atividade.

Este trabalho integrado deverá ter como objetivo combater os constrangimentos ao desenvolvimento pretendendo o reforço das capacidades humanas, técnicas e socioculturais como forma de criação de uma dinâmica de desenvolvimento adequado às necessidades da população de Peso da Régua.

A taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) situou-se em 18,3%, 2,0 pontos percentuais (p.p.) abaixo do estimado para o ano anterior. A proporção de desempregados de longa duração foi 49,9%, tendo diminuído 1,2 p.p. em relação ao ano transato. Considerando o desemprego jovem como uma preocupação, em 2017 surge a Estratégia Nacional para os Jovens NEET. Por Jovens NEET, consideram-se os jovens até aos 29 anos, que não estudam, não frequentam qualquer tipo de formação nem trabalham. De acordo com os dados do INE (1.º semestre de 2019), existiam cerca de 220,3 mil jovens em Portugal nesta situação. O desemprego jovem - dos 15 aos 24 anos – situava-se em 2019 em 17,6%. Comparativamente à realidade europeia, a Suécia liderava com a taxa mais baixa (8%) e, do outro lado da tabela encontravam-se a Itália, Grécia, Bulgária, Roménia e Eslováquia, com taxas acima dos 20%, com a média do grupo europeu nos 16.5%.

Portugal	Valor Anual	
	2018	2019
Número	Milhares de Pessoas	
Total	218.2	210.1
Homens	102.0	91.1
Mulheres	116.2	118.9
Dos 15 aos 19 anos	21.0	18.5
Dos 20 aos 24 anos	70.1	68.9
Dos 25 aos 34 anos	127.1	122.7
Até ao básico – 3.º ciclo	87.8	82.5
Secundário e pós-secundário	88.2	80.8
Superior	42.2	46.7
Desempregados	114.4	104.4
Inativos	103.8	105.7
Taxa	%	
Total	9.9	9.5
Homens	9.2	8.3
Mulheres	10.6	10.8
Dos 15 aos 19 anos	3.8	3.4
Dos 20 aos 24 anos	13.1	12.7
Dos 25 aos 34 anos	11.3	11.0
Até ao Básico – 3.º Ciclo	10.4	10.6
Secundário e pós-secundário	1.02	9.1
Superior	8.4	8.7
Proporção de		
Desempregados	52.4	49.7
Inativos	47.6	50.3

Figura 37 – Jovens com idade dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão nem em educação ou formação. (Fonte INE, Inquérito ao Emprego – 2019)

Tendo como objetivo desenvolver estratégias junto dos jovens para investirem na sua qualificação e terem contacto com o mercado de trabalho, o Concelho dispõe do Gabinete de Inserção Profissional.

4.2. GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) tem como principal objetivo, apoiar jovens e adultos desempregados, pertencentes ao Concelho de Peso da Régua e áreas limítrofes, na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com o Serviço de Emprego de Vila Real. O Gabinete propõe-se essencialmente, a fomentar a melhoria das condições de empregabilidade dos diversos candidatos que o visitam bem como de igual forma, a responder às necessidades das entidades empregadoras locais.

Solidificando o seu objetivo primordial, as respostas às diversas necessidades da população local, têm sido alcançadas de uma forma célere e assertiva.

5. HABITAÇÃO

O estímulo à promoção da habitação proveio da esfera pública e privada, pois “a habitação social representa uma das estratégias fundamentais da providência estatal” (Augusto, 2005, in NANCE, F., 2013). Contudo, o reconhecimento das necessidades habitacionais, como política de proteção social, surgiu tardiamente, consequência da implantação de um Estado Providência, também tardio e imperfeito (Serra, 2002, in NANCE, F., 2013). Segundo o autor “apesar da importância da questão do alojamento, esta não tem merecido a devida atenção do Estado, ao contrário do que se observa em domínios como a saúde, a educação, o desemprego e a segurança social”. Isto deve-se, ao facto de a habitação ser um problema recente e de esta estar integrada, “no domínio de necessidades secundárias ou materiais e não de necessidades primárias ou vitais, mais diretamente associadas à sobrevivência fisiológica”.

Devido ao atual contexto de crise económica, podemos verificar que há cada vez mais procura de habitação social, pois as famílias não conseguem reunir condições para contrair empréstimos, nem para pagar o valor de uma renda de uma habitação como no mercado de arrendamento tradicional. Assim, à medida que se vão dando transformações económicas e sociais, as políticas de promoção de habitação social vão-se transformando e evoluindo, de forma a serem mais ajustadas às necessidades das pessoas.

O Município de Peso da Régua foi, ao longo dos anos, consolidando uma resposta social com o objetivo de proporcionar o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do concelho, alojando-as em regime de renda apoiada nos núcleos habitacionais de gestão municipal. A situação atual, porém, reforça a necessidade de robustecer os meios e recursos do Município e de promover respostas mais efetivas às situações de carência que ainda persistem.

Em suma a qualidade de vida da população depende também do acesso à habitação e das características da mesma. Nesse sentido, e no que diz respeito ao alojamento de índole privada, verifica-se a incapacidade cada vez mais crescente do património privado fazer face às contrariedades provenientes de uma degradação prolongada dos edifícios. Entre 2007 e 2009 procedeu-se à implementação do Programa de Conforto Habitacional para idosos, em estreita parceria com o Centro Distrital de Segurança Social, tendo em vista o colmatar de necessidades habitacionais apresentadas por idosos isolados. O programa permitiu a requalificação

e conseqüente melhoria da qualidade de vida de 20 idosos do concelho do Peso da Régua. Presentemente existem novas situações a referenciar. De igual forma, foi implementado em Peso da Régua o programa SOLARH, em parceria com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tendo em vista o atribuir de resposta a famílias que, mesmo com poucos recursos, pudessem recorrer ao crédito, sem juros, com prestação mensal definida de acordo com os rendimentos da família e, com isso procedessem à requalificação das habitações próprias adquiridas. No total foram reabilitadas 24 habitações, no entanto continua a verificar-se a necessidade de reabertura do programa ou outro similar.

Atualmente, o município está a implementar uma Estratégia Local de Habitação (ELH), que visa estabelecer um referencial de reabilitação urbana e intervenção nos bairros sociais de que é proprietário, concretizando, à escala local, as potencialidades contidas nos mais recentes instrumentos de política pública criados neste domínio, em particular aqueles operacionalizáveis através do novo pacote legislativo, recentemente lançado no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), tal como o Programa 1º Direito, criado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

5.1. HABITAÇÃO SOCIAL

De uma forma geral, o parque habitacional de habitação social do Município do Peso da Régua é constituído por 7 núcleos habitacionais que agregam uma população com características específicas, requerendo interesse para definição de estratégias de intervenção de carácter social, cultural e comunitário, consolidadas através de uma intervenção em rede, com recurso aos parceiros institucionais que direta ou indiretamente mantêm contato com os núcleos habitacionais. De igual forma, no Município do Peso da Régua, existem 2 núcleos habitacionais pertença do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com a particularidade de um deles apresentar habitações que foram adquiridas pelos inquilinos, após colocação à venda dos imóveis, por parte da entidade que os tutela.

5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Trata-se de um edifício de planta retangular, com cerca de 27 x 12,5 metros perfazendo um total de 317 m², ocupando toda a extensão do terreno onde se implanta, com servidão direta pela Estrada Nacional n.º 118 que atravessa Caldas de Moledo, e a partir do qual este aglomerado se desenvolveu.



Figura 38 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma de Estradas

O bairro da junta Autónoma tem uma área de cerca de 1494,3 m², localiza-se na parte mais elevada da cidade, numa área já à saída para a A24 em direção a Vila Real, denominada de Peso.



Figura 39 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma de Estradas

Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de Vila Real tem uma área total de cerca de 1883,8 m². A zona de construção do edificado está localizada a sul da cidade, em zona sobranceira ao rio Douro, nas proximidades da ponte que dá acesso a Lamego, com cota bastante elevada, o que lhe confere uma amplitude de vistas dignos do maior realce.

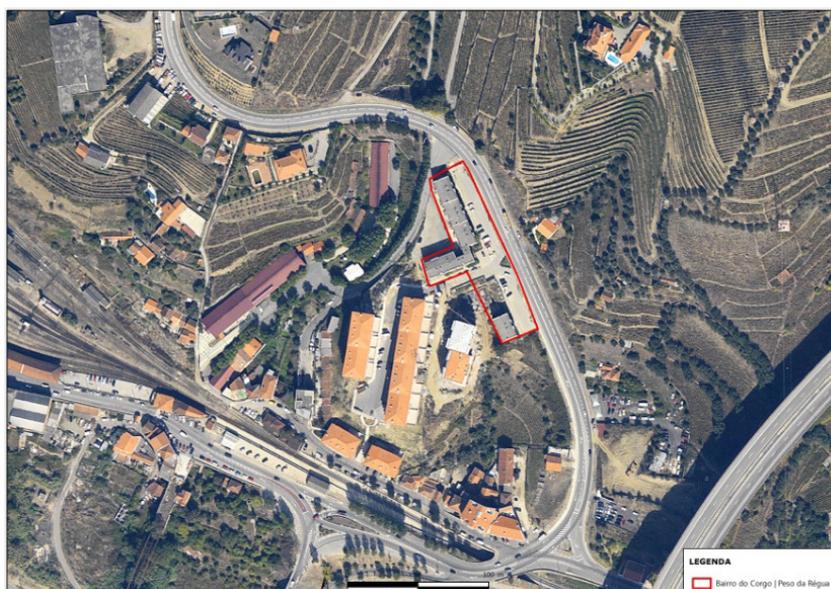


Figura 40 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

Núcleo 4 – “Bairro Branco” (Bairros Calouste Gulbenkian/ Fundo Fomento Habitação/ Fundação Salazar)

O conhecido Bairro Branco localiza-se na freguesia de Godim, numa área afastada do centro da freguesia, no entanto, a malha urbana tem preenchido a zona envolvente ao bairro. A área total é de 11151 m², existindo à sua volta restaurantes, cafés, mercearias, supermercados, uma instituição de solidariedade social, entre outros estabelecimentos comerciais que acabam por garantir a envolvência do bairro ao ambiente circundante. O mesmo possui campo de jogos, áreas verdes, jardins e parque infantil. O património habitacional é pertença da Câmara Municipal, salvo os fogos adquiridos pelos residentes.



Figura 41 - Localização Núcleo 4 – Bairro Branco

Núcleo 5 - Bairro Quinta da Azenha

O conjunto residencial da Quinta da Azenha, sito em Peso da Régua tem uma área total de 4259,4 m². Localiza-se dentro da malha urbana da cidade, próximo de instituições de referência, como Junta de Freguesia, Centro

Escolar, Câmara Municipal, Piscinas Municipais, Centro de Saúde, Estação de caminho de ferro, entre outras. Possui espaços de circulação pedonal e automóvel, permitindo a abertura do espaço para o exterior.



Figura 42 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha

5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Núcleo 6 – Bairro Das Alagoas

O bairro das Alagoas, sito em Godim apresenta uma área total de 24331,3 m². Apresenta como aspetos positivos a centralidade urbana do bairro, dado que a cidade envolveu o bairro ao longo do seu crescimento e ali foram criadas infraestruturas, desde a educação, à segurança, superfícies comerciais. Prevalência de uma população jovem e disponibilidade/predisposição interna para a mudança.



Figura 43 - Localização Núcleo 6 – Bairro das Alagoas

Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura Cabral)

Núcleo Urbano, rodeado por zona residencial, com malha urbana circundante irregular, predominando edifícios de habitação unifamiliar e multifamiliar. Implantado em planície, na margem direita do rio Douro, encontra-se delimitado a Norte pela Avenida Sacadura Cabral e nos restantes quadrantes por ruas secundárias. A sul localiza-se um edifício que alberga o Posto da Polícia Marítima da Delegação da Régua, da capitania do porto do douro, bem como a delegação do norte e douro do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.



Figura 44 - Localização Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento à Habitação (Sacadura Cabral)

5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

O núcleo de Caldas de Moledo é um dos lugares do concelho do Peso da Régua com maior valor patrimonial, resultado de uma ocupação urbanística que teve na sua génese e evolução, a exploração das águas quentes mineromedicinais e a relação estabelecida com as suas acessibilidades diretas: rio Douro, Estrada Nacional e caminho de ferro. A sua situação estratégica geográfica, a morfologia e características programáticas do seu núcleo urbano, e a qualidade intrínseca de muitos dos seus edifícios, congregam-se num conjunto de fatores que lhe conferem um caráter único na secular urbanização do Vale do Douro.

Num dos objetivos gerais consubstanciados, pretende-se, “Promover a construção de equipamentos de função social e de apoio à comunidade”; Neste enquadramento, uma das ações fundamentais e prioritárias será a Reabilitação do edifício do antigo Hotel Vilhena.

O antigo edifício do Hotel Vilhena terá sido construído no final do século XIX, princípios do século XX, em sobreposição a duas construções existentes no local.

Originalmente, tal como o referido anteriormente na caracterização histórica, o imóvel serviu para o alojamento de aquistas, pelo que a distribuição de funções pelos pisos reflete claramente essa utilização. Ao nível do rés do

chão far-se-iam as entradas e localizar-se iam as salas de utilização coletiva, bem como espaços confinantes à administração do hotel e suas habitações. Nos pisos superiores encontravam-se os quartos, num esquema simples de corredor central e abastecimento das células ao longo deste. A cave era destinada aos espaços de serviço, tratamento de roupas, arrecadações e cozinha, diretamente ligada a um salão de refeições.

O edifício desenvolve-se em três pisos e cave, sendo o último em mansarda, num sistema construtivo constituído por paredes autoportantes em alvenaria de xisto, rematadas nos cunhais por cantarias de granito amarelo, em situações de guarnições de vãos, pilastras, cornijas e frisos. A estrutura de suporte aos pavimentos é feita através de barrotame em madeira de castanho, sobre o qual se aplica o soalho em tábuas de madeira. As divisões das frações, são maioritariamente feitas através de tabiques em madeira, revestidas a argamassa bastarda de saibro com acabamento caiado. A cobertura do edifício em telha Marselha, repousa sobre um ripado assente sobre asnas de madeira. O último piso, em mansarda, que não ocupa a totalidade da implantação, é construído em sistema de tabiques, constituindo uma estrutura leve, correspondendo provavelmente a um aditamento ao edifício original, ou a uma intenção inicial deliberada de não sobrecarregar as paredes.

O alçado principal, bem como o posterior, tendo em conta que os laterais confrontam diretamente com as construções vicinais, apresentam-se disciplinados e de grande austeridade, resultantes do realce da cantaria, rebocados que são os seus interstícios, dimensões de fenestração, e utilização das madeiras nos vãos e portadas interiores, num conjunto de grande nobreza. A mansarda é revestida com placas de ardósia negra sobreposta em “escama”.

O uso atual do edifício é predominantemente habitacional, estando a cave reservada para espaço de armazém. O acesso ao edifício é feito transversalmente à rua em dois pontos distintos: um, que atravessa todo o edifício ligando ao logradouro (respeitando um direito de passagem que ainda hoje se mantém), e servindo apenas duas frações ao nível do rés-do-chão; e outro, igualmente em corredor, mas sem ligação direta com o terreno sobrance, servindo a escada de comunicação vertical entre pisos, que se implanta perpendicular a este, de forma a entrar nos pisos subsequentes paralela ao corredor que atravessa todo o piso no sentido longitudinal, num esquema de distribuição “frente-trás”, que se repete nos restantes pisos de uma forma mais ou menos clara. Sob o tardo poente do edifício, encontra-se ainda uma passagem, que se julga posterior à data de construção, e que oscila de nível à medida que se desenvolve o seu percurso, fazendo acesso ao logradouro e parte mais alta dos terrenos vizinhos.

Em termos populacionais, o Hotel Vilhena alberga uma população mas envelhecida, na sua maioria. No que toca ao Hotel Vilhena existem até à data 8 agregados a residir nesse espaço. Os agregados são, na sua totalidade, agregados com baixos rendimentos, sem possibilidade para optarem por residir em outros espaços habitacionais. A requalificação do Hotel Vilhena aparece como a solução viável, capaz de combater uma possível desertificação daquele espaço e principalmente constituir-se como a solução para outros problemas habitacionais existentes em Caldas do Moledo. Note-se que a possível reabilitação do Hotel irá permitir o realojamento de mais agregados a residir em condições precárias e igualmente caracterizados por um défice acentuado de rendimentos.

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma de Estradas

O Bairro da Junta Autónoma de Estradas é constituído por um bloco habitacional com 4 entradas, cada uma delas com 6 fogos, perfazendo um total de 24 fogos, distribuídos por tipologias T2, T3 e T4.

A execução do traçado das variantes às E.N.2 e 108 na travessia da antiga Vila da Régua, implicou a demolição de 24 habitações ocupadas por famílias oriundas de classes sociais mais desfavorecidas, tornando-se impreterível e humano o realojamento desses agregados, evitando-se o agravamento do problema habitacional.

De igual forma, a realidade sócio – económica de cerca de 2 dezenas de famílias com as naturais heterogeneidades inerentes, puderam ser detetadas em contactos diretos com a população em causa e através de fontes de informação idóneas resultado de visitas e inquéritos realizados no local.

Neste sentido, e sendo certa a demolição das habitações para construção da referida estrada, pensou-se inicialmente em adquirir pré-fabricados para realojamento dos 24 agregados. A hipótese sugerida mostrou-se inviável, pois o seu custo e qualidade não perfizeram a solução ideal para as famílias em causa. Assim, o Bairro da Junta Autónoma de Estradas foi construído pela Direção de Estradas do Distrito de Vila Real em terreno cedido pela autarquia.

O terreno colocado à disposição pela autarquia situa-se na parte mais alta da cidade e em zona de expansão urbana. Descendo ligeiramente de nascente para poente, abrem-se neste quadrante sobre panorâmicas de rara beleza características da região duriense. Apoiado em arruamento adjacente – Rua das Diabas – previu-se por outro lado a abertura de um novo arruamento saindo daquele e passando a poente do terreno destinado à construção que, diretamente, serve o conjunto edificado e outros urbanisticamente previstos, em terrenos vizinhos.

Na área envolvente foi construído um lavadouro para uso da população a realojar. Ainda nesse espaço, e mais propriamente na zona envolvente às entradas foram construídos canteiros para pequenos jardins.

Núcleo 3 - Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de vila Real é constituído por três blocos habitacionais, com 6 entradas, sendo que em cada entrada existem 6 fogos mais 9 caves, perfazendo um total de 45 fogos.

O bairro foi construído com participação do anterior IGAPHE e INH (acordo de colaboração celebrado em 7 de outubro de 1990). A sua construção teve como objetivo realojar população residente em barracas, desalojados a residir na antiga manutenção militar, casas da Câmara para demolição e outras em ruína iminente.

O terreno situa-se a uma cota bastante elevada (cerca de 4 metros) acima da estrada do Corgo e 10 metros relativamente à ponte. Dado o impacto visual do empreendimento, optou-se por construções de três pisos, de forma a atenuar a agressividade do volume construído. A sul do terreno foi construído um muro, limitado pelo talude natural que separa o terreno da estrada do Corgo. Todo o conjunto é servido por uma via com retorno, provida de baías de estacionamento com capacidade suficiente, que entronca na estrada nacional. Os edifícios foram implementados à face deste arruamento, mas com o afastamento necessários à existência de uma zona verde em volta dos blocos.

Posteriormente e numa segunda fase de intervenção no referido bairro foram aproveitados os fundos dos blocos para construção de 9 caves destinadas a habitação, de tipologia T2. O terceiro bloco encontra-se separado dos restantes por um arruamento, pois a área do terreno não permitiu que os blocos fossem construídos com ligação.

Em volta do edificado foram criadas zonas verdes com a função de embelezamento e organização do próprio espaço comunitário. Na zona interior do edificado existe um pequeno parque em cimento que é utilizado pelos moradores, principalmente os residentes nas caves como área de lazer, realização de pequenos churrascos, zona de estendal, encontros entre vizinhos.

Núcleo 4 - Bairro Branco (Bairro Calouste Gulbenkian/Fundo Fomento Habitação/Fundação Salazar)

O vulgo bairro branco engloba 3 áreas de habitação social construídas em períodos próximos para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio e especificamente para elementos da Polícia de Segurança Pública e funcionários do estado. Atualmente existem fogos que foram adquiridos pelos arrendatários, encontrando-se os restantes arrendados pela autarquia, no entanto, continua viável a possibilidade das famílias adquirirem o imóvel.

Assim, o Bairro Calouste Gulbenkian foi construído na década de 60, estando a sua construção dividida em duas fases: 1ª fase de construção dos fogos e 2ª fase construção de acessos, rede de abastecimento de águas e esgotos. O projeto contemplou a construção de 100 fogos, tendo a Autarquia adquirido o terreno, numa área total de 12065 m², a particulares. O fraco poder económico da autarquia levou a que se recorresse ao apoio da fundação Calouste Gulbenkian, do próprio Estado e o restante montante financeiro adquirido por empréstimo privado.

A posse do bairro foi sempre da autarquia e foi construído para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio Douro em janeiro de 1962, que residiram até à construção do bairro em armazéns sem o mínimo de condições de habitabilidade. A denominação do bairro surge como uma homenagem à fundação que em muito apoiou a construção do referido bairro. O bairro localiza-se na freguesia de Godim numa zona mais periférica da cidade, no entanto, encontra-se rodeado por cafés, supermercados, centro escolar, uma instituição de solidariedade social de apoio à terceira idade, zonas de recreio como o campo de jogos e parque infantil existentes no bairro.

A criação de zonas verdes e do parque infantil foi tida como fundamental na harmonização do próprio espaço e dos residentes, em fase posterior à construção do bairro. Para tal a autarquia, em 1968, enviou pedido por escrito, à Direção Geral dos Serviços de Urbanização, a formalizar essa necessidade.

À exceção dos edifícios descritos posteriormente, o bairro Calouste Gulbenkian não possui varandas em cada fogo. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho.

A alargada área do terreno, que nessa altura foi comprado a particulares para que fosse possível a construção do referido espaço habitacional, foi posteriormente aproveitada para construção do bairro denominado por Fundo Fomento de Habitação e Fundação Salazar. Assim sendo, nesse espaço foram construídos mais dois Bairros de Habitação Social, fruto da necessidade de realojamento de famílias provenientes da zona ribeirinha, funcionários públicos e outras famílias em situação de comprovada carência social e económica.

O Bairro Fundo Fomento Habitação foi participado pelo Fundo Fomento, tendo como objetivo a ocupação de fogos por reserva e outras situações de grave carência social e habitacional, de acordo com os termos do artº9, do Decreto-Lei nº797/76 de 6 de novembro e Decreto Regulamentar nº50/77. É constituído por três blocos com uma entrada cada e nas quais estão 8 fogos, não existem caves nos fundos de cada bloco, perfazendo assim um

total de 24 habitações. Das 24 habitações, 4 foram compradas pelos arrendatários, sendo que as 20 restantes pertencem à autarquia.

O bairro em questão obedece ao mesmo tipo de construção que o Bairro Calouste Gulbenkian, à exceção da existência de pequenas varandas abertas em cada fogo viradas para a entrada de cada bloco. De igual modo, obedecem à mesma disposição dos fogos, não existem caves, é constituído por rés-do-chão, 1º, 2º e 3º andar, em volta do edifício existem canteiros de área reduzida para possíveis jardins, no entanto com o passar dos anos os jardins foram deixados ao abandono. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Os três blocos denominados de fundo fomento habitação encontram-se intercalados com os três blocos do Bairro da fundação Salazar construído por volta de 1960 pela já extinta Fundação Salazar.

No dia 03 de outubro de 1996 foi celebrado protocolo relativo à entrega do bairro à autarquia, devidamente homologado pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social, por motivos de extinção dessa mesma fundação. Os processos dos 24 moradores foram entregues à autarquia, entrando o protocolo em vigor em 04 de dezembro de 1996. Neste sentido, o município comprometeu-se nos termos do artigo 2º do Decreto – Lei nº295/78 de 26 de setembro, alterado por ratificação pela Lei nº12/79, de 7 de abril, a registar a seu favor os mesmos no prazo legal, passando assim a pertencer à Câmara Municipal a partir de janeiro de 1997.

Os edifícios obedecem ao mesmo tipo de construção do bairro Fundo Fomento Habitação, sendo constituído cada bloco por uma entrada com 8 fogos, perfazendo um total de 24 fogos. Não existem caves em cada bloco e em volta dos mesmos foram construídos canteiros para criação de pequenos jardins, em cada fogo existe uma pequena varanda aberta localizada na fachada principal de cada bloco. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Posteriormente os fogos foram colocados à venda, sendo que no momento a autarquia é proprietária de 12 fogos, num total de 24 fogos.

Núcleo 5 - Bairro da Azenha

O Bairro Quinta da Azenha é constituído por 2 blocos habitacionais, com 5 entradas, sendo que em cada entrada existem 6 fogos, perfazendo um total de 30 alojamentos residenciais.

O bairro foi construído com a participação do anterior Instituto Nacional da Habitação, através do estabelecimento de acordo de colaboração celebrado em janeiro do ano de 2000. A sua construção teve como objetivo a melhoria da situação habitacional das populações de menores recursos económicos, designadamente as ainda residentes em barracas e situações similares.

O primeiro edifício alberga três entradas, de tipologia T3, num total de 18 fogos e uma cave utilizada para armazém, pertença da Câmara Municipal. O segundo edifício apresenta duas entradas, com tipologias T2 e T4, num total de 12 fogos e duas caves, uma utilizada como armazém, arrecadação e a outra utilizada para funcionamento ao público do Espaço Solidário, serviço criado pela Câmara Municipal. O espaço residencial possui áreas de circulação automóvel, atribuindo-lhe uma maior abertura para o exterior e para a integração do espaço nos restantes edifícios circundantes. Existe um parque infantil na imediação do primeiro bloco habitacional, sendo também circunscrito por zonas verdes a toda a área do espaço residencial.

Núcleo 6 – Bairro das Alagoas

Alagoas, propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, é uma pequena área de habitação social. Foi construída em 1979 para realojar famílias de baixo estatuto sócio – económico (condição social modesta) que viviam em condições de habitação precária e/ou eram vítimas desalojadas das cheias do Douro.

O bairro é constituído por 8 blocos, 22 entradas e nele residem aproximadamente 600 moradores, 160 famílias, onde 20% são de etnia cigana.

Este bairro foi alvo de intervenção, com um projeto denominado: “Velhos Guetos, Novas Centralidades”. Este projeto resultou de uma candidatura do Instituto Nacional da Habitação e do Estado Português aos fundos do Instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu (EFTA).

Esta candidatura visou duas áreas de intervenção (Alagoas e Rabo de Peixe) que partilham do mesmo estatuto periférico, caracterizado por dois grandes problemas: a insularidade e a interioridade e por graves assimetrias sociais e económicas. O projeto Alagoas teve por base princípios orientadores do espírito do Plano Nacional de Ação para a Inclusão.

Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura)

Conjunto habitacional de média densidade, composto por seis edifícios, com 4 pisos e semicave, dispostos em duas bandas perpendiculares à principal via de acesso. Os edifícios apresentam fachada assimétrica, com a caixa das escadas voltada para o exterior marcando o eixo central. Do lado esquerdo desse eixo destaca-se um volume saliente, com duas janelas por piso.

Os fogos apresentam janelas de peitoril, variando a sua largura em função do tipo de compartimento que serve. A fachada tardoz é semelhante à principal, excluindo a escada e a entrada principal.

As fachadas apresentam-se pintadas de cinzento claro, destacando a pala da zona das entradas e a envolvente das janelas dos arrumos pintados a branco. A cobertura é de duas águas, em chapa ondulada de fibrocimento, com platibanda em alvenaria e caleira interior drenando para um tubo de queda em cada fachada. Os seis blocos, totalizam 46 frações habitacionais das tipologias T2, T3 e T4 e 46 frações não habitacionais.

De uma forma geral, os núcleos de habitação de interesse social apresentam algumas deficiências físicas, provenientes, na sua maioria, do desgaste das infraestruturas dos edifícios de interesse social, justificando-se a necessidade de requalificação dos edifícios. Nesse sentido, é fundamental fazer coincidir a melhoria das condições de alojamento com a melhoria das condições envolventes aos núcleos habitacionais, numa lógica de autonomização dos espaços e das suas gentes. Neste aspeto, importa referir que a Câmara Municipal procedeu à implementação de condomínios informais em dois dos núcleos identificados anteriormente, bairro da Azenha e bairro das Alagoas, através do Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social +, tendo-lhe dado continuidade nos sucessivos CLDS's (CLDS 3G e CLDS 4G). A iniciativa, reconhecida pelo Instituto de Empreendedorismo Social, enquanto projeto com elevado potencial inovador e empreendedor, pretende dar resposta à necessidade de organização, manutenção e gestão do espaço habitacional, numa lógica de envolvimento e responsabilização social e ambiental dos residentes. Os Condomínios Informais funcionam com residentes da zona identificada, organizados por entrada, que se juntam voluntariamente e que de forma autónoma definem estratégias de limpeza e manutenção do Bairro. Considerou-se que a atitude perante o local

em que residem as pessoas dos núcleos de habitação social devia ser alterado e que, para tal, o envolvimento dos moradores constituía um critério fundamental na inserção e resolução das situações atípicas verificadas. A Câmara Municipal do Peso da Régua fornece materiais e apoia em ações de concretização.

Como referido anteriormente, atualmente, o Município tem prevista em candidatura a reabilitação dos bairros sociais, no que concerne à melhoria da Certificação energética e conseqüentemente ao aumento da qualidade de vida dos seus habitantes. Pretende assim diminuir os consumos de energia na habitação social, contribuir para a diminuição da pegada ecológica, através da diminuição do consumo em excesso dos combustíveis fósseis, diminuir os custos financeiros decorrentes de obras esporádicas de manutenção dos edifícios, aumentar o conforto dos residentes e contribuir para o bem-estar e saúde dos mesmos.

6. AÇÃO SOCIAL

Na área social, a intervenção desenvolvida em Peso da Régua, centra a sua definição na atuação de proximidade, privilegiando o contacto direto com as suas situações de risco social bem como no acompanhamento direcionado para as famílias.

A Autarquia e o Serviço Local de Segurança Social apresentam competências e ações distintas e de relevância no domínio público. Por sua vez, o papel das IPSS destaca-se dado a proximidade que têm junto da população, o que permite um diagnóstico dos problemas de índole social da comunidade em que se encontram inseridas, obrigando à procura de soluções com mais rapidez, eficiência e eficácia.

A Autarquia reconhece a importância de um trabalho participado com outros parceiros locais, destacando o papel crucial das IPSS, com larga experiência de intervenção no território. Esta parceria possibilita uma coesão da consciência coletiva, uma vez que se representam localmente as populações, permitindo ainda envolver e sensibilizar a sociedade civil.

6.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO

No que se refere à ação social escolar, a Câmara Municipal presta apoios diretos às crianças e jovens dos diversos ciclos e níveis de ensino.

Por força, do desígnio estratégico que a edilidade assumiu neste âmbito há quinze anos e do disposto na deliberação n.º 179, tomada pela Câmara Municipal na sua reunião de 1/8/2019, bem como das transferências de competências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, ampliada em 2009 e 2019, atua com maior incidência e aplicando mais meios financeiros, nos apoios à educação pré-escolar, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Estes apoios baseiam-se em:

- Na educação pré-escolar, garantindo atividades de animação e apoio à família, nas quais se integra o fornecimento do almoço, apoiado consoante o escalão de abono de família que cada criança beneficia e o prolongamento de horário, para além das atividades educativas que terminam diariamente às 19 Horas, em regime de gratuidade. Este regime aplica-se ainda: no fornecimento do almoço às crianças que frequentam os estabelecimentos de proximidade e nesta situação no transporte das respetivas crianças, pelo distanciamento da

residência ao estabelecimento de ensino superior a 3Km e de freguesias circunvizinhas que dele beneficiam: J.I de Galafura (Covelinhas, Poiares e Vilarinho dos Freires); J.I. de Loureiro (Fontelas, Loureiro e Sedielos).

Para melhor se enquadrar o usufruto destes apoios expressam-se os dados quantitativos relativos ao ano letivo 2020-2021:

Almoço							
Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	N.º Crianças matriculadas	Escalão A	Escalão B	Sem Apoio	N.º Total de refeições servidas diariamente	Prolongamento de Horário	N.º de alunos transportados
CE Alagoas	35	4	1	14	19	19	0
CE Alameda	46	5	5	22	32	30	0
Galafura	14	14	0	0	14	14	5
Loureiro	18	18	0	0	18	18	16

Figura 45 - Tipo de apoio/ escalão de abono de família por J.I de Centro Escolar e Jardim de Infância de proximidade

No 1.º ciclo do ensino básico os apoios centram-se em três medidas:

- *Medida Transporte Escolar*: Esta medida garante o transporte gratuito, sendo garantido pela rede dedicada propriedade do Município (TED), para os alunos oriundos da área geográfica de influência das escolas extintas até 2009, para os centros escolares de acolhimento, com a seguinte distribuição em 2020-2021:

N.º de Circuitos TED	N.º alunos transportados Para o CE das Alagoas	N.º de alunos transportados para o CE da Alameda	N.º Total de Alunos Transportados
11	66	44	110

Figura 46 - N.º de alunos apoiados pela Medida Transporte Escolar

- *Medida livros escolares* – Cadernos de atividades: Com a publicação da Lei 96/2019, 2019-09-04, o Estado iniciou o processo de fornecimento gratuito de manuais escolares, tendo perante esta realidade, a Câmara Municipal começado a garantir de forma universal e gratuita o acesso aos cadernos de atividades de Português, Matemática, Estudo do Meio, às quais são acrescentadas os de Inglês nos 3.º e 4.º ano de escolaridade, na seguinte dimensão em 2020-2021:

Estabelecimento de ensino	N.º Total de alunos do estabelecimento de ensino	N.º de cadernos distribuídos gratuitamente
CE Alagoas	251	885
CE Alameda	231	814
Total	482	1699

Figura 47 - N.º de alunos apoiados pela Medida Livros Escolares – Caderno de atividades

- Medida Alimentação, que se traduz no fornecimento do almoço, sendo aplicada consoante o escalão de abono de família de que cada aluno beneficia, muito embora seja garantida gratuidade para todos os alunos oriundos da área geográfica de influência das escolas extintas até 2009, dada impossibilidade de, na hora de almoço garantir transporte, dentro do horário praticado, para irem almoçar a casa e voltarem em tempo útil, na seguinte dimensão em 2020-2021:

Estabelecimento de Ensino	N.º Total de alunos do estabelecimento de ensino	N.º de refeições servidas diariamente	N.º Apoios Escalão A (fornecimento de almoço)	N.º Apoios Escalão B (fornecimento de almoço por metade do valor do custo da senha – 0,73€)
CE Alagoas	251	195	84	16
CE Alameda	231	178	62	22
Total	482	373	146	38

Figura 48 - N.º de alunos apoiados pela Alimentação conforme o escalão de abono de família

Não é despendendo referir o apoio socioeducativo que a Câmara Municipal presta desde o ano letivo 2006-2007, baseado na garantia de execução de duas atividades de enriquecimento curricular em cada ano de escolaridade, sendo transversal a todos os anos a Atividade Física e Desportiva que é completada no 1.º ano com Artes, no 2.º ano com Ensino do Inglês, no 3.º ano com Música e no quarto ano com Ensino do Inglês como disciplina curricular, ministradas por profissionais com o mínimo de formação superior, a licenciatura na respetiva área ou afim, de acesso totalmente gratuito e que regista anualmente uma adesão integral dos alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico.

- Nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do ensino secundário regular, para os alunos que frequentam a escola básica 2,3 do Peso da Régua e a escola secundária Dr. João de Araújo Correia, o apoio centra-se na garantia de transporte escolar gratuito quer nos circuitos especiais de ligação ao transporte regular (carreiras públicas) quer para os que só utilizam este último, registando-se a seguinte procura em 2020-2021:

Estabelecimento de Ensino	2.º Ciclo (5.º e 6.º anos)	3.º Ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos)	Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º anos – Ensino regular) (1)
EB 2,3 do Peso da Régua	69	43	0
Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	0	69	44
Total	69	112	44

Figura 49 - N.º de alunos apoiados com transporte escolar gratuito no 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário regular.

Nota (1). Por força da entrada em vigor do D.L. n.º 21/2019 de 30 de janeiro, com as alterações dos D.L. n.º 84/2019, 2/2020 e 56/2020, de 12 de agosto.

6.2. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

O modelo de proteção de crianças e jovens, em vigor desde janeiro de 2001, apela à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. As Comissões de Proteção de Menores, criadas na sequência do Decreto - Lei n.º 189/91 de 17/5 foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Esta lei teve três alterações (Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Lei 142/2015, de 8 de setembro e Lei 23/2017, de 23 de maio).

- Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

Interesse superior da criança - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem;

Privacidade - a promoção dos direitos da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

Intervenção precoce - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

Intervenção mínima - a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;

Proporcionalidade e atualidade - a intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade;

Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante;

Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a adoção;

Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e proteção; Subsidiariedade - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

As CPCJ enquanto entidades não judiciárias com marcada expressão territorial, são um exemplo ao nível da participação e mobilização da comunidade, uma vez que são constituídas por elementos representantes de serviços e entidades do concelho, a saber: Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Centro de Saúde, Guarda Nacional Republicana, Representante da Associação de Pais, Instituto Português da Juventude e do Desporto, Instituições de Solidariedade Social de relevância, entre outros.

A Comissão é constituída por parceiros, técnicos de outras instituições que são destacados pelos seus serviços, por um determinado número de horas semanais. A comissão de proteção funciona em modalidade alargada ou restrita, designadas, respetivamente, de comissão alargada e de comissão restrita. A primeira tem a função de desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem e, a segunda, a função de intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo.

Entrada de Processos		Saída de Processos	
Transitados do ano 2019:	72	Arquivados fase preliminar	0
Instaurados:	40	Arquivados fase pós preliminar	12
Novos Processos:	36	Enviados para outras CPCJ	0
Recebidos de Outras CPCJ:	4		
Reabertos:	18		
Tota de Entradas:	130	Total Saídas:	52
Total Processos Ativos:	78		

Figura 50 - Caraterização Processual em 2020 (Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2020)

Em 2020, o volume processual global da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peso da Régua ascendia aos 78 processos. Destes 72 transitaram do ano anterior, 81 foram reabertos e 40 foram instaurados.

O público-alvo das CPCJ são crianças e jovens dos 0 aos 18 anos que sejam sinalizadas por instituições ou pessoas singulares, por se encontrarem em situação de perigo. Por criança ou jovem, a terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na alínea a) do artigo 5.º "(...) – a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional.

Através da leitura dos dados reportados pela CPCJ verifica-se que existe uma maior sinalização das situações na faixa etária correspondente aos 11-14 anos e 15-17 anos, seguindo-se as faixas etárias 6-8 anos e 9-10 anos. Desta análise podemos constatar que são idades que correspondem à frequência escolar, que vão desde o primeiro ciclo até ao secundário. Considera-se que um dos motivos para o aumento de sinalizações nestas faixas etárias prende-se com a alteração do Estatuto do Aluno, *Lei 39/2010 de 2 de setembro* que faz a segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pela *Lei nº 30/2002, de 20 de dezembro*, e alterado pela *Lei n. 3/2008, de 18 de janeiro*. Esta alteração veio impor uma maior interligação com as CPCJ na sinalização e encaminhamento de situações - *Artigo 10.º[...]* 1 — *Perante situação de perigo para a segurança, saúde ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica, deve o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada diligenciar para lhe pôr termo, pelos meios estritamente adequados e necessários e sempre com preservação da vida privada do aluno e da sua família, atuando de modo articulado com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno.* 2 — *Para efeitos do disposto no número anterior, deve o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, quando necessário, solicitar a cooperação das entidades competentes do setor público, privado ou social.* 3 — *Quando se verifique a oposição dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno, à intervenção da escola no âmbito da competência referida nos números anteriores, o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve comunicar imediatamente a situação à comissão de proteção de crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, ao*

magistrado do Ministério Público junto do tribunal competente.⁴ — Se a escola, no exercício da competência referida nos n.os 1 e 2, não conseguir assegurar, em tempo adequado, a proteção suficiente que as circunstâncias do caso exijam, cumpre ao diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada comunicar a situação às entidades referidas no número anterior.

As problemáticas sinalizadas para abertura de processo/ tipo situação perigo são: absentismo escolar, violência doméstica, perigo face a comportamentos da criança/jovem, falta de supervisão e acompanhamento familiar, entre outras. De uma forma genérica, pode considerar-se criança em risco/ perigo, aquela que pelas suas características biológicas e/ou pelas características do seu contexto familiar e social, está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas, de natureza material ou afetiva (Canha, 2003).

Motivo de arquivamento	Total
A Situação de Perigo já não Subsiste	11
Cessação da medida – A situação de Perigo j�o não subsiste	21
Cessação da medida – Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo j�o não subsiste	8
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção	4
Remessa a MO – Abuso sexual nas situações previstas no art ^o 11, b)	1
Remessa a Tribunal – Não cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Proteção	2
Remessa de Processo a Tribunal – Não prestação de consentimento	2
Remessa de Processo a Tribunal – Apensação a Processo Judicial	3
Número de Processos	52
Total de processos Arquivados:	52

Figura 51 – Distribuição dos processos Arquivados/Cessados por Motivo no ano de 2020 (Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2020)

Da análise da figura 51 verifica-se que o principal motivo para cessação dos processos deve-se ao facto da situação de perigo que levou a abertura do processo j o não subsistir. Tal facto é um indicador positivo, pois significa que o papel da Comissão de Proteção de Crianç as e Jovens em Perigo cumpre a sua função base que é a de salvaguardar o Superior interesse da crianç a, através de uma intervenção concertada com as entidades que a integram.

É fundamental pois, trabalhar com as famílias, no sentido de promover as competências parentais e sociais, que no concelho do Peso da Régua estão associadas à baixa qualificação escolar, ao défice de competências, acrescido de problemas de alcoolismo, falta de recursos econ micos, desemprego e, também consumo de

estupefacientes. Assim, as questões relacionadas com a falta de competências parentais, negligência e ausência de estruturas de acolhimento mantêm-se no atual Diagnóstico como problemas de prioridade de intervenção.

Para melhorar a intervenção junto das crianças, seria fundamental criar um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação e da parentalidade positiva, da saúde e da ação social.

De referir que a CPCJ trabalha em parceria com a Equipa Local de Intervenção Precoce. A intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento, constitui um instrumento à participação social dessas crianças e dos jovens e adultos em que se irão tornar. Quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem. Deste modo, é crucial integrar, tão precocemente quanto possível, nas determinantes essenciais relativas à família, os serviços de saúde, as creches, os jardins-de-infância e a escola.

É também fundamental que existam respostas para as situações em que se verifica a impossibilidade da continuidade da criança/jovem no seu seio familiar. No concelho existe resposta de acolhimento de crianças de género feminino e inexistência deste tipo de resposta de acolhimento de curta ou longa duração para crianças de sexo masculino, com mais de 6 anos. Esta situação provoca muitas vezes a separação de irmãos, originando perdas sucessivas e agravando os sentimentos de desamparo e desesperança na criança/ jovem, com repercussões no seu desenvolvimento pessoal e social.

De referir que a partir de 2017, com a alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo as medidas de promoção e de proteção em meio natural de vida ou em regime de colocação podem ser prorrogadas até que perçam os 25 anos de idade, sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional, e desde que o jovem renove o pedido de manutenção.

Seria igualmente pertinente, promover competências junto das famílias de acolhimento para receberem crianças com problemas de comportamentos mais desajustados e com origens familiares mais traumatizantes, uma vez que estas crianças/ jovens são muitas vezes desgastantes emocionalmente, o que leva a que as famílias que as acolheram as rejeitem.

6.3. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Social de Inserção, é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por:

- Uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas;
- Um programa de inserção que integra um contrato, conjunto de ações estabelecido de acordo com características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção, laboral e comunitária dos seus membros.

Em termos legislativos, a Lei 13/2003, de 21 de maio, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho, que também a republica. Institui o Rendimento Social de Inserção como uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e aos seus agregados familiares recursos que contribuem para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção laboral e comunitária. Deste modo os agregados familiares que cumpram cumulativamente os requisitos e condições gerais plasmadas na lei poderão requerer a prestação de RSI.

Estão dispensados da disponibilidade ativa para a inserção profissional, as pessoas que se encontrem, incapacitadas para o trabalho, menores de 16 anos ou com idade superior, desde que a frequentar a escolaridade obrigatória, pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que se encontrem a prestar apoio indispensável a membros do seu agregado familiar; pessoas que se encontrem a trabalhar, ou com atestado, por não reunirem condições para o trabalho.

O pagamento da prestação do RSI é devido a partir do 1º dia, após o requerimento, e é paga pelo período de 12 meses, renovável, desde que se mantenham as condições de atribuição da prestação.

6.4. CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI

6.4.1. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR FREGUESIA

Durante o ano de 2019 (janeiro a dezembro) foram acompanhados, uma média entre 400 e 500 processos, com um número de beneficiários que se situa, entre os 1000 e os 1100. Conforme gráfico infra os beneficiários, concentram-se sobretudo nas freguesias urbanas com maior incidência populacional, nomeadamente, Godim e Peso da Régua, em oposição às freguesias rurais de Galafura e Covelinhas.

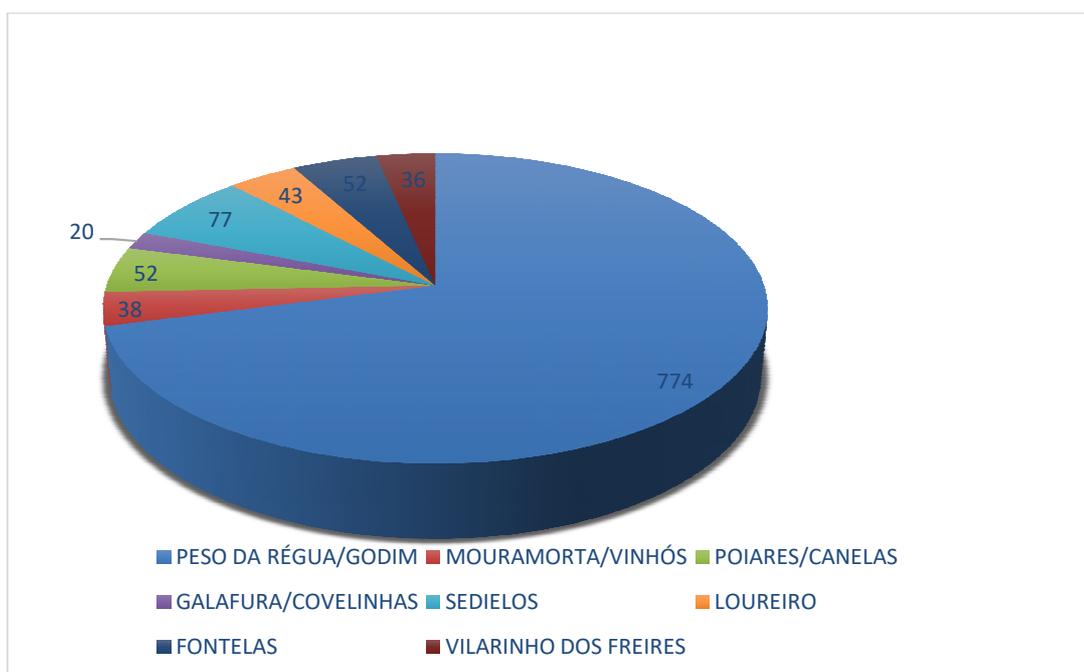


Figura 52 – Distribuição dos beneficiários por freguesia (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2020)

6.4.2. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

Os principais problemas e vulnerabilidades das famílias beneficiárias do RSI, de acordo com o diagnóstico social do NLI, são:

- Económicos, nomeadamente ausência ou baixos rendimentos, endividamentos;
- Inserção profissional, designadamente, desemprego, precariedade laboral, baixa qualificação profissional e falta de expectativas/hábitos de trabalho;
- Saúde, concretamente problemas de alcoolismo, toxicod dependência, perturbações do foro mental, negligência para os cuidados de saúde, sobretudo vacinação, etc.;
- Educação, nomeadamente a não valorização da escola/abandono e absentismo escolar, baixa escolaridade e analfabetismo;
- Dependência dos serviços, ausência de expectativas face ao futuro, baixa autoestima, dificuldade de aceitação para a mudança, dificuldade para gerir recursos bem como problemas comportamentais;
- Instabilidade familiar, destruturação e conflitos familiares, más relações de vizinhança, famílias monoparentais;
- Fracas condições habitacionais;

Estamos perante famílias com diversas problemáticas, nomeadamente com carências nas diversas áreas:

- Economia;
- Emprego;
- Saúde;
- Educação;
- Habitação;
- Âmbito pessoal e familiar, que justifica um acompanhamento técnico especializado e de proximidade.

6.4.3 COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES

Salienta-se a disponibilidade e valorização para a melhoria das habilitações escolares e profissionais, as estratégias de sobrevivência, através da agricultura de subsistência e apoio da rede familiar e de vizinhança.

- Experiência de trabalho (vinha – agricultura, construção civil, restauração, etc.)
- Capacidade para utilizar os serviços existentes;
- Domicílio fixo;
- Redes de apoio informais;
- Voluntariado;
- Valorização e qualificação profissional;
- População jovem.

6.4.4 CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO

Ao nível local verificam-se constrangimentos sociodemográficos e económicos, nomeadamente:

- Falta de tecido industrial/empresarial;

- Falência de pequenas empresas familiares;
- Agravamento das situações de desemprego;
- Monocultura da vinha;
- Falta de iniciativas empreendedoras;
- Emigração (sazonal);
- Discriminação social;
- Isolamento social e geográfico, decorrente sobretudo da fraca rede de transportes públicos e de acessibilidades da rede viária;
- Fraca rede de parceria entre o setor social e económico;

Verificando-se por outro lado condições estratégicas e práticas institucionais que potenciam o desenvolvimento social local, em áreas como:

- Turismo, agricultura/vinicultura, etc.
- Recursos naturais, paisagísticos, culturais, etc.
- Consolidação da Rede Social, através de uma cultura de parceria ao nível da Intervenção social;
- Serviços de proximidade, nas áreas da ação social/respostas sociais, saúde, educação, emprego, etc.

6.5. INSERÇÃO SOCIAL

6.5.1 CARATERIZAÇÃO DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS POR IDADE E SEXO A FREQUENTAR AÇÕES DE INSERÇÃO

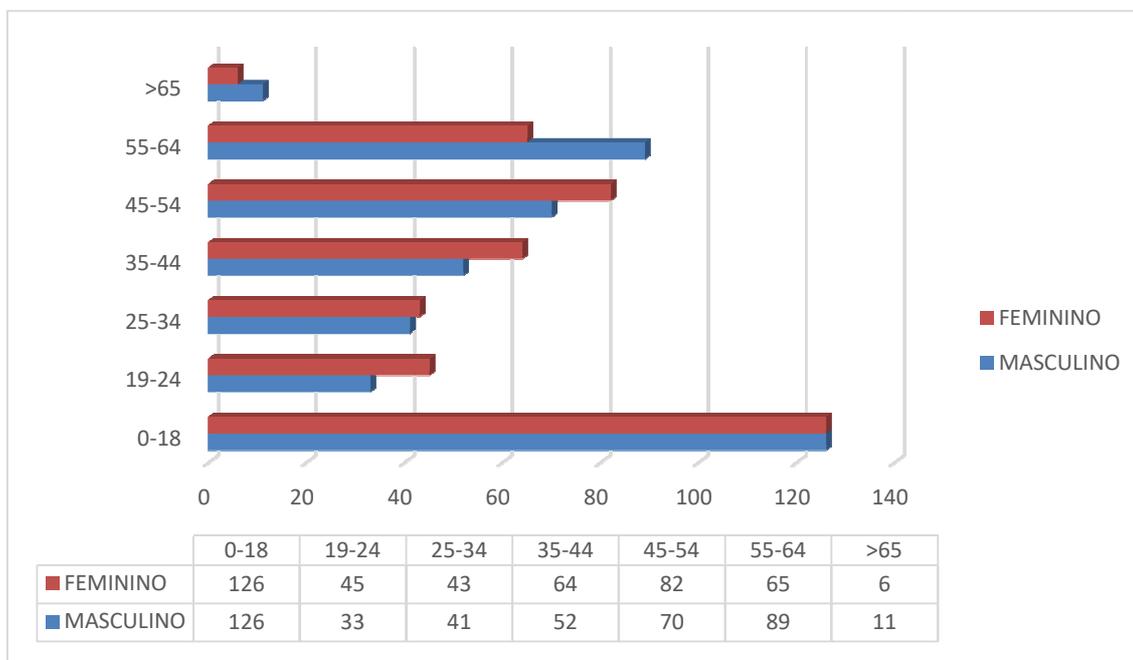


Figura 53 – Caraterização de todos os beneficiários por Idade e Sexo a frequentar Ações de Inserção (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI)

Conforme informação estatística e a título demonstrativo, verifica-se que no universo de 1092 beneficiários, predomina o sexo feminino com 431 por relação a 422 do sexo masculino, sendo o sexo feminino quem mais recorre à medida e assume a titularidade do processo.

Ao nível etário, predomina a população jovem, em idade escolar e na idade ativa, com destaque nas faixas etárias dos 0 aos 18 anos e dos 55 aos 64 anos. Verifica-se ainda que predomina o sexo feminino, nas faixas etárias, dos 19 aos 44 anos.

6.5.2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR ÁREAS DE INSERÇÃO

A gradual e efetiva inserção social, laboral e comunitária das famílias beneficiárias do RSI exigem a negociação e a celebração de um contrato de inserção que abrange um conjunto articulado de objetivos e ações, estabelecido de acordo com as características e condições de cada agregado familiar, assim como a definição dos meios necessários à sua prossecução.

Os principais apoios e medidas de inserção passam pela frequência do sistema educativo e formativo, ações de sensibilização e acompanhamento para a prática de estilo de vida saudáveis, apoio psicossocial, formação para a gestão doméstica e financeira, formação parental, a participação em programas de ocupação que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou prossigam objetivos socialmente úteis para a comunidade, formação e qualificação profissional, colocação no mercado de trabalho, ações de apoio e acompanhamento habitacional; etc.

Conforme o gráfico infra, estão contratualizadas, 3712 ações, distribuídas pelos principais setores de intervenção. Em termos de temáticas destacam-se as áreas da Cidadania (50%) correspondendo a 1857 ações, a área do Emprego/Informação Profissional (24%) que corresponde a 903, seguindo-se a Saúde (17%) com 617 ações, a Educação (8,6%) com 316 ações. As que registaram menos ações foram as ações das áreas Habitação (0,5%) com 19 ações.

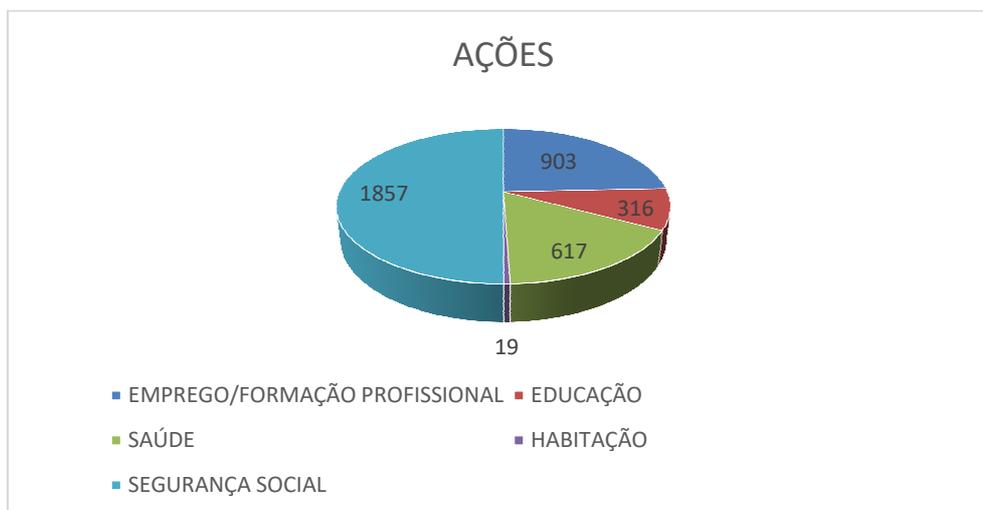


Figura 54 - Distribuição das Ações de Inserção no Concelho (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI)

A gradual e efetiva inserção social, laboral e comunitária das famílias beneficiárias do RSI exigem a negociação e a celebração de um contrato de inserção que abrange um conjunto articulado de objetivos e ações, estabelecido de acordo com as características e condições de cada agregado familiar, assim como, a definição dos meios necessários à sua prossecução.

Justifica-se deste modo um trabalho em rede com os intervenientes: famílias/beneficiários, instituições políticas e privadas, técnicos, dirigentes e representantes pelas entidades parceiras de NLI, promovendo a rentabilização e complementaridade dos recursos individuais e coletivos, com vista à plena integração social e desenvolvimento comunitário.

6. REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

Em 1996 foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, enquanto instrumento que visava “criar condições para o desenvolvimento de estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social (...)”, através do “desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do país e serviços de equipamentos sociais” e a “otimização dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar melhores prestações, assente na relação custo/ benefício/ qualidade dos serviços (...)”. (Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, Protocolo para o biénio 2017-2018, MTSS)

Nos últimos anos, as IPSS's constituídas no Concelho, registaram um alargamento da rede de equipamentos sociais, nomeadamente, nas respostas vocacionadas para o apoio à população idosa. Contudo, apesar do Terceiro Setor desempenhar um papel fundamental na resposta aos cidadãos, em particular, aos mais vulneráveis pela sua proximidade, bem como pela maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social, o apoio aos idosos e à pessoa com deficiência continua a carecer de um reforço da sua rede de respostas sociais, quer pela existência de listas de espera para a integração das mesmas, como é o caso da reposta Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), quer pela inexistência de respostas sociais específicas (CAO, Estrutura Residencial e Residências autónomas) para a pessoa com deficiência.

De acordo com as características dos públicos-alvo a que se destinam, as respostas sociais, agrupam-se em 4 domínios de intervenção:

- Instituições de apoio à Infância;
- Instituições de apoio à deficiência,
- Instituições de apoio população Idosa;
- Centros Comunitários.

Relativamente aos serviços, valências/respostas sociais existentes no concelho apresenta-se uma breve caracterização das áreas mais comuns desenvolvidas por estas entidades:

- **Creche** – Resposta social a funcionar em estabelecimento da instituição. Destina-se a crianças a partir dos quatro meses até aos 3 anos de idade;

- **Jardim de Infância** - Resposta social a funcionar em estabelecimento institucional. Destina-se a crianças a partir dos 3 anos de idade até aos 6 anos de idade.
- **Atividade de Tempos Livres – (ATL)** – Modalidade de apoio, a funcionar em estabelecimento da instituição. Destina-se a crianças entre os 6 e 12 anos de idade.
- **Cantina Social** – Resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias, residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.
- **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade** – (CAARPD) – é um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.
- **Centro de Convívio** – Proporciona serviços de apoio e desenvolvimento de atividades socio recreativas, culturais e de lazer, organizadas e dinamizadas pelas instituições e seus utilizadores;
- **Centro de Dia** – Assegura um conjunto de serviços tais como refeições, convívio/ocupação, cuidados de higiene, tratamentos de roupas, férias organizadas e outros que contribuem para a manutenção de idosos no seu meio sociofamiliar;
- **Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas - (ERPI)** – Constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e /ou de autonomia.
- **Intervenção Precoce na Infância - (IPI)** - O Sistema Nacional de Intervenção Precoce integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Segurança Social e da Educação dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância.
- **Lar de Infância e Juventude** – Resposta destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção, a exercer por tempo indeterminado através de uma empresa estabelecida em território nacional. Tem como destinatários crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção assim o determine.
- **Serviço de Apoio Domiciliário - (SAD)** – Resposta social que assegura a prestação de cuidados individualizados e personalizados na residência dos indivíduos e famílias, quando estes, por motivos de doença, deficiência ou incapacidade não possam assegurar, temporária ou permanente, a satisfação das suas necessidades básicas.
- **Atendimento/Acompanhamento Social** – Consiste no encaminhamento informação e apoio a indivíduos e famílias, prestado por técnicos habilitados, com a observação e garantia do sigilo profissional.
- **Unidade de Cuidados Continuados** – É uma unidade de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, que presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio.

6.6.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Existem no Concelho do Peso da Régua, 12 Instituições que prosseguem objetivos de âmbito de Ação Social e que, segundo a sua natureza jurídica, se caracterizam como Entidades sem Fins Lucrativos. Estas Entidades sem Fins Lucrativos, também conhecidas/classificadas como IPSS ou Instituições de Utilidade Pública asseguram, neste concelho, a maior parte dos equipamentos sociais existentes. Quanto à tipologia jurídica dos equipamentos vigentes, estes subdividem-se em:

- **6 Associações de Solidariedade Social:** Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos; Associação de Assistência Nossa Senhora das Candeias; Associação O Baguinho; Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes, o Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000;
- **2 Centros Sociais e Paroquiais:** Centro Social e Paroquial São Pedro de Loureiro e Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira Matos.
- **3 Casas do Povo:** Centro Comunitário da Casa de Povo de Fontelas; Casa de Povo de Godim, Régua e Covelinhas e Casa do Povo de Vilarinho dos Freires.
- **1 Irmandade da Misericórdia:** Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Para a execução das suas atividades de apoio às populações, estas Instituições celebram, na sua maioria, **Acordos de Cooperação** com o Instituto de Segurança Social, à exceção da A.R.D.A.D que celebra protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que lhes permite assegurar uma parte importante dos seus financiamentos.

Relativamente à celebração de novos acordos de cooperação, estes devem reger-se pelos princípios orientadores da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação, entendidos numa perspetiva de otimização de recursos, sobretudo financeiros, impondo a necessidade de uma efetiva programação dos acordos de cooperação a celebrar ou a rever. Atendendo a esta necessidade foi criado o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais - PROCOOP, aprovado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março. Com este novo programa é alterado o paradigma de celebração de novos acordos de cooperação ou de alargamento dos acordos em vigor, concretizando-se através de um modelo de candidatura cuja hierarquização é efetuada mediante critérios de objetividade conhecidos, como a cobertura dos acordos de cooperação, a sustentabilidade da resposta candidata e o tempo de espera para a celebração do protocolo, bem como a sustentabilidade da instituição social. O PROCOOP destina-se a todas as entidades do setor social e solidário, que desenvolvam ou pretendam desenvolver respostas sociais no âmbito da Rede de Serviços de Equipamentos Sociais (RSES), com vista à celebração de acordos ou ao alargamento de acordos de cooperação em vigor, para as respostas sociais típicas de creche, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ESRPI), Centro de Dia, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO); Lar Residencial.

Apresenta-se, de seguida, a figura 55 onde é possível obter-se uma análise por freguesia da rede de respostas sociais existentes por áreas de intervenção; o número de valências; a capacidade/lotação das respostas e o número de utentes abrangidos. O mesmo permite, ainda, auferir informação relativa quanto ao número de pessoas em lista de espera para as diversas valências.

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	ÁREA INTERVENÇÃO	VALÊNCIAS	CAPACIDADE	ACORDO	FREQUÊNCIA
União de Freguesias de Poiares e Canelas	Centro Social e Paroquial Manuel Vieira de Matos	Terceira Idade	S.A.D	35	35	35
		Infância	Creche Pré-Escolar	35 50	35 50	28 40
	A2000	Deficiência	IPI I.A.O.Q.E.	31	30	53
		Infância	CAARPD	25	25	24
	Associação Assistência N.ª Sr.ª Candeias	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D.	18 32	18 32	18 32
Vilarinho Freires	Casa Povo Vilarinho Freires	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D Lar de Idosos	20 39 4	20 39 3	17 39 4
União de Freguesias de Peso da Régua e Godim	Sta. Casa Misericórdia Peso Régua	Famílias	Cantina Social	100	100	80
		Terceira Idade	Lar Idosos	65	60	60
			S.A.D. U.C.C.I.	4 26	4 26	4 26
		Infância/ Juventude	A.T.L. Creche Pré-Escolar LIJ	30 66 75 30	30 66 75 30	30 62 74 26
	O Baguinho		Infância/ Juventude	Creche Pré-Escolar	33 32	33 32
		Terceira Idade	Cantina Social	100	100	100
	Patronato P. Alberto Teixeira	Infância/ Juventude	A.T.L. Creche Pré-Escolar	25 50 110	25 50 110	25 50 109
	Casa Povo Godim	Terceira Idade	Centro Dia Centro Conv. S.A.D.	25 30 45	25 30 45	25 30 45
S.A.D. Noturno			4	4	4	
A.R.D.A.D.	Deficiência	I.A.O.Q.E. Formação Profissional			3 99	
Fontelas	Centro Comunitário da Casa Povo Fontelas	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D.	30 40	19 20	19 20
Loureiro	Centro Social Paroquial S. Pedro de Loureiro	Terceira Idade	S.A.D.	35	35	35
Sedielos	Associação Cultural Beneficente Stª Maria	Terceira Idade	Centro Dia	20	20	20
			S.A.D.	30	30	30
			Lar Idosos	25	25	25

Figura 55 - Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias (Fonte: IPSS)

6.6.2 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL

Da análise da figura supra, verifica-se que o concelho é servido por um leque de valências de apoio social que prestam serviços, cada vez mais diversificados e abrangentes, em áreas como a Infância e Juventude, à Terceira Idade, Pessoa com deficiência e Famílias Carenciadas.

Quanto às áreas de intervenção verifica-se que das 36 valências em funcionamento, 12 se destinam a crianças/jovens, 19 a idosos, 1 à pessoa com deficiência e apenas 1 à Família, a Cantina Social. Note-se que o concelho se encontra totalmente desprovido de equipamentos que prestem apoio social à pessoa com deficiência.

Resposta Social	2008	2015	2020
Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	1	3	3
Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.)	6	7	7
S.A.D. Noturno	1	1	1
Cento Dia	5	5	5
Centro Convívio	1	1	1
Creche	6	5	4
Pré-Escolar	6	6	4
Atividades dos Tempos Livres (ATL)	4	2	2
Lar de Infância e Juventude (LIJ)	1	1	1
Unidade de Cuidados Integrados à Comunidade (UCCI)	0	1	0
Cantina Social	0	3	1
CAARPD	0	0	1
Intervenção Precoce na Infância	0	0	1

Figura 56 – Distribuição dos equipamentos sociais por freguesias nos anos 2008/2015/2020 (Fonte: Diagnósticos Sociais Concelhios)

Relativamente à cobertura das áreas do concelho, de um modo geral, todas as instituições possuem listas de espera em quase todas as respostas sociais. Esta premissa pressupõe que o número de utentes que recorrem a estes serviços é superior à oferta designada nos Acordos de cada valência dos equipamentos sociais em análise. Concorde-se, portanto, que a oferta de respostas é inferior à procura.

Na área da Infância e Juventude é de realçar a diminuição do número de valências em relação ao Diagnóstico Social 2015-2018, o que se deve à diminuição do número de crianças nas freguesias rurais e à abertura dos Centros Escolares.

Saliente-se ainda que a Associação O Baguinho apoia, na sua totalidade, 65 crianças dos 3 meses aos 6 anos de idade. Contudo, as suas infraestruturas apresentam-se bastante deterioradas não utilizando por isso, todo o

seu potencial para a promoção da qualidade e bem-estar das crianças que frequentam a resposta. Urge a necessidade de candidaturas a apoios estatais, de forma a garantir o financiamento necessário para o melhoramento das condições físicas existentes, de acordo com as normativas do Instituto de Segurança Social.

As valências de Apoio à Deficiência no Concelho estão a descoberto existindo duas instituições que desenvolvem o seu trabalho na área da deficiência: a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD), que opera a nível do emprego e formação profissional e tem como objetivo desenvolver e potenciar competências nos indivíduos com deficiência física e mental, de forma a promover a integração destes indivíduos no mercado de trabalho e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, que iniciou atividade em 2001 tendo mudado a sua sede em 2019 para o Concelho do Peso da Régua disponibilizando serviços formativos, cujo objetivo é a promoção da qualificação e do emprego das pessoas e serviços não formativos que visam desenvolver competências pessoais e sociais conducentes a uma inserção familiar, profissional e social de pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão.

Saliente-se que a ARDAD teve já aprovada a candidatura às respostas sociais C.A.O. e Lar Residencial, no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), em 2009, tipologia 6.12 – Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais mas devido a dificuldades financeiras não conseguiu executar a obra. Em 2014, submeteu também uma candidatura ao Programa ON2 – Programa Operacional da Região Norte – Equipamentos para a Coesão Local, que obteve parecer favorável por parte da Plataforma Supraconcelhia Douro, mas que devido à inexistência de acordos de cooperação prévios com o ISS, não foi admitida. Deste modo é imperioso a criação destas valências, pois existe um défice de cobertura no concelho e a Sul do distrito de Vila Real.

Em 2020 no âmbito das candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0.), as duas Instituições Particulares de Solidariedade Social apresentaram candidatura para a criação de respostas Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais. A Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes apresentou um projeto para a alteração e ampliação de um edifício existente na freguesia urbana de Peso da Régua para as valências de um Lar Residencial com capacidade para 12 utentes e um Centro de Atividades para 30 utentes, direcionado a jovens e adultos com deficiência moderada, grave e profunda.

A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento apresentou candidatura a um projeto para a criação de 3 respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PCDI), num total de 5 equipamentos: 1 CAO para 30 utentes; 2 Lares Residenciais para 60 utentes e 2 Residências Autónomas para 10 utentes. Todos os equipamentos irão localizar-se no atual edifício principal das instalações sede da A2000, sito numa freguesia rural a Nascente do Concelho.

As IPSS do concelho e a autarquia tentam minimizar as consequências desta falta de infraestruturas, apoiando-os, pontualmente, nas suas respostas sociais. Considera-se urgente a emergência de respostas direcionadas para a pessoa com deficiência, quer para a cobertura do próprio concelho quer para a cobertura dos concelhos limítrofes (Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião) devido à sua localização privilegiada.

No que diz respeito às valências de apoio à Terceira Idade, um dado importante é o facto destas Instituições terem, na sua totalidade, uma listagem de frequência até ao limite permitido bem como uma lista de espera significativa, nomeadamente nas respostas Estrutura Residencial para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário,

em algumas situações. Conclui-se, portanto, que estes equipamentos estão a trabalhar no limite das suas capacidades o que as impede de aceitar novos utentes, havendo a necessidade de criar novas respostas nas freguesias a descoberto. É nesta área de intervenção que a sobrelocação dos equipamentos se revela mais preocupante. No nosso concelho a oferta destas respostas apresenta-se muito inferior à procura, nomeadamente, na resposta ERPI onde a lista de espera ronda as 100 pessoas ultrapassando o número de utentes que estão, efetivamente, a ser apoiados. Saliente-se que no concelho existem apenas 2 lar de idosos, o Lar D. Antónia que integra a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o lar de idosos da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos. Recentemente foi também criado um mini-lar em Vilarinho dos Freires com capacidade para 4 utentes e que possui igualmente lista de espera. Ressalva-se ainda o facto das freguesias de Fontelas, Loureiro, Vinhós e Moura Morta estarem completamente a descoberto, sendo necessário o reforço desta valência no lado poente do concelho, pois o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar exponencialmente, de acordo com os censos de 2011 o Índice de Envelhecimento do Concelho era de 157.4.

Torna-se crucial para os equipamentos que desenvolvem respostas sociais direcionadas para a Terceira Idade, investir em candidaturas a projetos sociais, nacionais e europeus, bem como definir uma estratégia de sensibilização o Centro Distrital de Segurança Social para o alargamento dos acordos de cooperação com as Instituições que tenham capacidade e condições de resposta.

Relativamente ao Apoio à Família, existe no território a resposta Cantina Social, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de pelo menos uma refeição quente às famílias que não tenham forma de garantir essa refeição. A Cantina Social assegura aos utentes o fornecimento de uma refeição diária constituída por uma dose de sopa, um prato principal e uma peça de fruta. Esta resposta funcionou em três IPSS's do concelho, mas no presente apenas a Santa Casa da Misericórdia operacionaliza este serviço apoiando aproximadamente 100 pessoas. É de salientar que esta resposta centra-se apenas no núcleo urbano (União das freguesias do Peso da Régua e Godim), estando as freguesias rurais a descoberto, não sendo supridas por este tipo de apoio.

Uma outra questão transversal a todos os equipamentos sociais que operam no concelho prende-se com a necessidade da renovação da frota automóvel que com o desgaste inerente às atividades das instituições vai ficando obsoleta. Esta necessidade tem em consideração, não apenas as necessidades das instituições que operam com as respostas sociais da Terceira Idade ao nível de transporte dos seus utentes do Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, mas também pelas IPSS que realizam o transporte escolar devido às dificuldades sentidas por algumas famílias em transportar os seus filhos no percurso casa – instituição - casa, pelo motivo da maioria, não possuir transporte próprio e/ou de não terem horários compatíveis. Assim, torna-se pertinente, a aquisição de viaturas por forma a dar apoio a essas mesmas famílias/utentes, rentabilizar os gastos com transportes, assegurados pela instituições, nomeadamente na deslocação em visitas de estudo de âmbito pedagógico, conseguindo-se obter uma maior flexibilidade na gestão das atividades desenvolvidas, promover atividades para a promoção de partilha de experiências entre idosos das várias instituições do concelho, acompanhamento dos utentes de terceira idade a consultas médicas ou tratamentos, compra de medicação e acompanhamento na aquisição de bens e serviços. Com a implementação deste investimento, os utentes que frequentam a Instituições do concelho, beneficiarão de maior conforto, segurança, desenvolvimento cognitivo e

intelectual, sendo este um importante passo para o crescimento da instituição, permitindo perspetivar uma melhoria das condições das respostas existentes.

Das efetivas parcerias que se realizam com as demais entidades (Juntas de Freguesia; dirigentes de IPSS; representantes da Educação e Saúde, entre outras) é referido, por unanimidade, a falta de equipamentos que ofereçam as respostas sociais de Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Atividades Ocupacionais em todo o concelho. Esta insuficiência é sentida não só a nível de freguesias mas sim em todo o município.

Freguesias	N.º de IPSS
UF Poiares e Canelas	3
Vilarinho dos Freires	1
UF Galafura e Covelinhas	0
UF Peso da Régua e Godim	5
Fontelas	1
Loureiro	1
Sedielos	1
UF Moura Morta e Vinhós	0

Figura 57 - N.º de IPSS por freguesia

Pelo exposto conclui-se que as IPSS se encontram sedeadas, em maior número e maior variedade, nas freguesias urbanas do concelho. Verifica-se, ainda, que as freguesias de Galafura e Covelinhas, Moura Morta e Vinhós estão completamente a descoberto. Ainda que as IPSS existentes façam um esforço no sentido de colmatar esta situação e tentem alargar o seu apoio para além das suas zonas de implementação, refira-se que as necessidades sentidas estão muito além da oferta disponível.

A figura 57 vem reforçar, uma vez mais a ideia que as Instituições atuam de forma exaustiva no terreno, de forma a fazer face às necessidades emergentes.

A realidade acima esboçada apela ao caráter urgente das entidades competentes tomarem noção do panorama social vigente, uma vez que a rede de equipamentos sociais que o concelho dispõe continua a revelar-se insuficiente para dar resposta às necessidades em geral, e de forma mais particular às necessidades sentidas pela população mais velha do concelho. Esta situação justifica-se, essencialmente, com o progressivo envelhecimento da população, associado ao fenómeno de isolamento dos idosos, bem como à dificuldade crescente das famílias em conciliarem a vida profissional com os cuidados à terceira idade.

7. ASSOCIATIVISMO

O associativismo traduz-se numa força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a ideia de desenvolvimento. A esse respeito Frantz (2002: 25) refere que, “(...) *potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local (...)*. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação”. Acrescenta ainda que “*o desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas*”. Observa-se que aqui se revela um espaço à participação extensiva e intensiva dos recursos humanos em que a coresponsabilidade remete a parcerias estáveis e para relações mutuamente proveitosas, cujas transformações não ocorre da noite para o dia, mas sim caminhando em etapas, solidariamente, e sustentadamente, capturando a sinergia liberada.

Assim considera-se, o conceito de desenvolvimento local “*como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos*”. O desenvolvimento posto como um modelo que contém uma perspetiva que tem na sua génese a auto-organização social.

Para tal as Associações³ têm uma dupla função no seu papel na sociedade, um papel de carácter social fazendo intervenção direta com todos os grupos etários, com as suas expectativas, gostos e interesses e também um carácter associativo de divulgação de uma determinada cultura, forma de vida e forma de pensar.

As Associações são focos de intervenção social, na medida em que são responsáveis pela ocupação cultural e social de uma parte da população que vive nas freguesias, às quais as Associações pertencem, não só de uma camada jovem, mas também de uma parte da população ativa do concelho.

Com isto, pode dizer-se que quanto maior for o número de associações existentes num concelho, maior o envolvimento da sua população e maior o dinamismo em diversos aspetos, contribuindo assim para uma sociedade ativa e mais aberta aos impulsos exteriores que são agentes modificadores quer de comportamentos, quer de mentalidades.

No concelho de Peso da Régua o Associativismo, envolve todas as freguesias e todos os escalões etários. O papel desempenhado pelas diversas associações, permite que a Cultura duriense se vá divulgando por todo o país e até pelo mundo.

O associativismo também está intrinsecamente ligado ao espírito do povo e da sua mentalidade. O povo duriense sempre foi muito acérrimo em juntar-se em grupo, defender os seus interesses e também aliar a isso a parte cultural e de divertimento de cada associação.

Podem dividir-se em cinco tipologias, as associações do Concelho do Peso da Régua: Juvenil, Desportiva, Cultural e Recreativa, Comercial e Religioso e Social e Humanitário.

³Associação é uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum.

Tipologia	Associações
Juvenil	<ul style="list-style-type: none"> - AEP⁴ Grupo 21; - Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sedielos - Aprender Confiante – Associação Juvenil de Covelinhas - Agrupamento CNE nº 282 - Agrupamento CNE Nº 840; - Agrupamento CNE nº 116; - Clube de Jovens de Vilarinho dos Freires; - Associação Escutismo Alternativo; - Associação da Banda Juvenil Salesiana.
Desportiva	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Desportiva de Godim; - Clube de Pesca de Competição Reguense; - Clube Caça e Pesca do Alto Douro; - Clube Automóvel da Régua; - Motoclube da Régua; - Clube de Voleibol de Peso da Régua; - Grupo Desportivo e Recreativo da Ferraria; - Sport Clube da Régua; - Futebol Clube de Fontelas; - Veteranos do Régua Futebol Clube; - Associação Clube Natureza Extreme; - Douro Inédito - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural; - Associação Desportiva Juventude Fim do Mundo; - União Desportiva e Cultural Villa Regula; - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural dos Chaquiços.
Cultural e Recreativa	<ul style="list-style-type: none"> - Rancho Folclórico de Loureiro; - Rancho Folclórico e Recreativo de Godim; - Rancho Folclórico e Teatral de S. José de Godim; - Associação Amigos Abeira Douro; - Grupo de Cantares “Os Rabelos do Douro” - Academia de Música da Régua; - Associação Cultural Social e Desportiva e Recreativa de Galafura; - Associação Desportiva e Cultural de Alvações do Tanha; - Grupo Cultural e Recreativo de Vilarinho dos Freires; - Godibombos; - Querida Tradição- Associação Cultural e Recreativa; - Associação Bonamis e Acompaniado; - Associação Galafura XXI.
Comercial	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Comercial e Industrial dos concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR) - Associação dos Agricultores do Baixo Corgo

⁴ Associação dos Escuteiros de Portugal.

<p>Religioso e Social e Humanitário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência de S. Vicente de Paulo de Godim; - Conferência de S. Vicente de Paulo de Peso da Régua; - Casa do Povo de Moura Morta; - Núcleo da Cruz Vermelha de Peso da Régua; - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários; - Companhia dos Animais Abandonados; - Centro Social e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Peso da Régua; - ARDAD- Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes; - Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias; - Casa do Povo de Fontelas; - Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos; - Centro Social e Cultural D. Manuel Vieira de Matos- Poiares; - Modestadmission- Associação; - GPAR- Grupo de Proteção de Animais da Régua; - Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento- A2000.
--	---

Figura 58 - Distribuição das associações por tipologia

Para além do trabalho social feito entre os vários constituintes das Associações, estas correspondem a uma forma de dinamizar o Concelho com diversas atividades: festas, convívios, torneios e uma infinidade de situações que mobilizam a população, com caráter cultural, social e até educacional e, conseqüentemente corresponde a uma forma de ocupação de tempos livres, e de intercâmbio cultural e pessoal.

Importa ainda referir, no que diz respeito às associações concelhias que a maior parte não possui instalações ou sede própria, viaturas e outro tipo de material relacionado diretamente com o seu caráter associativo.

PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO

EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

1. PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

Atendendo à análise de toda a primeira parte deste diagnóstico, identificam-se de seguida, os principais problemas do concelho do Peso da Régua, considerando a priorização dos eixos de intervenção resultante da Metodologia participativa *workshop* “World Café”. O *Workshop* teve como objetivo a recolha de contributos para a atualização dos documentos agora apresentados, partindo da premissa que apenas com a auscultação e com o envolvimento de todos os agentes que intervêm diretamente com a população, é possível delinear uma estratégia de ação eficaz na promoção do desenvolvimento social e no combate à pobreza e exclusão social no território.

Em termos de documentos de planeamento, nos Diagnósticos Sociais anteriores (2008-2011 e 2015-2018), foram identificadas e priorizadas as problemáticas, relacionadas com as temáticas: Pobreza e Exclusão Social; Famílias carenciadas; Envelhecimento da população idosa; crianças e jovens em risco; violência doméstica; equipamentos sociais/Instituições Particulares de Solidariedade Social; absentismo; baixa qualificação escolar e profissional; desemprego; alcoolismo; dependência; cobertura das respostas sociais. Estas problemáticas serviram de fio condutor para a estruturação do Plano de Desenvolvimento Social, correspondendo cada um destes problemas aos 4 eixos: Grupos Vulneráveis; Emprego e Atividade Económica; Educação Formação e Qualificação; Saúde e Segurança.

No presente Diagnóstico (2020-2024) os eixos de intervenção prioritária mantêm-se, contudo é necessário refletir sobre o Impacto da pandemia COVID-19 e as suas implicações ao nível da realidade socioeconómica do Concelho, nomeadamente nas entidades do Terceiro Setor - Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que têm enfrentado grandes desafios na adaptação das suas condições de trabalho e de apoio aos seus utentes. Assim, no último trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021 foram auscultadas as direções e quadros técnicos das IPSS concelhias com respostas sociais na área da Infância e Juventude, Terceira Idade e Deficiência como forma de aferir das necessidades sentidas com as alterações provocadas pela pandemia COVID_19. De referir que a grande fatia das instituições concelhias trabalham com mais de uma resposta, e a maioria trabalha com pessoas idosas, seguindo-se as instituições que trabalham com a infância e juventude e por último com a deficiência.

Contudo, é junto das pessoas idosas que a pandemia tem causado um maior impacto, nomeadamente associadas à solidão e conseqüentemente à saúde mental. Não foi possível aferir indicadores concretos sobre o impacto na saúde mental, mas de acordo com estudos sabe-se que a diminuição dos estímulos tem uma relação direta com a diminuição das faculdades mentais, bem como a perda de mobilidade e a noção de tempo e de espaço. Por sua vez, a perda de emprego pelas famílias com filhos em idade escolar é outra preocupação sentida, nomeadamente nas instituições com as respostas creche e pré-escolar. Tal facto é percecionado pela dificuldade no pagamento das mensalidades, pela transferência de matrícula para o ensino público ou o recurso aos “avós” para cuidar dos menores. As necessidades ao nível financeiro verificaram-se também através do aumento do número de solicitações de apoio para bens alimentares. Relativamente ao funcionamento da instituição, a adaptação às rotinas de trabalho, a aquisição de equipamentos de proteção individual, a diminuição de utentes, o receio do contágio, o encerramento da reposta social Centro de Dia foram os principais constrangimentos apontados e que implicam a sustentabilidade financeira das instituições. O seguinte quadro, resume através da metodologia *Análise Swot* as necessidades sociais prioritárias identificadas pelas IPSS:

Análise SWOT IPSS – Pandemia Covid-19	
Origem Interna	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede Social/Articulação com as entidades que intervêm diretamente com a ação social concelhia (CMPR, Centro Local de Segurança Social, Equipa RSI, Cruz Vermelha, GNR, GIP, Espaço S); - Forte resiliência das equipas/ funcionários que integram as instituições; - Equipas de trabalho em espelho; - Procura constante do Serviço de Apoio Domiciliário; - Ajustamento das IPSS à nova realidade (Reforço das atividades de animação sociocultural no domicílio dos idosos como forma de combater o isolamento). <p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cessação dos contratos na resposta Centro de Dia* aquando a domicilição (diminuição dos utentes)* Resposta Social mais atingida; - Lista de espera para vagas na resposta social Estrutura Residencial para Idosos (ERPI); - Lista de espera para a resposta social Creche; - Despesas com material de higienização; - Viaturas/ frota automóvel com desgaste* necessidade de serem renovadas; - Isolamento Social dos idosos (diminuição das faculdades mentais /psíquicas/perda da noção de tempo e de espaço/ demência); - Agravamento da dependência física; - Diminuição da frequência no pré-escolar (avós que asseguram os cuidados; pais desempregados).
Origem Externa	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio da Câmara Municipal do Peso da Régua (subsídios, EPI, Cantina Social); - Candidaturas a fundos comunitários e nacionais (PARES, Portugal 2020, Fundo de Socorro Social); - Existência de infraestruturas afetas às IPSS's com capacidade/potencial para criação de novas respostas sociais e melhoria das existentes; - Apoio de patrocinadores/sócios; - Apoio da CMPR na elaboração de candidaturas; - Realização de testes de rastreio à COVID-19; - Programa Adaptar Social +; - Dinamização de ações de formação para cuidadores formais (Geriatría, Primeiros Socorros). <p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenraizamento dos idosos aquando a institucionalização em ERPI; - Demora/tempo de espera para reembolso dos apoios económicos (ISS); - Estradas municipais em mau estado de conservação/ morfologia acentuada do território; - Agravamento da saúde mental/Inexistência de repostas direcionadas; - Respostas sociais direcionadas para a pessoas com deficiência insuficientes (CAO, Lar Residencial, Residências Autónomas); - Sustentabilidade do pagamento dos acordos (Centro de Dia)/ISS; - Desemprego das famílias com ou sem filhos menores/contratos sazonais; - Saúde: Centro de saúde com tempo elevado de espera na resposta (dificuldade em marcar consultas, obter atestados, relatórios médicos); - descontrolo na toma de medicação; - Instalações/Espaços físicos insuficientes para cumprimento do número limite de clientes/formandos; - Viaturas afetas às IPSS's insuficientes (apenas é permitida o transporte de 4 utentes por viatura); - Agravamento da pobreza das famílias; - Exigências da Direção Geral da Saúde para reabertura da Respostas Centro de Dia; - Dificuldade no estabelecimento de novos acordos de cooperação ou criação de novos acordos; - Rigidez das regras/vistorias (ISS); - Programa Adaptar Social + (demora no reembolso – ISS).

Figura 59 –Análise *swot* realizada na auscultação das necessidades causadas pela Pandemia COVID-19 junto das entidades do Terceiro Setor

Perante a análise apresentada é de referir que os dirigentes das instituições reconheceram que o Estado de Emergência e todos os desafios que têm vindo a ser colocados implicam uma reestruturação do *modus operandi* no Terceiro Setor, destacando a necessidade de melhoria das respostas sociais, adaptadas à nova exigência do distanciamento social, a conversão de algumas respostas nomeadamente, em Estruturas Residenciais para Idosos e o estabelecimento de novos acordos de cooperação. Também os cuidados prestados com a conversão da resposta Centro de Dia em Serviço de Apoio ao Domicílio (domiciliação) em algumas situações revelaram-se insuficientes verificando-se a necessidade da colocação da pessoa idosa numa resposta com cuidados mais personalizados e intensivos. A este nível salienta-se também a necessidade de uma maior concertação ao nível supraconcelhio pois as respostas existentes no Concelho são insuficientes o que leva a um desenraizamento da pessoa idosa. Assim considera-se que o acolhimento da pessoa idosa em instituições concelhias traduzir-se-á num ganho ao nível de longevidade e qualidade de vida, com impactos muito positivos na saúde mental. Foi ainda apontado a necessidade urgente da existência de repostas na área da deficiência como os lares residenciais pois, a condição social deste grupo fica numa situação de maior vulnerabilidade antes de atingir a velhice perdendo a retaguarda familiar precocemente e muitas vezes o suporte familiar existente, não reúne condições e/ou competências para desempenharem o papel de cuidadores. A existência de Centros de Atividades Ocupacionais são também uma resposta que minimiza e previne as situações de risco e o isolamento da pessoa com deficiência.

Outras soluções apresentadas passam pela formação e suporte aos cuidadores, pela especialização das equipas de trabalho e pela intervenção em rede, como a Comissão Municipal de Apoio ao Idoso. De igual forma, o acesso aos serviços de saúde e o investimento na área da saúde mental foram considerados prioritários.

Assim conclui-se que embora o aspeto mais relevante da pandemia seja as condições sanitárias e as implicações ao nível da saúde, as entidades que atuam na área social espelham que são os riscos que os grupos de maior vulnerabilidade acarretam, aqueles que carecem de maior atenção e da definição de uma estratégia por parte das entidades com poder de decisão.

Identificam-se de seguida os 4 eixos definidos como prioritários. Na primeira parte da caracterização de cada eixo de intervenção incluiu-se a análise *swot* resultante do *world café* realizado, nomeadamente as principais problemáticas sociais identificadas.

1.1. EIXO 1 - GRUPOS VULNERÁVEIS

Grupos Vulneráveis	Problemáticas sociais identificadas
Crianças e Jovens em Risco	<ul style="list-style-type: none"> - Absentismo e Abandono Escolar - <i>Bullying</i> - Baixas competências parentais - Falta de respostas às famílias na conciliação dos horários de trabalho e escolares - Famílias desestruturadas - Comportamentos desviantes - Vulnerabilidade das crianças e jovens relativamente a Comportamentos Aditivos e Dependências - Violência Doméstica - Falta de respostas específicas (Exemplo: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) - Uso excessivo e precoce das novas tecnologias
Famílias Carenciadas	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego - Dependência financeira dos apoios concedidos pelos serviços - Carência Económica - Baixos níveis de escolaridade - Baixos níveis de qualificação profissional - Violência doméstica - Falta de acolhimento habitacional a vítimas de violência doméstica - Doença Mental - Dificuldade de acesso a habitação - Falta de rede de transportes públicos
População Idosa	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento Social - Rendimentos baixos - Ausência de retaguarda familiar - Declínio das funções motoras e psíquicas - Dependência dos serviços prestados pelas IPSS - Falta de respostas em ERPI - Colocação da população idosa em respostas sociais fora do concelho/ Desenraizamento - Falta de articulação entre as instituições com resposta da Terceira Idade
Minorias Étnicas e Comunidade Imigrante	<ul style="list-style-type: none"> - Absentismo Escolar - Abandono Escolar - Associação ABA encontra-se inativa - Desemprego/ Dificuldade de Inserção Profissional - Dependências financeira dos apoios concedidos pelos serviços
População com Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Barreiras arquitetónicas - Falta de respostas sociais específicas: Centro de Atividades Ocupacional e Lar Residencial - Dificuldade de Inserção socioprofissional - Acompanhamento insuficiente por parte do sistema de ensino - Ausência de retaguarda familiar

Figura 60 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS

- Eixo 1 – Grupos Vulneráveis

No primeiro eixo de intervenção prioritária foram identificados os Grupos Vulneráveis. Por Grupos Vulneráveis consideraram-se as famílias ou grupos que vivem numa situação vulnerável à pobreza e consequentemente à exclusão social. Segundo Pedro Perista⁵ e Isabel Batista *“Esta perspetiva engloba não apenas as pessoas que se encontram persistentemente – por vezes ao longo de toda a sua vida – numa situação de pobreza, mas também pessoas cuja situação, embora melhor, é de extrema vulnerabilidade. Incluirá, igualmente, todo um conjunto de pessoas que, habitualmente, se posicionam acima da linha de pobreza mas que, perante determinados condicionalismos, acabam por se situar, em dado momento, abaixo dessa mesma linha.”*

Deste modo foram identificados pelos grupos de trabalho as crianças e jovens em risco, as famílias em situação de vulnerabilidade económica, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência e as minorias étnicas.

Ao nível da origem interna foram considerados como Pontos Fortes os recursos existentes no concelho, nomeadamente as entidades que prestam apoio ou serviço diretamente à população, no âmbito da ação social. Os recursos humanos dessas mesmas entidades, as suas potencialidades e a sua predisposição para a prestação de um serviço de qualidade à população foram também considerados como fatores protetores, traduzindo-se assim a “densidade populacional” como uma potencialidade para suprimir os fatores de risco.

Por outro lado, considerou-se o envelhecimento da população idosa, o isolamento/ solidão e a carência económica das famílias, os principais motivos para a condição social destes grupos. De referir que a inexistência de respostas sociais específicas, como por exemplo, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), enquanto serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias e, o Lar de Infância e Juventude, enquanto alternativa de responsabilidade social, que protege e salvaguarda o bem-estar (que deveria ser da competência das famílias) de crianças e jovens do sexo masculino, são fatores prejudiciais para a promoção do desenvolvimento psicossocial das famílias e das crianças e jovens em situação de risco.

A fraca divulgação dos serviços junto da comunidade, a articulação diminuta entre instituições foram também apontados como pontos a melhorar.

No que concerne às acessibilidades uma questão apontada é a das barreiras arquitetónicas existentes no concelho e, a forma como estas condicionam o acesso a determinado local. De ressaltar, que o conceito não se limita apenas à pessoa com deficiência, mas inclui no sentido lato a pessoa idosa, as famílias com carrinhos de bebés, pessoas com volumes pesados, ou outras situações.

Relativamente às famílias pertencentes às minorias étnicas, especificamente as famílias de etnia cigana e, tratando-se de uma comunidade com características e especificidades próprias (diferentes modos de vida, costumes, crenças e rituais e resistência à mudança), face à sociedade maioritária considera-se a dinamização da Associação de Moradores do Bairro das Alagoas, como uma resposta que poderá promover e contribuir para

⁵ PERISTA, Pedro; BATISTA, Isabel (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. Fórum Sociológico. Série 2.

uma maior facilidade no processo de integração deste grupo, salvaguardando os aspetos culturais que o caracterizam.

No seguimento desta análise, foram consideradas as oportunidades que o concelho dispõe, dando-se ênfase às entidades que trabalham diretamente e especificamente com cada um destes grupos prioritários. A promoção (reforço) de ações de informação/sensibilização específicas para cada uma das problemáticas, a existência de equipamentos sociais com respostas sociais direcionadas, a criação de grupos de trabalho (como por exemplo, a criação da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso) e a existência de projetos e/ou programas, revestem-se de importantes instrumentos para fazer face às ameaças elencadas, nomeadamente: o aumento dos comportamentos desviantes, o aumento do consumo de substâncias, o *bullying*, a alienação parental e as baixas competências parentais.

Em conclusão, se por um lado, as problemáticas associadas aos grupos vulneráveis se revestem como a “*força motora*” para a intervenção social por parte das 12 instituições que prosseguem objetivos de âmbito de Ação Social no concelho, que segundo a sua natureza jurídica se caracterizam como Entidades sem Fins Lucrativos por outro, a execução dessas atividades (por essas mesmas entidades) estão dependentes do financiamento e da celebração de acordos com o Instituto de Segurança Social e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o que no atual contexto económico colocam em causa a sua viabilidade.

1.1.1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Nas últimas décadas o conceito de família tem vindo a adquirir um âmbito muito mais vasto, porque novas tendências, novas configurações familiares têm permitido novas conceções de família e da organização da vida dos seus membros, sendo valorizada por alguns nos seus hábitos tradicionais e por outro no seu progresso moderno.

Seja qual for o modelo de família ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior (Dias, 2011).

Contudo, a família nem sempre cumpre o papel que lhe está intrinsecamente atribuído, o da proteção dos seus elementos. O “lado negro” assume-se como mais preocupante quando pensamos a negligência familiar e os maus tratos às crianças.

No levantamento realizado junto dos elementos que compõem o Conselho Local de Ação Social, o grupo das crianças e jovens em risco foi referenciado como um dos grupos alvo prioritários a intervir.

Em 2020, o volume processual global da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peso da Régua ascendia aos 78 processos. Destes 72 transitaram do ano anterior, 81 foram reabertos e 40 foram instaurados.

O público-alvo das CPCJ são crianças e jovens dos 0 aos 18 anos que sejam sinalizadas por instituições ou pessoas singulares, por se encontrarem em situação de perigo. Por criança ou jovem, a terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na alínea a) do artigo 5.º “(...) – a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional.

A negligência familiar assume-se como a problemática mais identificada, seguindo-se o abandono e insucesso escolar. A maioria das medidas aplicadas é em meio natural de vida, tal como é definido na Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei 147/99, de 1 de setembro).

A Comissão Alargada nas funções que lhe são adstritas, nomeadamente no desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, visa no seu plano de ação promover atividades com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

Deste modo encontra-se a desenvolver um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Crianças e Jovens – Projeto Adélia lançado pela Comissão Nacional de Promoção do Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, que se assume como uma estratégia preventiva para a promoção dos direitos e proteção da criança e jovem.

Neste contexto, impõe-se a enunciação de medidas/ações de promoção de uma parentalidade positiva, considerada como um elemento estratégico na promoção do bem-estar das crianças e jovens e na prevenção do perigo.

Paralelamente existem já no território práticas validadas na área da parentalidade positiva, nomeadamente com o Programa CLDS 4G do Peso da Régua.

Apesar de se reconhecer que se verifica défice de competências parentais, o mesmo não implica que a criança/jovem esteja em perigo de vida e muitas vezes é possível trabalhar e desenvolver essas mesmas competências.

1.1.2. FAMÍLIAS CARENCIADAS

Na análise do Grupo Famílias Carenciadas, considerou-se analisar as famílias beneficiárias da medida RSI, que é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínima e para o favorecimento de uma progressiva inserção profissional e comunitária. Esta escolha tem por base o facto de se possuir dados objetivos e quantificáveis sobre a situação destas famílias, pois muitas delas encontram-se no limiar da pobreza. De referir ainda que no decorrer da pandemia Covid-19 o número de famílias em situação de desemprego aumentou, tendo algumas desta recorrido à medida como forma de suprir as dificuldades financeiras. Atualmente, o valor do Rendimento Social de Inserção é fixado em 42.495% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, correspondendo a 189.66 euros.

Segundo a caracterização dos beneficiários da medida RSI do Peso da Régua, em dezembro de 2020 existiam, uma média de 400 e 500 processos, com um número de beneficiários que se situa, entre os 1000 e os 1100, distribuídos pelas 8 freguesias do Concelho.

Freguesia	N.º Beneficiários
Peso da Régua e Godim	774
Moura Morta e Vinhós	38
Poiares e Canelas	52
Galafura e Covelinhas	20
Sedielos	77
Loureiro	43
Fontelas	52
Vilarinho dos Freires	36
Total	1092

Figura 61 - Número de beneficiários da medida RSI por freguesia (Fonte: Relatório de execução anual do Núcleo Local de Inserção do Peso da Régua)

Por sua vez, a Delegação da Cruz Vermelha da Régua, apoia as famílias carenciadas do concelho através da doação de vestuário, ajudas técnicas (camas articuladas e cadeiras de roda), alimentos e fraldas.

Freguesias	Vestuário	Camas e Cadeiras	Alimentos	Fraldas
Peso da Régua e Godim	150/pessoas	20/ pessoas	250/ famílias	20/ pessoas
Fontelas	20	5	20	10
Poiares e Canelas	55	6	70	4
Vilarinho dos Freires	10	3	45	7
Galafura	_____	4	_____	4
Loureiro	20	_____	20	5
Sedielos	15	2	_____	5

Figura 62 - Apoio da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Régua (Fonte: Delegação da Cruz Vermelha da Régua/2020)

Por sua vez, o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) veio substituir o Programa de Distribuição Alimentar (PCACC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados – e cuja ação visa

distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas. O Fundo pode, ainda, apoiar medidas de acompanhamento e deve promover a aprendizagem mútua, redes e disseminação de boas práticas em matéria de assistência não financeira às pessoas mais necessitadas.

No Concelho do Peso da Régua, em 2020, apoio foi prestado a 118 beneficiários do RSI, num total de 36 agregados familiares.

Um outro recurso no Concelho é o Espaço Solidário, que tem por objetivo o apoio e entrega de bens de primeira necessidade: alimentos, vestuário, calçado, mobiliário, eletrodomésticos a famílias carenciadas previamente identificadas e acompanhadas. Este foi criado através do Banco Local de Voluntariado implementado pela autarquia. O Espaço S atua como resposta imediata em situações de vulnerabilidade social e /ou emergência sinalizadas pelas entidades do concelho ou por requerimento das próprias famílias. É assegurado e dinamizado por voluntários responsáveis pela gestão e manutenção do serviço, contribuindo para o empoderamento, sustentabilidade e envolvimento participativo da comunidade. De igual modo, os bens doados são provenientes de públicos diferenciados, muitas das vezes, também eles beneficiários do serviço apresentado, promovendo-se o fomento de redes de solidariedade social comunitária.

De janeiro a dezembro de 2020, realizaram-se 450 entregas de cabazes alimentares, sendo que cerca de 100 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 100 famílias identificadas no âmbito da pandemia que atravessamos. Ao longo de 2020, o Espaço Solidário apoiou uma média de 45 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 10 famílias foram apoiadas com mobiliário.

É de salientar que esta resposta continua a ser assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por funcionários desempregados inseridos em programas de medidas de emprego – Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional/IEFP.

Ainda no âmbito do Espaço Solidário, numa ótica de responsabilidade social das empresas, o Hipermercado Continente cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda e bens alimentares como legumes, fruta, iogurtes, comida confeccionada do serviço de takeaway distribuídos semanalmente pelo Gabinete de Ação Social e Habitação da autarquia. De referir ainda que essa parceria estende-se a outras associações e instituições concelhias.

Um retrato sobre as famílias indica também um grupo vulnerável que introduz mudanças na forma de organização familiar que são as famílias monoparentais. Quanto à designação família monoparental, ao contrário da família nuclear conjugal que apresenta normalmente uma estrutura triangular: pai, mãe e filhos, aqui trata-se uma estrutura bipolar, onde normalmente a figura de referência é a materna, que no caso de divórcio ou separação, quer no de mãe solteira. (Leandro, 2001)

Esta forma de família encerra em si alguma complexidade. Do ponto de vista social e económico estas famílias acabam por ser muito mais sobrecarregadas.

Em 2011, de acordo com os Censos, na região Norte os núcleos familiares monoparentais representam 13,8% do total de núcleos, enquanto a nível nacional esse valor é de 14,9%.

Considerando a situação de pobreza e exclusão social no Concelho desde 2013 que se tem promovido no território o Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

O projeto CLDS teve a sua primeira intervenção em Peso da Régua através da sua versão CLDS+ em 2013-2015, tendo tido continuidade através do CLDS 3G no período de 2015-2018.

Até então, com o objetivo de promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitiam contribuir para o aumento da empregabilidade, o combate das situações críticas de pobreza, particularmente a infantil, a exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, tendo igualmente especial atenção na concretização de medidas que promoviam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade, teve como foco de ação os territórios especialmente afetados pelo desemprego e territórios marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil e visava a sua intervenção em torno de três eixos, a saber: Eixo de Intervenção 1 – Emprego, Formação e Qualificação; Eixo de Intervenção 2 – Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil; e Eixo de Intervenção 3 – Capacitação da Comunidade e das Instituições.

Em 2019, surge a nova versão do projeto, cujo plano de ação está focado nos reguenses e elaborado mediante as necessidades apresentadas pelo público-alvo aos parceiros que constituem o núcleo executivo do CLAS do Peso da Régua, no entanto com intervenção apenas em dois eixos e não em três como aconteceu anteriormente, a saber: Eixo I - Emprego, Formação e Qualificação, com o objetivo principal de favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal, dos desempregados e Eixo II - Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil, com ações dirigidas, prioritariamente, aos agregados familiares de baixos rendimentos com crianças, com o propósito de os apoiar, promovendo estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade.

Agora designado por CLDS 4ª Geração (CLDS 4G), tem como principais objetivos:

- Aumentar o nível de coesão social do concelho, dinamizando a alteração sócio territorial;
- Concertar a intervenção nos grupos populacionais que evidenciam fragilidades mais significativas, promovendo a mudança nas situações das pessoas tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade;
- Potenciar a congregação de esforços entre o setor público e privado na promoção e execução dos projetos através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências;
- Fortalecer a ligação entre as intervenções a desenvolver e os diferentes instrumentos de planeamento existentes de dimensão municipal.

Peso da Régua e outras áreas geográficas de implementação do CLDS 4G apresentam como áreas especialmente afetadas, o desemprego e a pobreza, sendo a Entidade Coordenadora Local da Parceria do projeto CLDS 4G do Peso da Régua a Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua.

1.1.2.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A consciência social da censurabilidade das condutas que integram práticas de violência contra as mulheres no seio da família é uma aquisição civilizacional muito recente. (Associação Portuguesa Mulheres Juristas).

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Desde então, os governos dos países-membros

da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência, que já é reconhecido também como um grave problema de saúde pública.

Atualmente o Código Penal consagra (art.º 152 - Violência Doméstica) que existe crime de violência doméstica quando existem "maus tratos físicos e psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) a pessoa de outro ou do mesmo sexo" com quem o agressor "mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem habitação".

Além deste artigo específico, a lei também criminaliza, por exemplo, ameaças, coação, difamação, injúrias, subtração de menor, violação de obrigação de alimentos, violação, abuso sexual e homicídio ou tentativa de homicídio.

Por violência doméstica poder-se-á entender todo o comportamento violento, reiterado ou não, ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, ou que, mesmo não coabitando, mantenha ou tenha mantido relação de conjugalidade heterossexual ou homossexual ou sobre um familiar. A violência doméstica é enquadrada, em Portugal, como um crime público. O uso de um comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, psicológicos, sexuais, emocionais, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima.

Para a APAV o Crime de Violência Doméstica deve abranger todos os atos que sejam crime e que sejam praticados neste âmbito. Pratica o crime de violência doméstica quem infligir maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre cônjuge ou ex-cônjuge, unido/a de facto ou ex-unido/a de facto, namorado/a ou ex-namorado/a ou progenitor de descendente comum em 1.º grau, quer haja ou não coabitação.

Também pratica o crime de violência doméstica quem infligir maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre pessoa particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, desde que com ela coabite.

Partindo deste conceito podemos ainda distinguir a Violência Doméstica entre:

- **violência doméstica em sentido estrito** (os atos criminais enquadráveis no art. 152º: maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coação; injúrias; difamação e crimes sexuais)
- **violência doméstica em sentido lato** que inclui outros crimes em contacto doméstico - violação de domicílio ou perturbação da vida privada; devassa da vida privada (imagens; conversas telefónicas; emails; revelar segredos e factos privados; etc. violação de correspondência ou de telecomunicações; violência sexual; subtração de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio: tentado/consumado; dano; furto e roubo).

A violência contra as mulheres é um fenómeno complexo e multidimensional, que atravessa classes sociais, idades e regiões, e tem contado com reações de não reação e passividade por parte das mulheres, colocando-as na procura de soluções informais e/ou conformistas, tendo sido muita a relutância em levar este tipo de conflitos para o espaço público, onde durante muito tempo foram silenciados.

A reação de cada mulher à sua situação de vitimação é única. Estas reações devem ser encaradas como mecanismos de sobrevivência psicológica que, cada uma, aciona de maneira diferente para suportar a vitimação.

Muitas mulheres não consideram os maus-tratos a que são sujeitas, o sequestro, o dano, a injúria, a difamação ou a coação sexual e a violação por parte dos cônjuges ou companheiros como crimes.

As mulheres encontram-se, na maior parte dos casos, em situações de violência doméstica pelo domínio e controlo que os seus agressores exercem sobre elas através de variadíssimos mecanismos, tais como: isolamento relacional; o exercício de violência física e psicológica; a intimidação; o domínio económico, entre outros.

A violência doméstica não pode ser vista como um destino que a mulher tem que aceitar passivamente. O destino sobre a sua própria vida pertence-lhe, deve ser ela a decidi-lo, sem ter que aceitar resignadamente a violência que não a realiza enquanto pessoa.

Para além da violência contra a mulher, também as crianças podem ser vítimas de violência doméstica como:

- **testemunhas de violência doméstica:** Tal inclui presenciar ou ouvir os abusos infligidos sobre a vítima, ver os sinais físicos depois de episódios de violência ou testemunhar as consequências desta violência na pessoa abusada;
- **instrumentos de abuso:** Um pai ou mãe agressor pode utilizar os filhos como uma forma de abuso e controlo;
- **vítimas de abuso:** As crianças podem ser física e/ou emocionalmente abusadas pelo agressor (ou mesmo, em alguns casos, pela própria vítima). (Fonte: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)

Um outro grupo que se encontra em situação de vulnerabilidade é o das pessoas idosas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência contra as pessoas idosas como: *“A acção única ou repetida, ou a falta de resposta adequada, que causa angústia ou dano a uma pessoa idosa e que ocorre dentro de qualquer relação onde exista uma expectativa de confiança.”*

A violência contra as pessoas idosas tem sido classificada em diferentes tipos – violência física; violência psicológica; violência sexual; violência económica ou financeira; negligência; abandono – podendo estes surgir isoladamente ou combinados.

Ainda segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, apesar de as mulheres sofrerem maiores taxas de violência doméstica, os homens também são vítimas deste crime. As mulheres também cometem frequentemente violência doméstica, e não o fazem apenas em autodefesa.

Os homens vítimas de violência doméstica experimentam comportamentos de controlo, são alvo de agressões físicas (em muitos casos com consequências físicas graves) e psicológicas, bem como também estes receiam abandonar relações abusivas. O medo e a vergonha são, para estas vítimas, a principal barreira para fazer um primeiro pedido de ajuda. Estes homens receiam ser desacreditados e humilhados por terceiros (familiares, amigos e até mesmo instituições judiciais e policiais) se decidirem denunciar a sua vitimação.

Com base nos dados fornecidos pela GNR, relativamente às ocorrências de Violência Doméstica participadas àquele organismo é feita a seguinte caracterização, referente a esta problemática no Concelho do Peso da Régua.

Da análise dos dados da figura 63 verifica-se que as mulheres estão mais expostas a situações de violência doméstica. Em qualquer dos anos, de 2017 a 2019 as vítimas de violência doméstica foram maioritariamente do sexo feminino, correspondendo a (89%) em 2019. Do total das ocorrências, o agente/suspeito predominante é do sexo masculino (97%).

Relativamente à idade das vítimas verifica-se que a violência registada ocorre sobretudo a partir dos 25 anos. De igual modo, a idade dos agressores situa-se a partir da mesma faixa etária, revelando que é sobretudo numa idade adulta madura em que as situações de violência ocorrem.

De referir ainda que não foram identificados atos de violência com recursos a armas (armas de fogo e arma branca) e o tipo de violência frequente é o de violência física (recurso à força física) (58%), seguindo-se a violência psicológica (Ameaça/coação psicológica) (42%).

No que concerne ao grau de parentesco, (40%) da violência perpetrada é contra o cônjuge ou companheiro, seguindo-se a violência contra ex-cônjuge ou ex-companheiro (20%) e a violência contra Filho/a (20%), Irmão/ã ou cunhado/a (11%), a violência contra pai, mãe, padrasto ou madrastra representa (3%) das ocorrências e Outro (6%).

Anos	Nº Ocorrências			Agente/Suspeito					Grau parentesco vítima					Vítima			Tipo arma utilizada										
	Entre cônjuges (ou análogo) contra crianças e menores 16 anos	outros crimes de violência doméstica	Sexo	Idade			detidos	cônjuge ou companheiro	Pai, Mãe, Padrasto ou Madrastra	Filho(a)	Irmã(o) ou cunhado(a)	Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	outro	Sexo		Idade			Arma de fogo	Arma branca	Outros instrumentos	Força física	Ameaça/coação psicológica	Outra arma ou instrumento	Ignorada		
				M	F	menos 16								16 a 24	25 e mais	M	F	menos 16								16 a 24	25 e mais
2017	34	0	9	38	6	0	3	41	0	29	1	8	0	5	1	7	37	0	2	42	0	0	0	23	21	0	0
2018	36	1	12	43	6	1	4	44	0	29	6	4	0	8	2	9	42	2	4	45	0	0	0	33	17	0	1
2019-até out	20	0	11	32	1	0	6	27	0	14	1	7	4	7	2	4	32	0	6	30	0	0	0	21	15	0	0

Figura 63 – Crimes de violência doméstica no concelho do Peso da Régua (última atualização novembro 2019/ Fonte: GNR de Vila Real)

Apesar dos progressos registados no que concerne à sensibilização para a problemática, nomeadamente ao nível do envolvimento das entidades e à denúncia/sinalização de casos de violência doméstica, podemos concluir que verifica-se a necessidade de continuar a desenvolver um trabalho aprofundado e transversal ao nível da prevenção, através da sensibilização/informação e formação até ao nível de intervenção propriamente, desde sinalização dos casos ao posterior acompanhamento técnico, apenas possível através da boa articulação entre as diferentes entidades responsáveis.

De referir que em 2020 o Município do Peso da Régua estabeleceu um protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Vila Real para implementação no concelho de uma Equipa Móvel de Apoio à Vítima com o objetivo de promover uma intervenção mais próxima da comunidade, proporcionando uma resposta mais adequada às necessidades de cada pessoa que se encontre numa situação de violência doméstica. Esta reposta atua numa lógica de intervenção de equipas multidisciplinares em conjunto com técnicos da área da ação social.

1.1.3 POPULAÇÃO IDOSA

A população residente no concelho com idades compreendidas entre o 0 e os 14 anos tem vindo a diminuir. Contrariamente, a população com 65anos ou mais tem vindo a aumentar. Neste sentido, esta é uma problemática sobre a qual é urgente refletir e na qual é necessário investir tendo em conta que este grupo etário, que representa uma grande fatia da nossa população, partilha necessidades e interesses em comum. Relativamente aos equipamentos sociais existentes de apoio à população idosa destaca-se o Serviço de Apoio Domiciliário, seguido da valência de Centro de Dia e por fim os lares (Estruturas Residenciais para Idosos).

Torna-se imperativo investir em infraestruturas de apoio à terceira idade pois as existentes estão nos limites máximos de ocupação.

Se tradicionalmente as famílias exibiam formas de solidariedade mais ou menos intensas entre elas, atualmente as transformações, que decorrem de aspetos tão variados como o económico, social, político, da organização do trabalho e do emprego, das mentalidades nem sempre permitem que os filhos possam conciliar ou queiram ser o principal suporte dos idosos, ficando estes na maioria das vezes numa situação de isolamento. Se por um lado os filhos terem procurado oportunidades fora do meio rural de origem e/ou emigrado, ou até mesmo desvinculando-se da função de cuidadores, verifica-se por outro lado que a pessoa idosa mantém uma cultura de resistência à mudança, afirmando a sua autossuficiência/ independência e recusando-se a deixar as suas casas para irem viver com os descendentes. Muitas vezes essa resistência reside na própria recusa em frequentarem as repostas Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário e não menos o acolhimento institucional em ERPI.

Como já referido no início da segunda parte deste documento, os impactos provocados pela pandemia COVID, com a reposta centro de dia encerrada e com o agravar do desemprego das famílias, que muitas vezes recorreram aos seus “idosos” para deles obterem algum apoio económico, vieram colocar numa situação de maior vulnerabilidade a pessoa idosa.

No seguimento e indo de encontro a ações já desenvolvidas anteriormente que garantam as condições de segurança e bem-estar das pessoas idosas, como o Projeto 65 – Idosos em Segurança que funcionou no Concelho do Peso da Régua desde 2012, foi criado em 2020 a Comissão Municipal de Proteção ao Idoso do Peso da Régua, com o objetivo de promover o bem-estar dos idosos, de forma a que viver mais tempo, não seja significado de perda de qualidade de vida e conseqüentemente à colocação destes idosos a fatores de riscos acrescidos que possam pôr em causa sua integridade física e dignidade humana. Esta comissão trabalha numa lógica de intervenção concertada, tendo como recurso uma equipa multidisciplinar onde têm assento representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal do Peso da Régua, Instituto de Segurança Social, Centro de Saúde (ACES); Guarda Nacional Republicana; Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência para idosos.

A CMPIPR tem como objetivos:

- Proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos idosos;
- Promover os direitos dos idosos;
- Prevenir/responder a situações suscetíveis de afetar a segurança ou bem-estar dos idosos;
- Combater a exclusão social na população idosa;
- Manter o idoso na sua habitação e meio natural, em condições seguras;
- Diagnosticar as necessidades/recursos existentes;
- Sensibilizar a população em geral, redes de vizinhança e famílias em particular, para o envelhecimento com qualidade, direitos dos idosos e para a necessidade de proteção aos idosos;
- Desenvolver ações de prevenção e de remoção de dificuldades sociais e económicas dos idosos, contribuindo para a sua segurança e bem-estar;
- Criar condições que favoreçam as relações com outros idosos, com a família e comunidade, potenciando a rede primária de suporte;
- Colaborar em ações complementares de acompanhamento de casos;
- Promover a institucionalização dos idosos sempre que seja essa a única medida capaz de garantir a proteção de pessoa idosa;
- Desenvolver ações de medidas de proteção ao idoso alvo de negligência, maus tratos e cuja situação apresente uma ameaça ao seu bem-estar e segurança.

Os destinatários desta comissão são todos os idosos, com mais de 65 anos, que sejam residentes no concelho do Peso da Régua e que se encontrem em situação de isolamento social, solidão, marginalização, negligência ou maus-tratos, violência económica, privação de liberdade, violência sexual e cuja situação apresente uma ameaça ao seu bem-estar e segurança. Podem ainda ser abrangidos pela CMPIPR outros adultos, com idade inferior a 65 anos, desde que se encontrem em situação de dependência de 3.ª pessoa e comprovada ausência de retaguarda e apoio institucional.

A operacionalização desta Comissão passa por proceder ao levantamento das situações de maior risco social para o idoso – levantamento de necessidades/sinalização – agilização de situações de risco – articulação institucional, realização de visitas regulares e encaminhamento de situações a descoberto para a rede formal de apoio. Pretende-se assim de atuar preventivamente junto desta população-alvo, bem como prestar apoio em situações de risco e/ou perigo eminente que possam ocorrer com os idosos referenciados.

As seguintes figuras dão-nos um retrato dos idosos sinalizados pela GNR.

Anos	Concelho	Total de Idosos em Situação Vulnerável		Sozinhos		Isolados		Sozinhos e isolados		Outras Situações		Idosos Sinalizados a outras instituições		Residência Segura Idosos Aderentes	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
2015	PRG	30	159	20	109	0	2	1	18	9	30	0	0	175	
2016	PRG	65	202	30	128	2	5	3	17	30	52	1	2	199	
2017	PRG	74	219	35	135	6	24	3	18	36	58	1	2	211	
2018	PRG	301		225		20		18		74		3		234	
2019	PRG	337		238		20		18		97		4		235	

Figura 64 – Idoso por freguesias Sinalizados pela GNR (última atualização nov 2019/ Fonte: GNR de Vila Real)

Da análise da figura 64 constata-se que a maioria das sinalizações efetuadas pela GNR são relativas a idosos em situação de vulnerabilidade (337), outros a residirem sozinhos (238) e outros em situação não especificada (97). Como resposta a GNR sinalizou-os para o Programa “Residência Segura” com o objetivo de realizarem um policiamento de proximidade, através de visitas regulares de prevenção e intervenção comunitária.

Das situações sinalizadas no último triénio verifica-se que a maioria dos idosos em situação Vulnerável são oriundos da freguesia Urbana “União de Freguesias de Peso da Régua e Godim”, seguindo-se a freguesia da União de Freguesias de Poiares e Canelas. De igual modo os idosos que se encontram a residir sozinhos têm proveniência nestas mesmas localidades.

Anos	Freguesias	Total de Idosos em Situação Vulnerável	Sozinhos	Isolados	Sozinhos e isolados	Outras Situações	Idosos Sinalizados a outras instituições
2018	Sedielos	16	7	2	2	7	0
	U.Galafura/Covelinhas	25	17	0	2	6	0
	U. Moura M./ Vinhós	28	21	0	2	5	0
	U. PR/Godim	123	89	0	2	32	1
	U. Poiares/ Canelas	71	45	0	6	20	0
	Vilarinhos Freires	19	16	0	0	3	0
	Fontelas	0	0	0	0	0	0
	Loureiro	0	0	0	0	0	0
2019	Sedielos	17	7	2	2	8	0
	U.Galafura/Covelinhas	28	20	0	2	6	0
	U. Moura M./ Vinhós	30	21	0	2	7	0
	U. PR/Godim	140	96	0	2	42	1
	U. Poiares/ Canelas	87	51	0	6	30	0
	Vilarinhos Freires	19	16	0	0	3	0
	Fontelas	0	0	0	0	0	0
	Loureiro	0	0	0	0	0	0
2020	Sedielos	23	8	2	2	13	0
	U.Galafura/Covelinhas	32	22	0	2	8	0
	U. Moura M./ Vinhós	30	24	0	2	7	0
	U. PR/Godim	148	98	1	3	47	1
	U. Poiares/ Canelas	90	53	1	6	30	0
	Vilarinhos Freires	19	16	0	0	3	0
	Fontelas	0	0	0	0	0	0
	Loureiro	2	0	2	0	0	0

Figura 65 – Idosos em Situação de Vulnerabilidade por freguesia nos anos 2018, 2019 e 2020 (Fonte: GNR de Vila Real/2021)

Como forma a dar resposta a estas situações de vulnerabilidade e isolamento existem três instituições no concelho com resposta social Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Lar D. Antónia da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, o lar da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos e o mini lar de Vilarinho dos Freires com capacidade para 4 utentes, pretendendo este último o alargamento das suas

respostas, estando neste momento em fase de requalificação do edificado. Apesar de atualmente existirem mais equipamentos sociais de resposta permanente, estes continuam a ser insuficientes para a extensa lista de espera (acima dos 100) e solicitações que existem diariamente. Os motivos que levam à institucionalização destes idosos são: insuficiência/ ausência de apoio familiar; isolamento; situação grave de doença; opção própria.

À exceção do encerramento “provisório” da resposta Centro de Dia causado pela pandemia Covid-19, existem quatro instituições no Concelho de Peso da Régua a funcionar com a resposta social de centro de dia: Associação Cultural e Beneficente St^a Maria; Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas; Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas; Associação de Assistência Nossa Sr.^a das Candeias.

Os motivos que levam os idosos a procurarem os centros de dia são diversos. A solidão, necessidade de cuidados e acompanhamento diário por questões de saúde, a ausência de apoio familiar por inexistência ou por impedimento profissional são as razões mais enunciadas.

Em relação à dinâmica familiar estabelecida entre os utentes deste tipo de resposta social e a família, esta é mantida dada a existência da relação diária e/ou fim de semana, não se registaram situações graves.

1.1.4 MINORIAS ÉTNICAS E COMUNIDADE IMIGRANTE

Os fatores de risco a que se tem assistido no atual contexto socioeconómico, como o desemprego, os baixos salários, os baixos níveis de escolaridade ou os problemas de saúde, tornam ainda mais vulneráveis as famílias expostas a situações de desigualdade, pobreza e exclusão, merecendo especial atenção as crianças e jovens, onde o resvalar para situações de risco se torna mais eminente, como é o caso das minorias étnicas, especificamente da comunidade cigana.

No concelho a comunidade encontra-se distribuída por núcleos populacionais concentrados na freguesia urbana “União de Freguesias de Peso da Régua e Godim”, a residir na sua quase totalidade em dois bairros sociais: o Bairro das Alagoas, conhecido localmente por Bairro Verde e o Bairro da Azenha, alojando cerca de 43 e 5 famílias de etnia cigana, respetivamente.

Sendo certo que o realojamento (a maioria das famílias residiam na zona ribeirinha onde as suas habitações de construção deficitária eram gravemente afetadas pelas cheias nos invernos mais rigorosos, em barracas e em acampamentos – tendo sido este o último grupo populacional a ser realojado) se traduziu para esta população, numa melhoria das suas condições de vida, a ausência de um projeto socioeducativo de adaptação dos moradores à nova realidade levou a um desajustamento social. Assim, apesar de ser um grupo minoritário, tal não impede uma sobre-representação da dimensão deste grupo étnico. Se a dicotomia identificação/diferenciação é uma questão transversal ao meio social, no caso do Bairro das Alagoas e do Bairro da Azenha, onde existem contrastes acentuados entre estes grupo minoritário e o grupo maioritário residente, as dicotomias são ainda mais evidentes. Assim, a coexistência destes dois grupos geram um foco de tensão e de problemáticas no interior destes espaços habitacionais, divididos entre ciganos e não ciganos. A prática da mediação e do diálogo intercultural, bem como da gestão de conflitos é a ponte que se pretende construir entre dois códigos linguísticos e culturais diferenciados, não perdendo o enfoque na preservação da identidade, cultura, tradições e valores fundamentais do grupo minoritário.

Concomitantemente o Bairro das Alagoas, construído nos finais dos anos 70 e, que concentra a maioria das famílias ciganas a residir no concelho do Peso da Régua, aproximadamente 43 agregados familiares, foi já alvo de uma intervenção de requalificação urbanística e, simultaneamente, social, promovendo a integração/adaptação à sociedade, associada ao desenvolvimento de competências e à construção de "objetivos de vida".

Atualmente, um desafio se tem colocado, tendo por base a intermitência de projetos descontinuados no tempo, bem como a ocupação ilegal de fogos por parte de algumas famílias jovens ciganas que residiam em sobrelotação com as suas famílias de origem. Tal situação, tem gerado conflitos no interior dos espaços habitacionais, criado sentimentos de injustiça e de impunidade bem como, o descontentamento da comunidade em geral. Um exemplo disso é a dificuldade que se tem sentido na revitalização da Associação de Moradores e Amigos do Bairro das Alagoas, que durante a vigência dos projetos de intervenção social o seu dinamismo atingiu o auge e no pós-projetos decaiu vertiginosamente. Reconhecendo-se a debilidade e os problemas de exclusão e isolamento desta comunidade, que se traduzem no perpetuar do ciclo da pobreza nas suas diversas dimensões (educação, saúde e emprego), a intervenção junto deste público tem sido uma prioridade. Como resultado tem decorrido diversos projetos desde o ano 1992 até à atualidade, como o Programa Nacional Contra a Pobreza, Projeto "Velhos Guetos, Novas Centralidades" (INH/ IHRU), Projeto Piloto Mediadores Municipais e Projeto Mediadores Municipais (ACIDI), Escolhas Pontual, Escolhas D'Ouro E/G (ACM), este último com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens ciganos/as, através de medidas específicas (Medida I- Educação, Formação e Qualificação; Medida II- Emprego e Empreendedorismo e Medida III- Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania).

Também outras entidades de intervenção de primeira linha, sobretudo a Equipa RSI e a equipa de Saúde têm desenvolvido ações e estabelecido planos individuais de inserção com as famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção com vista à melhoria das suas condições de vida e conseqüente autonomia. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desenvolve também projetos que promovam a frequência escolar, procurando diminuir o elevado grau de absentismo desta comunidade. O Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+; CLDS 3G, CLDS 4G) engloba em algumas das ações este público-alvo. De referir ainda que o Agrupamento de Escolas integra o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – "Escola TEIP", face às problemáticas com que o contexto sociogeográfico se caracteriza, nomeadamente: territórios economicamente e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, absentismo e o insucesso escolar.

Assim é fundamental dar continuidade a projetos que promovam os seguintes objetivos: o desenvolvimento do empowerment individual; a redução do grau de analfabetismo entre jovens e adultos; o reforço de identidades positivas a nível individual e de grupo; a criação de uma entidade mediadora representativa da comunidade que estimule para um saudável desenvolvimento local, social e territorial; a promoção de competências na área da mediação da gestão e resolução de conflitos; a criação de ligações positivas entre a comunidade cigana e não cigana; fomentar a ligação à instituição escolar, como estratégia de diminuição do abandono escolar precoce; a criação de uma entidade local capaz de estabelecer ligação/mediação entre a comunidade cigana e as instituições em geral; a abertura cultural da comunidade cigana e facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Pretende-se, para tal, desencadear ações reflexivas e construtivas sobre a comunidade cigana, ao mesmo tempo que a envolvemos nesse mesmo processo, através do estabelecimento de pontes de comunicação, potenciando sinergias na busca de soluções ajustadas às reais necessidades desta população.

Em conclusão torna-se assim crucial dar continuidade a projetos de cariz intercultural, nomeadamente na área da educação intercultural. A sociedade em que vivemos é repleta de contrastes onde as diferentes culturas coexistem e nem sempre têm o mesmo reconhecimento e poder. No Concelho do Peso da Régua, essa é também uma realidade. Pretende-se, para tal, desencadear ações reflexivas e construtivas sobre a comunidade cigana, ao mesmo tempo que a envolvemos nesse mesmo processo, através do estabelecimento de pontes de comunicação entre os diferentes agentes locais e a comunidade cigana, potenciando sinergias na busca de soluções ajustadas às reais necessidades desta população.

1.1.5. POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

“A deficiência é um de entre todas as possibilidades do ser humano, portanto, deve ser considerada, mesmo se as suas causas e consequências se modificam, como um factor natural que nós mostramos e de que falamos do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas.” (UNESCO, 1977)

A evolução conceptual da deficiência pode dividir-se em três épocas: a primeira considerada pré-histórica e que engloba as sociedades primitivas e se prolonga até à Idade Média; a segunda, em que emerge a ideia de que os deficientes são pessoas a quem é preciso prestar assistência; e finalmente a terceira, corresponde a época atual, onde o conceito de Deficiência se desenvolve perspectivado em função de uma sociedade, que ideologicamente se afirma como sendo inclusiva, ou seja, que pretende proporcionar às pessoas com deficiência um ambiente favorável, bem como produzir o seu desenvolvimento bio-psico-social fazendo com que as diferenças sejam respeitadas (Jimenez: 1997).

A OMS define assim deficiência: “no domínio da saúde, deficiência represente qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica” (OMS, 1980: 35). A deficiência é, pois, uma perturbação ao nível do funcionamento de um órgão resultante de uma doença que o afetou.

A deficiência gera incapacidade nos desempenhos funcionais da pessoa o que acarreta desvantagens que “limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais”.

De facto, só a partir da última década do século XX se fala de participação em igualdade de oportunidades da pessoa com deficiência, relativamente à educação, emprego, acessibilidade, emprego, cultura e lazer.

Contudo, as limitações da pessoa nas suas relações com o meio físico e social que a envolvem pode ser reduzido com o apoio dos meios adequados. (Pereira: 2010)

No Concelho existem duas instituições particulares de Solidariedade Social que prestam apoio à pessoa com deficiência a Associação da Região do Douro para Apoio à Deficiência e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento.

1.1.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD

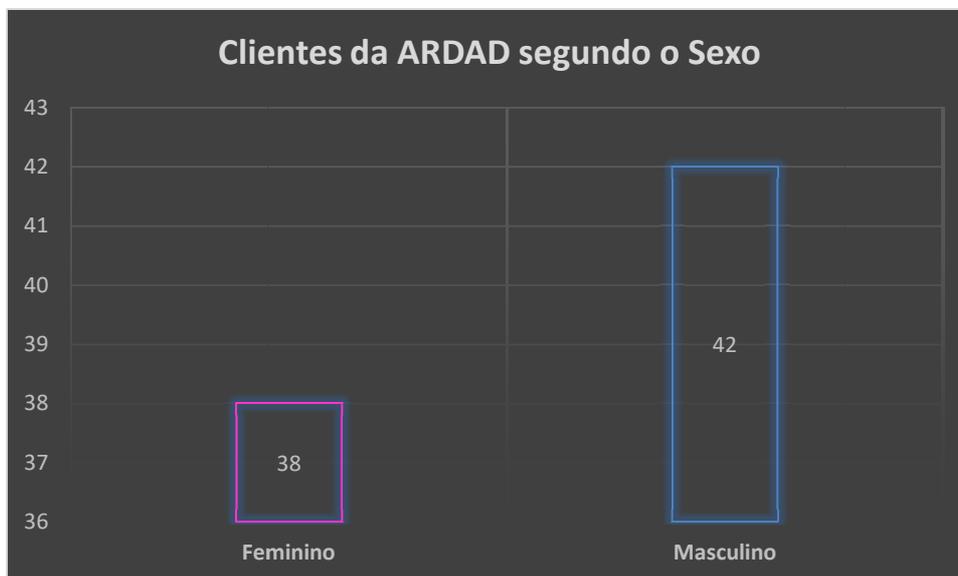


Figura 66 - Clientes da A.R.D.A.D segundo o sexo

De acordo com a figura 63 pode-se observar que durante o ano de 2019 a ARDAD ministrou formação profissional a 42 Pessoas do sexo masculino e 38 do sexo feminino, num total de 80 formandos.

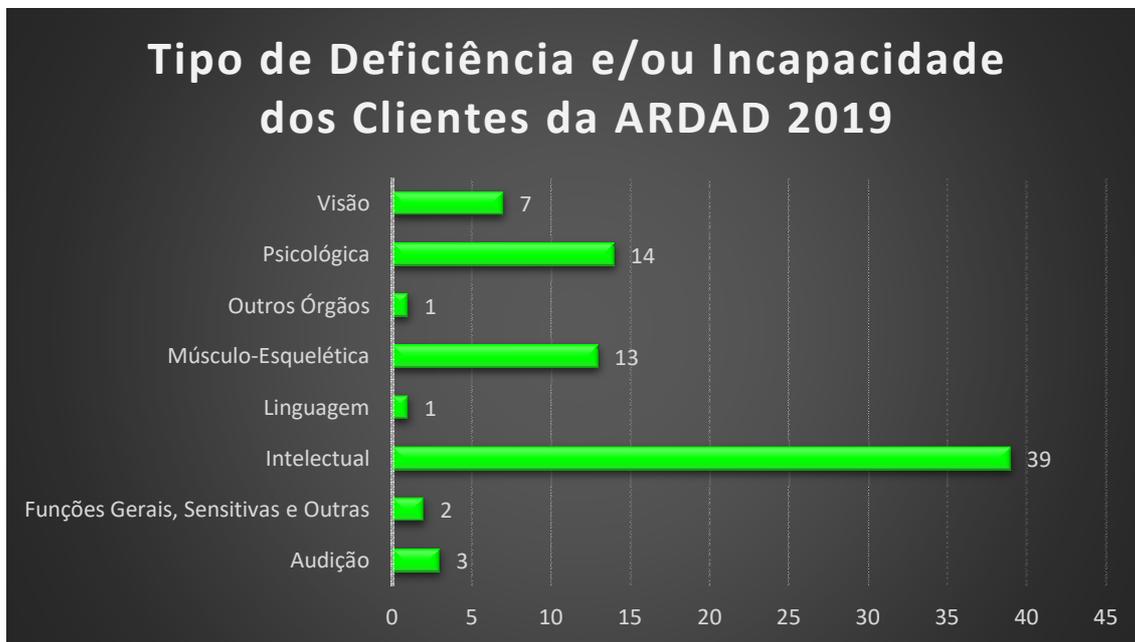


Figura 67 - Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D 2019

Considerando a população em análise, ao nível da sua distribuição segundoss os diferentes tipos de deficiência, como espelha a figura 64 é possível verificar uma maior incidência da população com deficiência intelectual, ou seja, 39 pessoas. Seguem-se as deficiências psicológicas, músculo-esquelética e visual. As deficiências menos representativas da população da ARDAD são aquelas em que as pessoas apresentam mais do que uma deficiência ou incapacidade.

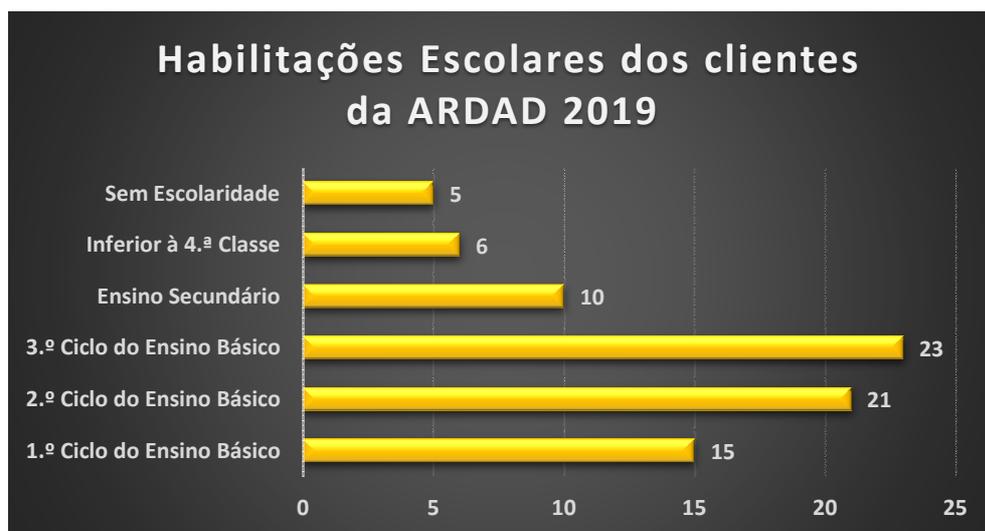


Figura 68 – Habilitações Escolares dos Clientes da A.R.D.A.D 2019

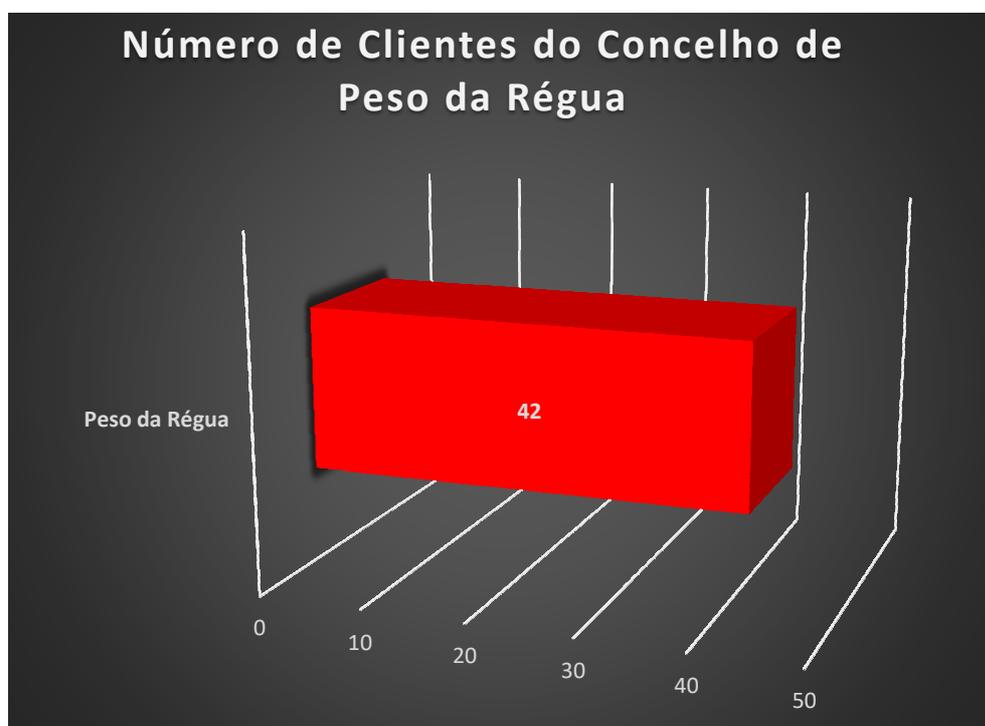


Figura 69 – Numero de clientes do Concelho de Peso da Régua

Quanto às ações de formação ministradas pela ARDAD, todas elas estão inseridas no POI SE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, na Tipologia 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade - tem como objetivo a promoção de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

As ações de formação ministradas pela ARDAD no ano de 2019 foram:

- Artesanato

- Secretariado e trabalho administrativo – Assistentes administrativos
- Indústrias do têxtil, vestuário calçado e couro – Costura e labores e Costureira / Modista
- Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros) - Carpintaria
- Floricultura e jardinagem – produção vegetal
- Hotelaria e restauração – Cozinheiros e Auxiliares de Cozinha
- Empregados de Andares

IAOQE – Informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego

Iniciada em janeiro de 2003, esta ação tem vindo a demonstrar ser importante para o planeamento e escolha do percurso de formação profissional a seguir pelo indivíduo com deficiência.

A dificuldade a nível da escolha de um projeto profissional costuma ser uma situação comum para muitos jovens, cujas expectativas profissionais encontram-se, por vezes, muito aquém da realidade do mercado de trabalho.

Neste sentido, o programa I.A.O.Q.E., tem oferecido a possibilidade de contactar com diferentes áreas de formação, facilitando, na maioria dos casos, a escolha do projeto profissional futuro.

1.1.5.2. CARATERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – A2000

A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000, iniciou atividade em 2001, no concelho de Sta. Marta de Penaguião, mas em setembro de 2019 mudou a sua sede para o concelho do Peso da Régua. A A2000 promove dois tipos de serviços e tem instalações em 6 concelhos, mas abrange nas suas atividades 13 concelhos, assim por serviço:

SERVIÇOS FORMATIVOS

São serviços cujo objetivo é a promoção da qualificação e do emprego das pessoas.

Qualificação Profissional de pessoas com deficiência ou Incapacidade: A Formação Profissional para pessoas com deficiência ou incapacidade é financiada pelo FSE e pelo Estado Português e comporta Formação Inicial no âmbito do Percurso C – individualizados com base em referenciais de formação não integrados no CNQ, com uma duração de 2 900 horas (incluindo Formação Prática em Contexto de Trabalho) e Formação Contínua nos concelhos de: Peso da Régua, Baião, Resende, Tabuaço, Chaves e Armamar.

Formação Pedagógica Inicial de Formadores Em regime bi-learning, são cursos de 90 horas com o objetivo de munir os formandos de técnicas e competências pedagógicas, sem as quais não poderão ministrar formação em Portugal, reconhecida pela DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Serviços de cariz mais social, com vista a desenvolver competências pessoais e sociais conducentes a uma inserção familiar, profissional e social de pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão, designadamente:



Espaços de Convívio

Dirigidos a pessoas idosas autónomas e, num total de 6 (com frequência semanal) têm o objetivo de promover atividades diversas e convergentes com os interesses de cada grupo, cujo objetivo é estimular e/ou desenvolver competências cognitivas, linguísticas, tecnológicas, motoras, sociais, culturais, entre outras.

Este serviço é promovido em 5 freguesias de Sta. Marta de Penaguião e em duas de Peso da Régua, para tal recebe apoio financeiro da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Batista) e Sanhoane, de Sever, Fontes, União de Freguesias de Louredo e Fornelos e Alvações do Corgo) e do Município de Sta. Marta de Penaguião, bem como da União das Freguesias de Galafura e Covelinhas (Peso da Régua) e da União das Freguesias de Poiares e Canelas.

Intervenção Precoce na Infância (IPI)

A IPI é promovida pela ELI (Equipa Local de Intervenção), no âmbito do SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce. A ELI é constituída por técnicos oriundos de 3 Ministérios: Educação, Saúde e Segurança Social. Este último estabelece acordo de cooperação com uma IPSS (neste caso a A2000) para que esta contrate e disponibilize à ELI técnicos (Psicólogo, Técnico Superior de Serviço Social, Terapeuta da Fala e Fisioterapeuta). A intervenção ocorre nos contextos onde a criança permanece (domicílio ou estabelecimento escolar).

A IPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos que reúnam características pessoais ou sociais que coloquem em risco o seu pleno desenvolvimento - é financiada pelo Instituto de Segurança Social, IP e desenvolve-se em 4 concelhos (Sta. Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Mondim de Bastos).

Centro de Recursos para a Inclusão Profissional (CRIP)

Com o objetivo de promover a integração socioprofissional das pessoas com deficiência ou incapacidades (jovens e adultos) que, evidenciem capacidades produtivas, envolve 3 ações: IAOQE (Informação, avaliação, orientação para a qualificação e emprego), AC (Apoio à colocação) e APC (Acompanhamento pós-colocação).

É financiado pelo IEFP e abrange 8 concelhos da área de intervenção do Serviço de Emprego de Vila Real.

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (CAARPD)

É um “serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social das pessoas com deficiência ou incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais” e envolve duas modalidades:

a) Atendimento e Acompanhamento Social.

b) Reabilitação Social.

Este serviço é financiado pelo Instituto de Segurança Social, IP. E abrange 4 concelhos (os mesmos da IPI).

A população que frequenta os diferentes os serviços da A2000 varia de ano para ano, com a agravante de que, sendo a Formação Profissional o serviço que envolve maior número de pessoas e como todos os anos terminam e iniciam cursos, isto implica uma mobilidade anual elevada.

Seguindo a mesma terminologia usada na caracterização dos serviços e, remetendo os dados para o ano de 2019, apresenta-se, por serviço, o número de clientes e algumas das suas características relevantes.

Qualificação Profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade

A Formação profissional envolveu formação Inicial (cursos de 2900 horas) e Formação Contínua (cursos de 400horas), num total de 141 pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI) que se distribuíram por género, faixas etárias, tipo de deficiência e grau académico da seguinte forma:

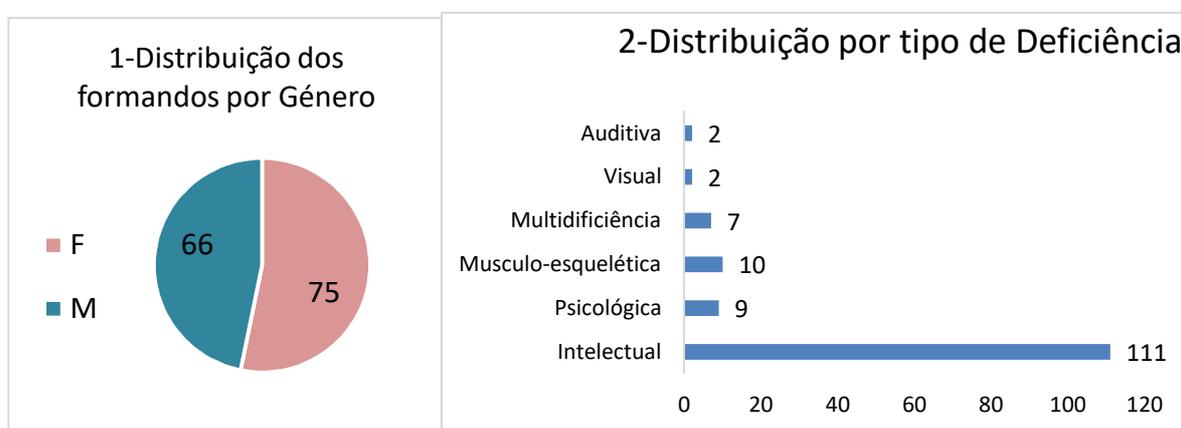


Figura 70 e 71 – Distribuição do Formandos por Género e Tipo de Deficiência

Como se pode observar nos gráficos acima (1 e 2), no grupo de 141 PCDI que frequenta a Formação Profissional, predominam as pessoas de género feminino (53%) e com deficiência Intelectual (79%).

Os gráficos abaixo (3 e 4) revelam a predominância das pessoas da faixa etária 18-24 anos (30%) e, ainda que apenas 11% tem mais de 46 anos, portanto 59% encontra-se entre os 25 e os 45 anos.

Em termos de habilitações predominam as pessoas com o 3º ciclo (35,5%) e 13% não fez percurso escolar, porém na realidade atendendo ao tipo de deficiência predominante (intelectual), apesar das pessoas terem frequentado a escolaridade obrigatória o seu grau de conhecimento escolar é reduzido. Note-se que 1% das pessoas frequentaram licenciatura, pois a sua incapacidade surgiu posteriormente e é do foro psicológico.

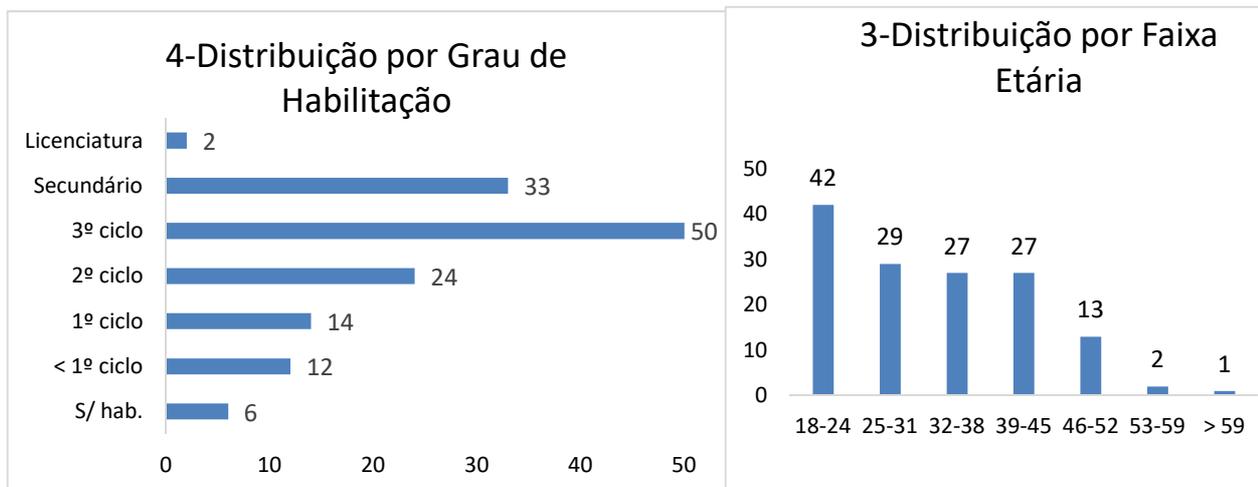


Figura 72 e 73 – Distribuição do Formandos por Grau de Habilitação e Faixa Etária

Formação Pedagógica Inicial de Formadores

Esta tipologia formativa promoveu 2 cursos de 90 horas e, envolveu um total de 21 pessoas que se distribuíram por género, faixas etárias, tipo de deficiência e grau académico da seguinte forma:

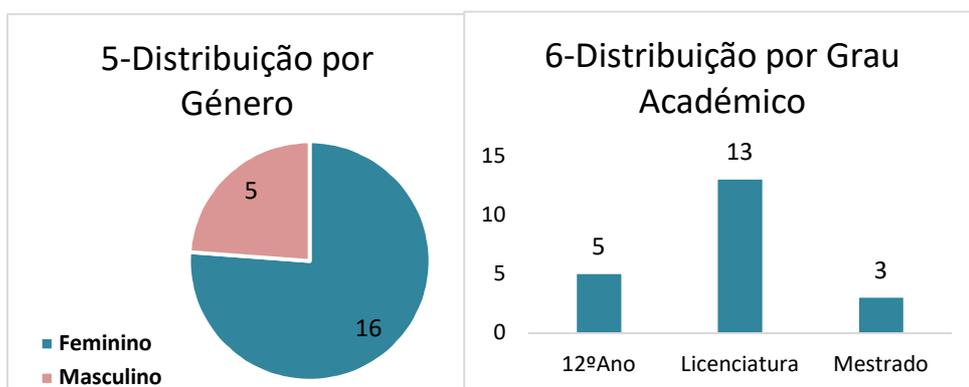


Figura 74 e 75 – Distribuição por Género e Grau Académico

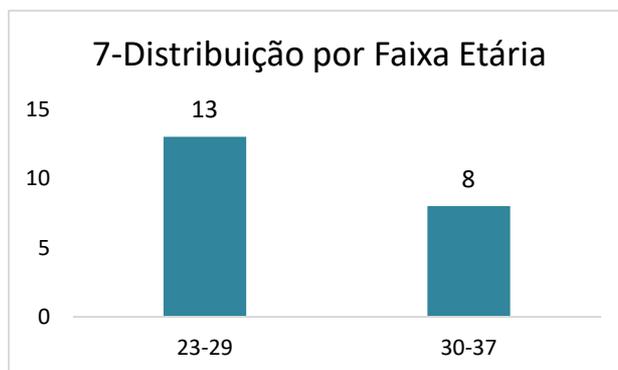


Figura 76 – Distribuição por Faixa Etária

Os gráficos 5, 6 e 7 revelam que as pessoas que realizaram Formação Pedagógica Inicial de Formadores (FPIF) foram, como habitualmente, predominantemente do género feminino, licenciadas, e com idade compreendida entre os 23 e os 29. Este padrão é frequente nos cursos de FIPF, pois são principalmente os recém licenciados que procuram estes cursos.

Espaços de Convívio

Os Espaços de Convívio envolveram 96 pessoas que se distribuíram por género, faixas etárias e grau académico da seguinte forma:

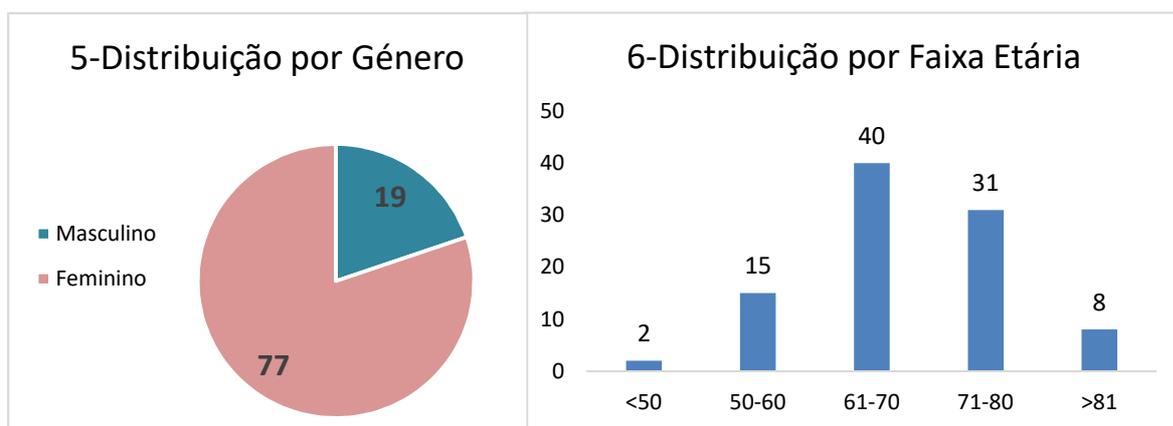


Figura 77 e 78 – Distribuição por Género e Faixa Etária

Como se pode observar nos gráficos acima (5 e 6), no grupo de 96 pessoas que frequentam os Espaços de Convívio, predominam as pessoas de género feminino (80%) e da faixa etária 61-70 anos (42%) e, ainda que 41% tem mais de 70 anos. 1% tem menos de 50 anos, mas como associado tem uma deficiência, o Espaço de Convívio acaba por se tornar a única oportunidade de interação com outras pessoas e, por isso é que foi autorizada.

Em termos de habilitações (gráfico 7) predominam as pessoas com o 1º ciclo (80%) e apenas 1% fez o Secundário.

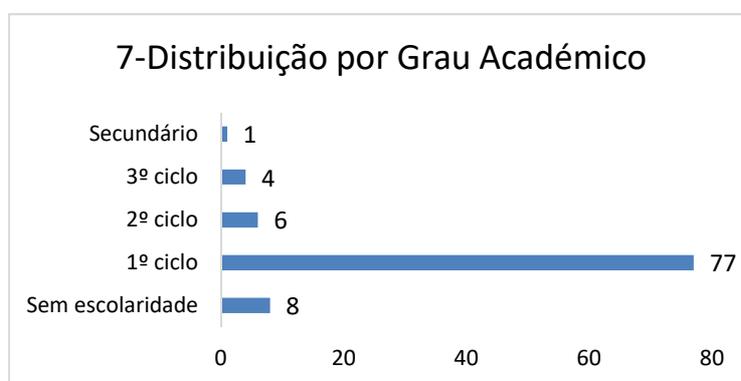


Figura 79 – Distribuição por Grau Académico

Intervenção Precoce na Infância (IPI)

O acordo de cooperação da A2000 com a Segurança Social é para abranger 30 crianças, mas em 2019, as técnicas da A2000 foram gestoras de 53 casos. As crianças envolvidas tinham entre os 2 e os 5 anos e distribuíram-se por género e problemática apresentada, da seguinte forma:

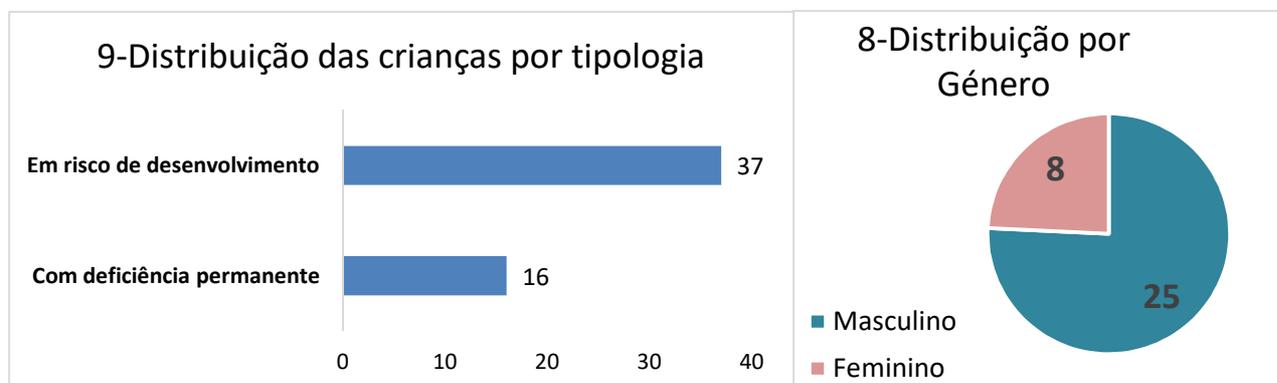


Figura 80 e 81 – Distribuição das Crianças por Tipologias e Género

Nas 53 crianças atendidas predomina o género masculino (47%), sendo que a maioria (70%) não tem um diagnóstico específico, mas apresenta características que colocam em risco o desenvolvimento esperado para a idade cronológica.

Centro de Recursos para a Inclusão Profissional (CRIP)

O CRIP envolveu 174 PCDI nas 3 medidas que promove: 90 em Informação, Avaliação, e Orientação para a Qualificação Emprego (IAOQE); 58 em Apoio à Colocação (AC); 26 em Acompanhamento Pós-Colocação (APC), que se distribuíram por género, faixas etárias, tipo de deficiência e grau académico da seguinte forma:

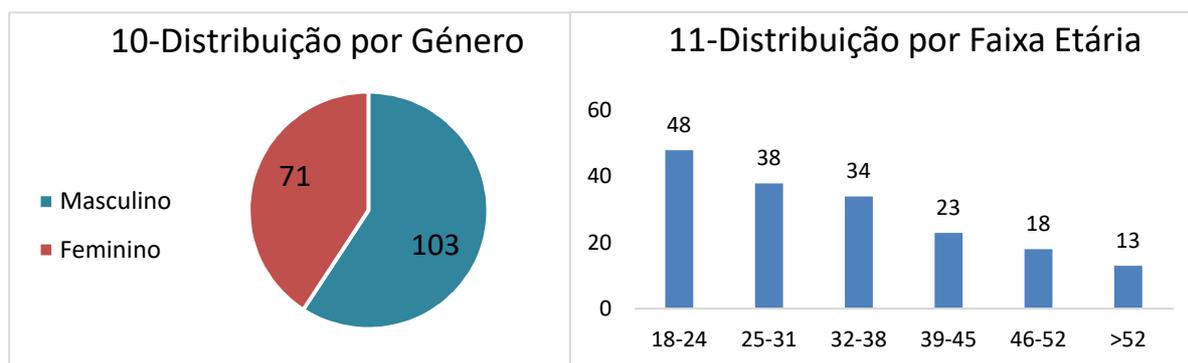


Figura 82 e 83 – Distribuição por Género e Faixa Etária

As 174 PCDI que recorreram ao CRIP são predominantemente do género masculino (59%) e da faixa etária dos 18-24 anos (28%).

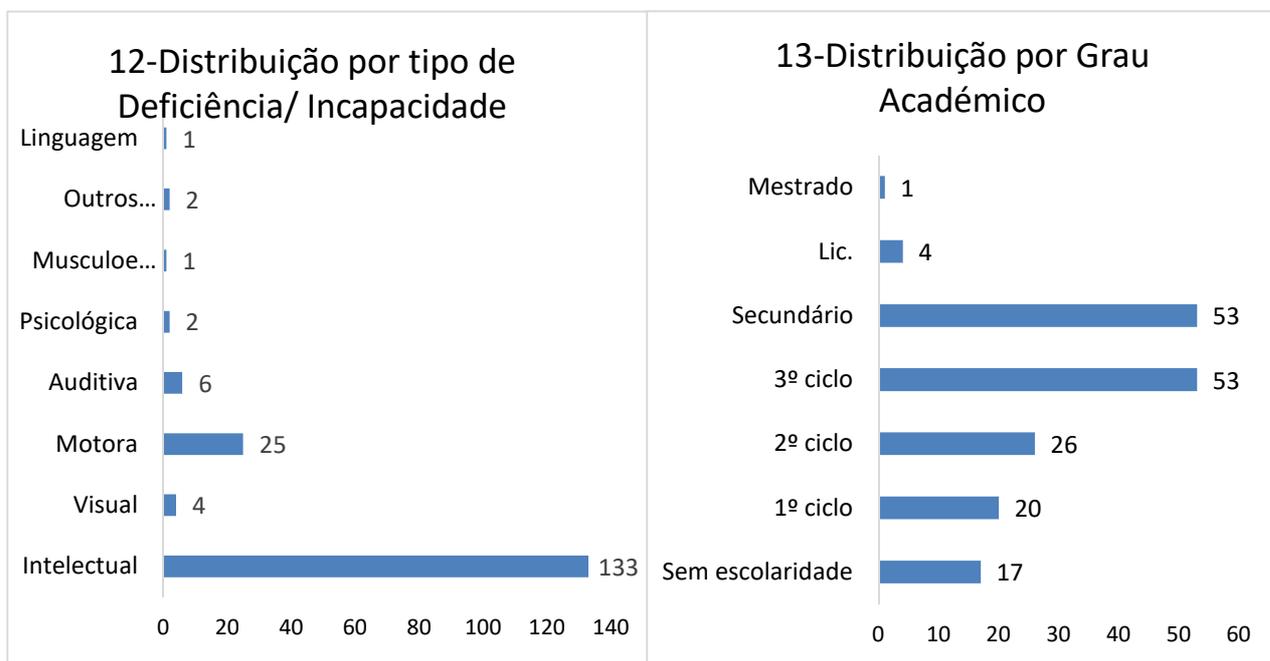


Figura 84 e 85 – Distribuição por Tipo de Deficiência/Incapacidade e Grau Académico

Os gráficos 12 e 13 revelam que nos 174 clientes do CRIP, predomina a deficiência intelectual (76%) e, relativamente às habilitações académicas o nível Secundário e o 3º Ciclo reúnem a mesma percentagem (30,5%). **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (CAARPD)**

O CAARPD tem vagas para 25 pessoas, mas uma mantém-se livre para casos encaminhados pela Segurança Social, pelo que envolveu 24 PCDI em simultâneo que se distribuíram por género, faixas etárias, tipo de deficiência e grau académico da seguinte forma:

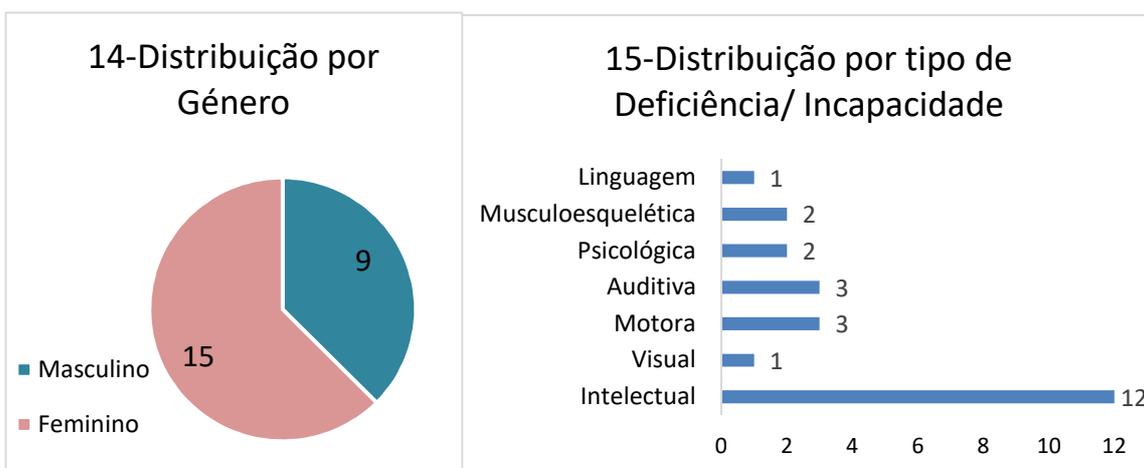


Figura 86 e 87 – Distribuição por Género e Tipo de Deficiência/Incapacidade

Os gráficos 14 e 15 revelam que os clientes do CAARPD são predominantemente do género feminino (63%) e, têm maioritariamente deficiência intelectual (50%)

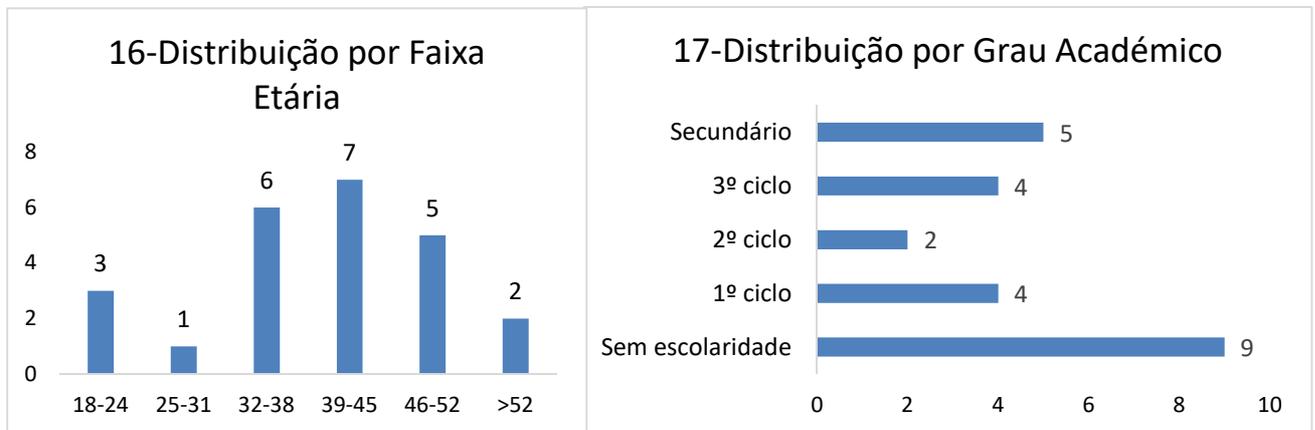


Figura 88 e 89 – Distribuição por Faixa Etária e Grau Académico

Os gráficos 16 e 17 revelam que a faixa etária predominante é a dos 39-45 anos (29%) e que é o nível de “Sem escolaridade” o que tem maior percentagem (37,5%). Apesar da maior parte das PCDI terem frequentado a escola (62,5%), parte delas são analfabetas.

Em suma: em 2019, os serviços da A2000 abrangeram 554 pessoas – crianças, pessoas com e sem deficiência, idosos -, porém anualmente a A2000 promove pequenos projetos financiados pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR) e, nesse âmbito envolveu mais 32 pessoas. Portanto, os colaboradores da A2000 intervieram com 586 pessoas, em 2019 – este número encontra-se na média de clientes atendidos anualmente.

1.2. EIXO 2 - EMPREGO E ATIVIDADE ECONÓMICA

Eixo 2 – Emprego e Atividade Económica
Problemáticas sociais identificadas
<ul style="list-style-type: none"> - Rede transportes públicos insuficiente - Escassez de formação - Emprego Precário - Resposta do Terceiro Setor Insuficiente - Falta de canalização do turismo para a cidade - Legislação/políticas de emprego desadequadas - Falta de investimento/necessidade de emigração - Acumulação de rendimentos não declarados (na agricultura) com o RSI - Falta de tecido empresarial para fixação da população no emprego - Impostos/ Burocracia dos serviços - Centralização de serviços na sede de distrito - Medidas de apoio à criação do próprio emprego insuficientes - Rendas elevadas para fixar negócio

Figura 90 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS
- Eixo 2 – Emprego e Atividade Económica

O segundo eixo de intervenção prioritária é o Emprego e a Atividade Económica. No que diz respeito à caracterização socioeconómica do concelho do Peso da Régua, o setor primário (agricultura/ vitivinicultura) continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho.

De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano de Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor. As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar.

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um decréscimo de população empregada, de cerca de 10% a nível nacional e de 7% no concelho de Peso da Régua.

A terciarização da sociedade está também patente no concelho pois, é o setor de atividade que emprega mais população, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública.

As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem às freguesias urbanas de Peso da Régua e Godim regista 74,2% e Peso da Régua 80,1%. Fontelas, pela sua proximidade à cidade, também regista uma percentagem elevada de população afeta ao setor terciário, superior a 60%.

A afetação da população empregada aos diferentes setores de atividade está estritamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovens.

O Gabinete de Inserção Profissional, sendo um serviço transversal do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Peso da Régua, Santa Marta e Mesão Frio e, o apoio que estes prestam, na divulgação dos apoios e incentivos no âmbito das medidas de emprego, na dinamização de ações de informação, na colocação de pessoas em ofertas de emprego e, na promoção do comércio local e da atividade empresarial é considerado um ponto forte.

Como pontos fracos elencam-se a fraca rede viária e a baixa cobertura de transportes públicos. Esta análise assenta no princípio que ambas estão interligadas pois, delas depende o nível de acessibilidade do Município e o respetivo desenvolvimento socioeconómico e cultural e, por sua vez a atratividade turística.

Sabe-se que nos últimos anos, o turismo adquiriu um papel fundamental no concelho do Peso da Régua, nomeadamente o turismo fluvial no Douro, destacando-se os cruzeiros que têm origem no Porto e Vila Nova de Gaia, e que atravessam várias localidades como Entre-os-Rios, Pinhão, Foz do Sabor, Pocinho, e, claro está, Peso da Régua. Contudo, muitos destes turistas aquando a atracagem das embarcações são canalizados para serviços de restauração e hotelaria fora do perímetro urbano da cidade. Perante esta realidade, os participantes referiram que esta seria uma questão estratégica a desenvolver por parte dos governantes.

Se de um lado da balança, pesam as parcas e deficitárias infraestruturas, do outro lado valorizam-se as oportunidades criadas pelos eventos culturais e desportivos dinamizados nos últimos anos no Concelho e, que são cada vez mais, uma marca consolidada na região. Os financiamentos dos quadros comunitários, nomeadamente o acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia designado por Portugal 2020, que visam estimular o crescimento e a criação de emprego, foram outro ponto positivo apontado.

No que se refere às ameaças, todos os pontos elencados traduzem a preocupação da escassa oportunidade de criação de emprego, seja pelo tecido empresarial deficitário, seja pela acumulação de rendimentos não declarados (na agricultura) cumulativamente com o Rendimento Social de Inserção que fomenta o trabalho precário, seja pela centralização de serviços (públicos e privados) na sede do distrito e/ou, pelas rendas elevadas para fixar /criar negócio.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o Peso da Régua é um concelho com as suas atividades económicas muito polarizadas entre a agricultura, a construção, o comércio, o alojamento e restauração e os serviços públicos. Este grupo de setores é responsável por mais de 65% do emprego por conta de outrem no concelho.

Ao nível das indústrias transformadoras, existe neste concelho um défice estrutural, que sai ainda mais agravado quando se constata que as atividades centradas neste tipo de indústrias respeitam quase exclusivamente ao agroalimentar, designadamente ao vinho.

Em termos de evolução recente, as atividades mais dinâmicas no Peso da Régua estão circunscritas a duas grandes áreas: turismo e vitivinicultura. O setor do comércio assume uma enorme importância na Régua, respondendo hoje por quase 22% do emprego concelhio por conta de outrem. A centralidade histórica da Régua na região do Douro potenciou o desenvolvimento neste concelho de um comércio tradicional forte. Contudo, as dinâmicas recentes registadas neste setor em outros concelhos centrais do Douro (designadamente em Vila

Real), materializadas no aparecimento de centros comerciais e de grandes superfícies, tem vindo a ameaçar a sustentabilidade deste tipo de comércio na Régua.

Foi identificado como prioritário para a dinamização do desenvolvimento local a realização de “algumas intervenções que melhorem as condições em que as atividades turísticas se possam desenvolver no Concelho (ex: repavimentação de estradas panorâmicas, sinalização turística)”.

Por outro lado considera-se fundamental, apoiar os agentes locais e regionais na sua capacidade de relacionamento com os principais operadores turísticos que atuam na Região, no sentido de incorporarem novas ofertas nos produtos pré-formatados que comercializam, e na negociação com entidades responsáveis por algumas componentes complementares da oferta turística.

Revela-se ainda fundamental mobilizar os agentes locais para os apoios a serem disponibilizados no âmbito da Estratégia Portugal 2020, procurando assim ganhar competitividade face a outros destinos concorrenciais e, sobretudo, valorizando o papel da Régua como porta de entrada e local de difusão de fluxos turísticos para todo o destino Douro.

1.3. EIXO 3 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Eixo 3 – Educação, Formação e Qualificação
Problemáticas sociais identificadas
<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Horário da Escola Pública - Falta de professores em algumas áreas - Respostas à especificidade da comunidade cigana - Oferta extracurricular pouco diversificada - Oferta dos cursos profissionais desfasadas da realidade do concelho - Hábitos culturais enraizados - Baixa oferta formativa para adultos - Horário de abertura da escola pública - Transportes escolares (Horário) - Falta de animação cultural nos intervalos de maior duração - Recursos materiais e humanos para atividades de animação sociocultural - Facilidade de acesso de pessoas externas à instituição escolar - Método tradicional do ensino desajustado - Baixa natalidade do concelho - Saída de jovens do concelho - Desvalorização por parte da família da escolaridade - Absentismo escolar na comunidade cigana - Condicionantes do Ministério da Educação na definição da rede de cursos profissionais - Oferta sazonal de trabalho - Carência económica das famílias - Discriminação nas estratégias profissionais para a comunidade cigana - Demissão da família do seu papel de educar - Crescimento dos fenómenos de <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i>

Figura 91 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS
- Eixo 3 – Emprego e Atividade Económica

A educação é um domínio de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. Os baixos níveis de escolaridade e qualificação académica vão condicionar as condições de acesso ao mercado de emprego.

No que se refere ao eixo 3 de intervenção prioritária - Educação, Formação e Qualificação na análise dos pontos fortes, de origem interna, existentes no território, considerando uma mais-valia a qualidade dos equipamentos escolares/ rede de transportes escolares e a existência de oferta diversificada nas áreas da educação e da formação profissional.

A execução de projetos sociais, sobretudo através de iniciativas/candidaturas organizadas pelas instituições particulares de solidariedade social, surgem também como forma de supressão do hiato existente entre os grupos de diferentes estratos sociais.

De referir ainda a importância destes projetos de estratégia educativa e pedagógica como agentes na solução dos problemas, através da dinamização de atividades de caráter cultural, social, recreativo e desportivo. Este último ponto é também valorizado nomeadamente, no que concerne à promoção do desporto (escolar e extraescolar), na medida em que muitos desses projetos sociais têm o desporto como principal ferramenta de intervenção junto do público-alvo, visto que a sua prática se apresenta como uma das melhores formas de interação entre pares.

Ainda relativamente aos equipamentos sociais considera-se positivo acerca da obrigatoriedade do plano de formação aos trabalhadores das instituições (formação contínua no mínimo 40h/ano – Lei 7/2009 do Código do Trabalho).

O Rendimento Social de Inserção enquanto medida que apoia diretamente o rendimento de indivíduos e/ou de famílias vulneráveis e, conseqüentemente a existência de contratos de inserção com as famílias que visam a promoção da sua qualificação social e profissional e a diminuição do absentismo escolar é também um ponto forte referido pois, estimula e proporciona a participação direta na sociedade e permite o acesso ao exercício de cidadania.

Como pontos fracos foram ainda balizadas questões práticas relacionadas com os horários da escola pública e dos transportes escolares e a oferta extracurricular pouco diversificada (de referir a inexistência das AEC's na área da música), que se revestem de algum constrangimento para a gestão do tempo e da qualidade de vida das famílias, situações estas "minimizadas" pela existência de ATL's e formação em língua inglesa, fora da rede pública.

No que se refere à comunidade cigana depreende-se uma análise cuidada dos fatores de proteção e dos fatores de risco. Assim, como pontos fracos consideram-se as respostas diminutas face à especificidade da comunidade cigana, os hábitos culturais enraizados e a desvalorização (por parte da família) da escolaridade. Como pontos fortes assinalam-se a existência de projetos sociais que trabalham diretamente com este grupo-alvo, como o Escolhas D'Ouro, e os demais projetos que trabalham as questões relacionadas com a promoção do sucesso escolar: o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)⁶, CLDS 4G. No que diz respeito aos fatores de origem externa, como oportunidades a oferta extracurricular mais adequada aos diferentes grupos

⁶ O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) é promovido pelo Município do Peso da Régua, no âmbito da candidatura apresentada ao Norte 2020, que tem como principal parceiro o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (os Centros Escolares da Alameda e das Alagoas, a Escola EB 2,3 e a Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia) e pretende envolver os diversos agentes educativos, nomeadamente professores, pais, famílias, associação de pais, entre outros.

Este Plano tem apoio financeiro Comunitário e está inserido em articulação com o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, PIICIE-Douro, proposto pela Comunidade Intermunicipal do Douro, CIM DOURO.

O PIICIE do Peso da Régua contempla a execução de 8 medidas para alcançar os seus objetivos, e tem como principal missão investir na educação, melhorar o sucesso educativo dos alunos, e reduzir as saídas precoces do sistema educativo, de forma a combater o insucesso escolar, absentismo e abandono escolar.

As ações visam, assim, otimizar o sucesso escolar dos alunos do concelho, pois vivemos numa sociedade evolutiva no conhecimento e competitiva nas aptidões, logo a qualificação é decisiva para alcançar objetivos.

e a inclusão da formação pessoal e social na formação dos jovens. Como ameaças referiram o absentismo escolar na comunidade cigana e a discriminação nas estratégias profissionais da comunidade cigana.

De referir, que segundo os dados da CPCJ do Peso da Régua o absentismo escolar é o principal motivo para sinalização/abertura de processos de promoção e proteção.

Em suma, no que a este grupo diz respeito, se por um lado se verifica uma resistência/ desvalorização da cultura da escola, por outro, os estereótipos existentes na sociedade dominante colocam-se como entrave à sua inserção profissional e conseqüentemente à sua emancipação.

Como forma de melhorar a integração da comunidade cigana no concelho, considera-se pertinente manter projetos que atuem nesta área, com ações direcionadas para a promoção das suas relações sociais e o desenvolvimento das suas competências pessoais e de cidadania, fomentando assim uma convivência societal que esbata os contrastes entre as diferentes culturas.

Não obstante, transversalmente às duas culturas, verifica-se a demissão da família do seu papel de educar e a desautorização dos docentes e não docentes como uma realidade cada vez mais premente. Essa ausência de “autoridade educativa” acarreta graves repercussões ao nível do comportamento dos jovens e na adaptação das suas competências sociais/relacionais. Daí, o crescimento dos fenómenos de *bullying* e *cyberbullying* entre os jovens em contexto escolar. Torna-se assim imperativo a dinamização de ações imperativas e de sensibilização para os jovens e suas famílias nas áreas da cidadania e da parentalidade positiva.

1.4. EIXO 4 – SAÚDE E SEGURANÇA

Eixo 4 – Saúde e Segurança
Problemáticas sociais identificadas
<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil identificação dos agentes - Falta de agentes - Falta de serviço de urgência 24 horas - Comunicação - Falta de respostas para doentes com alta - Prevenção - Sedentarismo na Terceira Idade - Falta de aproveitamento termal – Caldas Moledo - Falta de extensão de saúde - Falta de rede de transportes - Falta de informação, relativamente ao atestado multiusos - Falta de rastreio odontológico - Crescimento da violência - Sentimento de impunidade - Isolamento - Envelhecimento da população - Transportes e acessibilidades - Consumos aditivos (drogas e álcool) - Aumento das demências - Preço da medicação - Violência doméstica - Falta de respostas para a saúde mental nas demências

Figura 92 – Problemáticas Sociais Identificadas no levantamento de necessidades pelos elementos do CLAS - Eixo 4 – Saúde e Segurança

Tendo como ponto de partida, o direito à saúde como um direito fundamental da democracia na análise *swot* do eixo 4 identificam-se como ponto forte as entidades que prestam apoio ao nível do serviço de saúde existentes e em funcionamento no território (apoio domiciliário/ saúde, USF, UCCI e extensões de saúde).

De referir que o impacto provocado pela pandemia COVID-19 agravou as condições nos grupos mais vulneráveis, nomeadamente nas famílias e nas pessoas idosas, com repercussões ao nível socioeconómico. O aumento do desemprego, a diminuição dos rendimentos, o aumento da violência doméstica, o aumento da privação material e social das famílias e conseqüente insegurança e instabilidade emocional bem como, o

agravamento da solidão e a conseqüente deterioração da situação de saúde/condição física e/ou problemas de saúde mental das pessoas idosas vieram colocar a descoberto a necessidade de um maior investimento na área da saúde mental, constituindo uma resposta para a qual urge um reforço da intervenção multidisciplinar no Concelho.

Os programas de proximidade da GNR junto da população idosa são uma mais-valia nas questões de segurança. Contudo, a fácil identificação dos agentes e a falta de efetivos surge como um fator prejudicial no que se refere ao sentimento de insegurança perante o escalar da violência, de forma generalizada e, da delinquência e violência doméstica de forma particular. Esta situação provoca um descontentamento e um mal-estar por parte da comunidade pois, estes fenómenos/criminalidade se revestem de impunidade junto das instituições de justiça.

Ao nível das respostas, a ausência de um serviço de urgência de 24 horas, a falta de extensões de saúde, mormente nas freguesias rurais e, o subaproveitamento da instância termal das Caldas do Moledo são apontadas como pontos fracos no território.

Os cuidados com a saúde oral, nomeadamente a prevenção das doenças orais e a prestação de cuidados de saúde dentários, a ausência de rastreios e a inexistência de serviços de estomatologia na rede hospitalar são respostas a descoberto no Concelho.

O envelhecimento demográfico, o isolamento, o aumento das demências e a falta de respostas para a saúde mental foram considerados ameaças de origem externa.

De entre os vários comportamentos/fatores de risco, surgem também a violência doméstica, já caracterizados no Eixo I – Grupos Vulneráveis.

Os comportamentos aditivos são outra problemática identificada no concelho, com especial relevância para o consumo de álcool por parte da população adulta. Em termos culturais poder-se-á afirmar que existe uma “normalização” desta prática tendo por base a própria história e situação geográfica na Região Demarcada do Douro, sendo também uma região onde existem muitos produtores (sendo que muitos dos pequenos produtores produzem vinho para consumo próprio). O consumo de vinho (principal produto consumido) e outras bebidas alcoólicas é também por norma associado ao contexto de festas/festas populares.

Na população jovem, o consumo de substâncias lícitas, como o vinho, cerveja e bebidas brancas encontra-se associado a espaços como cafés e nas imediações destes. Por sua vez o consumo de substâncias ilícitas está associado ao uso de canabinóides.

A prevalência de consumos aditivos de substâncias lícitas e ilícitas (e a facilidade de acesso às mesmas) é outro problema apontado.

Como oportunidades classificou-se a reativação do Hospital D. Luiz I “antigo hospital”, os projetos de prevenção e o acompanhamento de proximidade (unidades móveis de saúde).



Parte III

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) articula-se com o Diagnóstico, traduzindo os problemas e as prioridades nele inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações e estratégias.

Trata-se de um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer-se que o PDS traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista.

O PDS pode constituir para o Concelho um importante instrumento de planeamento estratégico uma vez que visa:

- Planear de forma integrada tendo em conta todas as dimensões dos problemas;
- Definir as estratégias para atingir os objetivos, assegurando a participação efetiva de todos os implicados, tendo em conta os recursos humanos, materiais e o calendário para a sua implementação;
- Planear tendo em conta a realidade presente, mas também as oportunidades e ameaças;
- Planear identificando as dimensões prioritárias e suscetíveis de produzir mudanças na realidade do concelho.

A metodologia de trabalho utilizada para o PDS foi em tudo semelhante ao DS, procurando centrar-se na definição de objetivos gerais e estratégias que descrevem a situação futura após a resolução dos problemas e, procurar rentabilizar os saberes, o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações.

Neste documento procurou-se identificar os objetivos gerais, os objetivos específicos, as ações e as estratégias considerados fundamentais para a transformação da realidade concelhia.

Os Objetivos Gerais são pois objetivos de nível superior, devidamente enquadrados num determinado eixo de desenvolvimento, para o qual a intervenção contribui mas que por si só não consegue garantir. Trata-se de descrever a situação futura após a solução dos problemas. Ao atingir os objetivos dos projetos que vierem a ser implementados (inscritos no Plano de Ação) contribui-se de forma determinante para alcançar o objetivo geral.

Os Objetivos Específicos são objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo geral, ainda que possam não ser suficientes para tal. Não deve ser definido um conjunto demasiado vasto de objetivos específicos, de forma que sejam realistas e exequíveis, sem deixarem de constituir um desafio.

A Estratégia é apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo geral, tendo em consideração os recursos possíveis para o conseguir. Deve resultar de uma opção clara e partilhada por todos os parceiros quanto aos objetivos definidos.

Ao longo da elaboração deste PDS, esteve sempre presente a preocupação de enquadrar planos e medidas definidas a nível local e nacional favorecendo a sua adequação ao contexto local e potenciando os recursos que poderão vir a ser canalizados para o concelho. Por outro lado, foram igualmente consideradas as intervenções

que já estão a ser implementadas no concelho e que se enquadram nos objetivos e estratégias definidos neste PDS.

Em suma,

Este PDS pretende definir estratégias para o desenvolvimento local, retratando e projetando uma situação social que se quer atingir, numa perspetiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais.

Reflete ainda, o compromisso das instituições parceiras, identifica os grandes projetos estruturantes para se promover no terreno, onde se define as regras e procedimentos para a intervenção concertada em parceria.

O nosso Concelho tem reforçado a participação no planeamento da intervenção social, assim como na construção de vontades coletivas, que asseguram as decisões concertadas e a mobilização dos recursos. Procura-se com todos os parceiros sociais combater algumas das necessidades sociais do concelho e é através da participação de todos, da iniciativa e responsabilização que se desenvolverá as possíveis soluções.

Descritos os principais eixos de intervenção, apresenta-se de seguida as estratégias e/ou oportunidades, os objetivos gerais e os objetivos a criar, propostos pelo CLAS do Peso da Régua para fazer face aos problemas identificados, que no documento que a seguir se apresenta (PDS).

TRABALHO EM REDE

Coesão Social

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Promover a coesão social concelhia, envolvendo os agentes locais na responsabilidade coletiva na diminuição das problemáticas do território.	Colaborar na elaboração da Carta Social Municipal	N.º de entidades envolvidas; N.ª de documentos produzidos	Autarquia CLAS Rede Social
	Atualizar o Mapeamento Social: Levantamento das infraestruturas sociais a descoberto – Deficiência, Saúde Mental, Violência Doméstica.	N.º de documentos produzidos	Autarquia CLAS Rede Social Freguesias
	Desenvolver uma Estratégia Municipal para a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor	Divulgação de medidas Apoio a elaboração de candidaturas	Autarquia CLAS Rede Social IEFP ACIR
	Promover o Empreendedorismo Social, reforçando o apoio à criação de novas ideias e respostas e que promova a sustentabilidade das instituições/ Boas Práticas. (Encontro IPSS)	N.º de atividades realizadas; N.º de entidades envolvidas; N.º de participantes.	Autarquia CLAS Rede Social IEFP ACIR

EIXO I – Grupos Vulneráveis

Grupo 1 – Crianças e Jovens em Risco

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
<p>Criar no concelho respostas que promovam a integração de crianças e jovens em risco</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o Diagnóstico Local de Parentalidade Positiva do Concelho - Implementar o Programa Escolhas no concelho, no seguimento do Programa Escolhas Pontual e Escolhas 7.^a Geração - Promover ações de promoção de competências parentais e familiares que facilitem o envolvimento de crianças e jovens, que estimulem o seu desenvolvimento e bem-estar; - Promover as artes como instrumento de integração e inclusão sociocultural de jovens. 	<p>N.º de grupos de impacto</p>	<p>IPSS CPCJ - CNPDPCJ CDSS Rede Social Equipa RSI SCM – Protocolo RSI</p>
<p>Desenvolver ações dirigidas à comunidade escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações preventivas de comportamentos de riscos direcionados a crianças e jovens (violência no namoro, bullying). - Dar continuidade a ações de promoção do sucesso escolar. 	<p>Nº de crianças e jovens envolvidos</p>	<p>Autarquia Escolas CPCJ Saúde – ARS Norte GNR PIICIE CLDS 4G</p>
<p>Aumentar e qualificar as respostas na área da Infância e Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar obras de requalificação do Lar de Infância e Juventude; - Criar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) através do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais). - Criar apartamentos de autonomização - Criar um Centro de Acolhimento Temporário 	<p>N.º Obras realizadas N.º de respostas criadas N.º de vagas criadas</p>	<p>SCM - LIJ CDSS Rede Social Fundos Comunitários CPCJ</p>

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 2 – Famílias Carentes			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração das famílias carentes	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir com o reforço da resposta Cantina Social; - Dar continuidade à dinamização do Banco de Voluntariado local e ao Espaço S(solidário) da autarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de grupos de impacto N.º de pessoas que beneficiam da cantina social N.º de pessoas que beneficiam do Espaço Solidário N.º de Voluntários 	<ul style="list-style-type: none"> Rede Social IPSS's CPCJ CDSS Autarquia Equipa RSI
Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida de grupos específicos da população – Famílias Carentes	<ul style="list-style-type: none"> - Dar resposta às vítimas de violência doméstica através do Gabinete de Apoio à Vítima/ Equipa Móvel de Apoio à Vítima do Douro - Criar um Manual de Procedimentos no âmbito da Violência Doméstica; - Promover ações dirigidas à comunidade em geral (Violência Doméstica) - Designar uma conselheira local para a promoção da igualdade de género; - Desenvolver atividades para a promoção da igualdade de género (ex.: ações de formação, Seminários); - Implementar o Plano Municipal para a Igualdade de Género. - Realizar sessões de informação e divulgação das medidas/programas de apoio ao arrendamento; - Apoiar as famílias no acesso à habitação com rendas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de documentos produzidos; N.º de ações desenvolvidas; N.º de pessoas envolvidas N.º de entidades que participaram 	<ul style="list-style-type: none"> Autarquia Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género APAV – EMAV Douro Rede Social ARS Norte Autarquia GASH
Fomentar o emprego e o empreendedorismo junto do público em geral e das famílias carentes em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Promover respostas e incentivar à procura ativa de emprego; - Incentivar à criação de postos de trabalho e à criação do próprio emprego; - Consolidar as respostas do Gabinete de Apoio ao Empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações desenvolvidas N.º de respostas criadas 	<ul style="list-style-type: none"> IEFP - GIP Entidades que promovem formação Escolas ACIR Equipa RSI – SCM CDSS

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 3 – População Idosa			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Investir na qualificação dos agentes locais e comunidade com vista a minimizar fatores de risco	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e apoiar formações/ações de informação a prestadores de cuidados formais e informais de idosos; - Desenvolver ações de sensibilização sobre o tema da demência/saúde mental; - Informar, sensibilizar e responsabilizar as famílias, os vizinhos e a comunidade sobre os direitos das pessoas idosas; - Promover a melhoria da condição física dos idosos através da participação em atividades desportivas; - Incentivar a participação das pessoas idosas “institucionalizadas” em atividades comunitárias de âmbito cultural. 	N.º de ações desenvolvidas; N.º de entidades envolvidas; N.º de cuidadores formais e informais que participaram	Rede Social Autarquia CMAI IPSS ARS Norte CDSS
Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar as atividades direcionadas à população com mais de 65 anos, permitindo a diminuição de situações de solidão, no âmbito da Comissão de Apoio ao Idoso do Concelho do Peso da Régua; - Reforçar o acesso aos medicamentos, a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, em situação de carência económica comprovada. - Dinamizar um projeto de voluntariado de proximidade, de modo a proporcionar o apoio pessoal e social à população idosa no apoio em pequenas tarefas; - Melhorar a segurança dos idosos e a adoção de comportamentos de 	N.º de idosos acompanhados	Autarquia GNR IPSS Juntas de Freguesia Programa ABEM - Associação Dignitude

	<p>prevenção de riscos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de informação para a pessoa idosas sobre cuidados a adotar ao nível da prevenção rodoviária enquanto peões e passageiros; - Incentivar a participação da população idosa em atividades de âmbito cultural. - Criar um atelier de preservação das memórias, saberes e fazeres da população idosa, que potencie a melhoria das suas competências pessoais e sociais; - Criar um Café Memória - Melhorar a qualidade de vida e redução do isolamento social das pessoas com problemas de memória ou demência bem como dos respetivos familiares e cuidadores. 		
<p>Aumentar a cobertura e qualificar as respostas sociais existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir com o alargamento das respostas prestadas pelas IPSS locais, a idosos não institucionalizados, criando novas vagas em centro de dia, centro de noite, centro de convívio e Serviço de Apoio Domiciliário; - Aumentar a capacidade de resposta em Estrutura Residencial para Idosos (ERPI); - Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS, à necessidade de novas valências. - Renovar a frota automóvel das IPSS; - Requalificar as IPSS que necessitam de intervenção física 	<p>N.º de vagas criadas N.º de novas respostas criadas N.º de instituições intervencionadas Nº de viaturas adquiridas</p>	<p>Autarquia Rede Social IPSS CDSS Fundos comunitários</p>

EIXO I – Grupos Vulneráveis

Grupo 4 – População com Deficiência

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar respostas direcionadas para a população com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir com o alargamento das respostas prestadas pelas IPSS locais à população com deficiência criando novas vagas em Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD); - Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS's, à necessidade de novas valências; - Criar uma ou mais respostas na valência Centro de Atividades Ocupacional; - Criar uma ou mais repostas na valência Lar Residencial; - Promover a integração socioprofissional de pessoas com deficiência; - Criar equipas multidisciplinares domiciliárias para apoiar famílias com deficiência ou incapacidade, que se encontrem sem resposta - Criar um espaço de ocupação dos jovens com deficiência através do desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais durante as pausas letivas (férias escolares). - Sensibilizar as empresas para a integração socioprofissional de jovens com deficiência 	N.º de respostas criadas	Autarquia Rede Social IEFP CDSS IPSS's Fundos comunitários
Melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência ou incapacidade/ mobilidade reduzida no Concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o n.º de alternativas de transporte adaptado, através da aquisição de viaturas. 	N.º de equipamentos adquiridos	Autarquia Rede Social CDSS Fundos comunitários

EIXO I – Grupos Vulneráveis

Grupo 5 – Minorias Étnicas e Imigração

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração de cariz intercultural	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o Programa Escolhas no concelho, no seguimento do Programa Escolhas Pontual e Escolhas 7.^a Geração (9.^a Geração?) - Desenvolver anualmente ações de informação/capacitação/empoderamento de parentalidade positiva para as famílias da comunidade cigana - Promover o sucesso escolar na comunidade cigana/ criar condições para a inclusão de todos os alunos que se encontrem em absentismo 	N.º de projetos aprovados	ACM EAPN – Vila Real Autarquias Escolas Rede Social CDSS SCM – Protocolo RSI CPCJ
Promover no concelho ações de intervenção com a comunidade cigana em áreas prioritárias de intervenção como o acesso à educação, ao emprego, cuidados de saúde e à habitação.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações que promovam o aumento do emprego, o combate à pobreza e a exclusão social, a igualdade de género e o acesso à habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de empregos criados N.º de pessoas envolvidas 	ACM EAPN IEFP GIP GNR – Escola Segura Autarquia Escolas Rede Social CDSS

EIXO II – Emprego e Atividade Económica

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
<p>- Fomentar o empreendedorismo e a aproximação às empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o protocolo entre a CMPT e a ACIR no âmbito do gabinete de apoio ao empreendedor; - Promover ações de incentivo à criação do próprio emprego/ empreendedorismo dos alunos do ensino secundário e profissional; - Incentivar o Empreendedorismo Social (ou Inclusivo); - Sensibilizar as organizações na inclusão socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos; - Criar uma incubadora de empresas Social. - Criar uma Mostra Anual de promoção dos produtos tradicionais 	<p>-N.º de respostas criadas</p>	<p>Autarquia Rede Social Escolas ACIR IEFP GIP</p>
<p>- Incentivar a criação de postos de trabalho e a criação do próprio emprego da população</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir com a atividade dos gabinetes de Inserção Profissional; - Sensibilizar os empresários, das instituições e entidades empregadoras locais. - Estimular o empreendedorismo e promover o autoemprego ou a procura ativa de emprego, através da valorização do património cultural e do artesanato. 	<p>N.º de empresas de Envolvidas; Nº de postos criados; N.º de empresas criadas.</p>	<p>ACIR Empresários Autarquia GIP IEFP</p>

EIXO III – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
<p>Aumentar os níveis de educação/qualificação da população ativa do concelho, através do diversificar da oferta formativa aos diferentes grupos da população: empregada, desempregada e empregadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover cursos de alfabetização e EFA; - Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial; - Sinalizar, encaminhar e orientar alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, para favorecimento da integração profissional; - Entre 2021 e 2024 manter o apoio a estudantes que frequentam a licenciatura provenientes de contexto socioeconómico desfavorecido; - Implementar um projeto-piloto nas escolas com ensino secundário/profissional do concelho que vise promover atividades de melhoria de competências para a empregabilidade e transição para a vida ativa, durante o horário letivo; - Desenvolver um projeto ao nível do desporto e das artes, durante os fins de semana dirigido a crianças e jovens com necessidades especiais; - Criar atividades pedagógicas integradas no currículo individual que contribuam para o desenvolvimento integral e autónomo dos alunos com necessidades educativas especiais. 	<p>N.º de formandos certificados; N.º de empresas</p>	<p>Autarquia Escolas CQEP GIP IEFP ACIR Entidades Promotoras de Formação CLA – Universidade Aberta</p>

EIXO IV – SAÚDE E SEGURANÇA			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Aumentar e qualificar as respostas na área da saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma Unidade de Saúde Mental no Concelho; - Aumentar a capacidade da resposta da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) - Implementar um Programa de Respostas Integradas (PRI) 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de respostas criadas; - N.º de novas vagas criadas. 	SCM PRG UCC Douro ARS Norte ARS Norte – CRI
Desenvolver ações no âmbito da saúde dirigidas à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações preventivas de comportamentos de riscos direcionados a grupos de risco, no âmbito da intervenção prioritária da UCC Douro 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de grupos envolvidos 	UCC Douro Saúde GNR

CONCLUSÃO

O presente documento apresenta-se como o corolário de um ano de trabalho intenso de planeamento. Com o presente diagnóstico, pretendeu-se identificar e aferir os problemas sociais locais por um lado, e por outro identificar os eixos prioritários de intervenção. Através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foram selecionadas estratégias com vista a propor soluções no âmbito dos eixos prioritários identificados.

Foram trabalhados dados estatísticos a nível sociodemográfico, habitacional, socioeconómico, educacional, saúde ação social e associativismo. Do seu cruzamento com os conhecimentos fornecidos pelos técnicos, pelos representantes locais a trabalhar no terreno e dos dados recolhidos nas sessões de trabalho realizadas, foi possível elencar os principais problemas em quatro grandes eixos prioritários.

Este documento pretende ainda fomentar o enraizar de uma cultura de parceria que se pretende efetiva, em que a articulação e a conjugação de esforços, para o atingir de um objetivo comum, sejam de facto uma realidade.

Todos os documentos elaborados, Diagnóstico Social, PDS e Plano de Ação serão periodicamente atualizados. Consequentemente, também as ações planeadas poderão ser revistas e reajustadas de acordo com os resultados decorrentes da sua efetivação

BIBLIOGRAFIA

- CANHA, J. (2003), *A criança maltratada*. Coimbra: Quarteto Editora.
- DIAS, Maria Olívia (2011), *Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica o processo de comunicação no sistema familiar*.
- Education at a Glance, (2013), OECD, Indicators – *Better Policies, for better lives*
- FRANTZ, Walter (2002), *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*.
- GIDDENS, A. (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Inquérito Nacional em Meio Escolar (2006-2011), SICAD.
- JIMÉNEZ, R. B. (1997), *Educação Especial e Reforma Educativa*, In. R. Bautista
- Guião para Diagnóstico do Território (Plano Operacional para Respostas Integradas – Fase 4)
- LEANDRO, M. Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Universidade Aberta.
- NANCE, F. (2013), *Desemprego, Consequências e Soluções: O Caso Particular do Bairro de Parada de Cunhos*, Relatório de Estágio, UTAD.
- OUSAR VENER, A violência sobre as mulheres na Família. Guia de Boas Práticas Judiciais. (2005). Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.
- PEREIRA, Fernando V. Mário (2010), “Se houvera quem me ensinara...” A Educação de Pessoas com Deficiência Mental. Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRINHA, José (1992), *Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida*, in *Análise Social*, n.º 102, Lisboa, ICS
- Projeto Educativo, Escola de Desenvolvimento Rural do Rodo, 2013
- RAJADO, Paulo José do Vale Pereira Santos (2012, 30 de março). *O Desemprego em Portugal. Uma análise ao nível dos concelhos*.
- Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, 2013, SICAD
- Relatório de Atividades, ACES Douro Norte, 2013
- Sistema de informação multidisciplinar (SIM), DICAD (Divisão de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências)
- WALL, K., DELGADO, A. – coordenadoras - (2011) – *Famílias nos Censos, “Diversidade e Mudança”*- Lisboa: Instituto Nacional de Estatística : ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- UNESCO (1977), *Table Ronde International: “Images du Handicapé Proposées au Grand Public*, Paris. UNESCO.